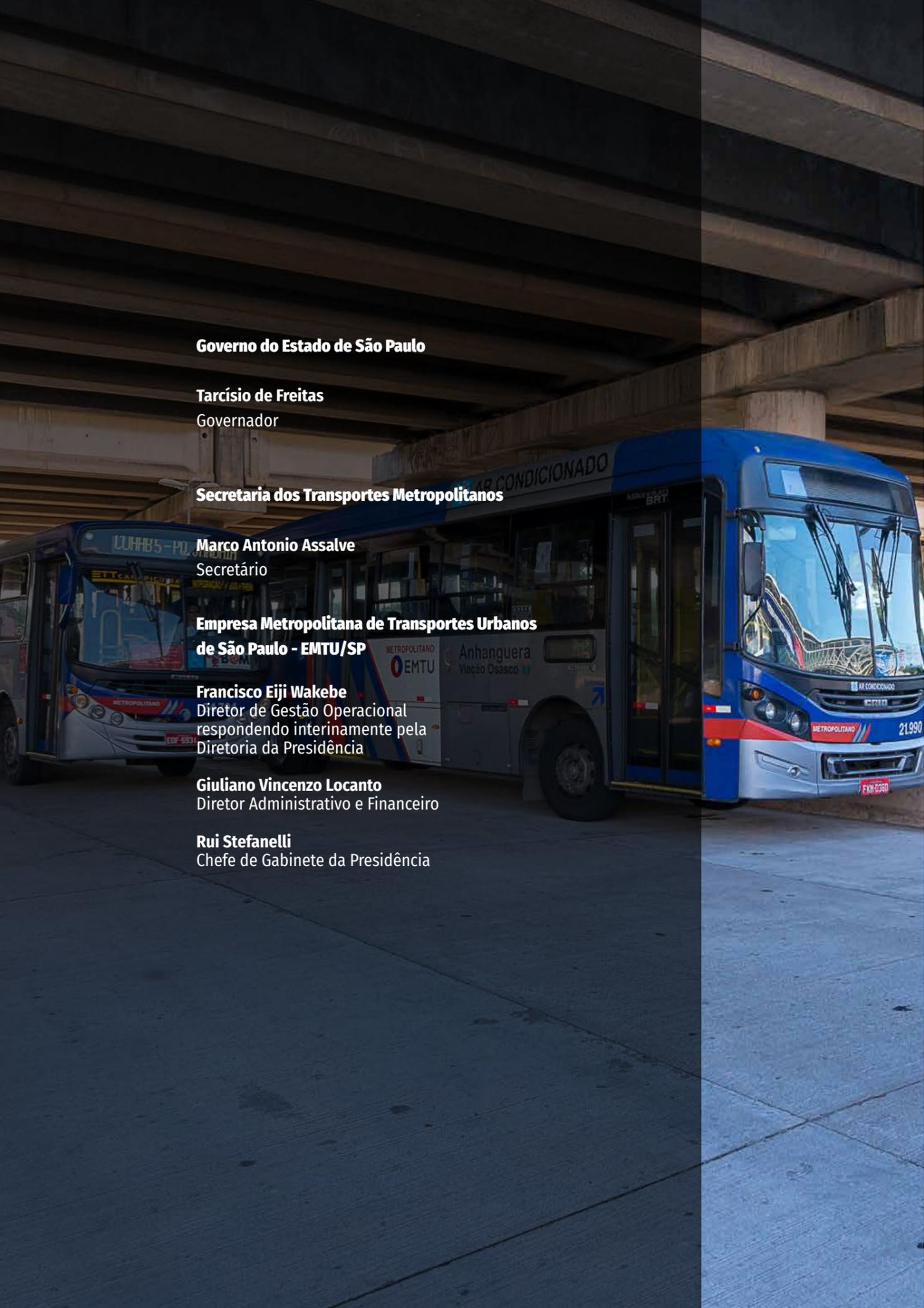


RELATÓRIO INTEGRADO 2023





Governo do Estado de São Paulo

Tarcísio de Freitas
Governador

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

Marco Antonio Assalve
Secretário

**Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos
de São Paulo - EMTU/SP**

Francisco Eiji Wakebe
Diretor de Gestão Operacional
respondendo interinamente pela
Diretoria da Presidência

Giuliano Vincenzo Locanto
Diretor Administrativo e Financeiro

Rui Stefanelli
Chefe de Gabinete da Presidência

Índice

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	4
.....	
GESTÃO DO TRANSPORTE METROPOLITANO	15
.....	
DADOS GERAIS	22
.....	
OUTROS SERVIÇOS	23
.....	
RESPONSABILIDADE SOCIAL	28
.....	
MEIO AMBIENTE	40
.....	
AÇÕES ADMINISTRATIVAS	41
.....	
CORREDORES E VLT	44
.....	
DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO	52



Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

EXERCÍCIO 2023

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. – EMTU/SP

Introdução A CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA reúne as informações necessárias da Empresa, em conformidade com os parâmetros estabelecidos no Art. 8º, Incisos I e VIII, da Lei federal Nº 13.303/2016 e o art. 9º do Decreto estadual nº 62.349/2016, destacando que o Conselho de Administração subscreve o presente documento, referente ao Exercício Social encerrado em 2023.

Identificação A EMTU/SP, constituída pela Lei estadual nº 1.492, de 13/12/1977, foi incorporada à Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo – EMPLASA em 1980, através do Decreto estadual nº 15.319, de 07/07/1980 e reconstituída mediante cisão parcial dessa Empresa, conforme Decreto estadual nº 27.411, de 24/09/1987, tendo seus atos de reconstituição arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04/01/1988, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado de São Paulo detendo mais de 99% das ações ordinárias e nominativas. Anteriormente uma sociedade de economia mista, com capital fechado contando com acionistas privados, passou a ser considerada, a partir de abril de 2019, uma em-

presa pública, mudança essa com efeitos principalmente nas áreas fiscal e jurídica da empresa.

Em dezembro de 2022, a EMTU/SP recebeu autorização para a atualização de seus 32 CNAEs (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), passando a empresa, a partir de 2023, a ser identificada não mais como uma empresa pública operadora de transportes, mas como uma empresa pública reguladora de atividade econômica. O ajuste dos CNAEs regulariza institucionalmente as atribuições da companhia e poderá gerar outros benefícios, inclusive tributários. Quase todos os 32 CNAEs foram regularizados com a previsão de concluir as demais alterações em 2024.

Perfil A empresa foi constituída com a finalidade de promover a qualidade da mobilidade urbana nas regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, planejando, estruturando e fiscalizando o serviço de transporte de média e baixa capacidade.

Com sede na cidade de São Paulo, conta ainda com cinco filiais, situadas em cada uma das Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo em que atua.

Passados 46 anos de sua fundação, a EMTU/SP tem por objeto, além da gestão da operação, promover a expansão dos serviços metropolitanos de passageiros de baixa e média capacidade, incluindo os serviços de ônibus, corredores metropolitanos e do Veículo Leve sobre Trilhos VLT, bem como de conexões intermodais de transportes de passageiros, competindo-lhe ainda outras atividades que lhe forem delegadas pela Secretaria de Transportes Metropolitanos.

Nas 885 linhas e serviços do sistema regular sob sua gestão (ref. dez/23), a EMTU/SP transportou, em 2023, cerca de 538 milhões de passageiros em uma frota de 4,9 mil veículos cadastrados e inspecionados regularmente.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Conselho de Administração

Tem, entre outras, a missão de discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de Governança Corporativa, implementando e supervisionando os sistemas de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno, estabelecida para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que esteja exposta a Empresa, inclusive aqueles relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e dos relacionados à ocorrência de corrupção e fraude.

Diretoria

Tem o compromisso com a excelência e efetividade das atividades da Empresa, contribuindo, sobremaneira, com discussões, treinamentos, aprovações e monitoramento de decisões que envolvem práticas de Governança Corporativa, com a finalidade de promover uma cultura corporativa ética e de respeito às leis, normas e regulamentos.

Conselho Fiscal

Constitui-se em órgão colegiado, não integrante da Administração, com ação individualizada de seus Membros, na qualidade de representante dos Acionistas, com a responsabilidade fiscalizadora das contas, dos atos dos Administradores e dos parâmetros estabelecidos nos Estatutos Sociais, dentro dos princípios de ética, equidade e transparência, emitindo opiniões, recomendações, pareceres, assim como pelo conhecimento de denúncias, zelando pelos interesses da empresa.

Comitê de Auditoria Estatutário

Em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, atua de forma independente em relação aos demais órgãos da EMTU/SP, tendo por objetivos a supervisão da qualidade e integridade dos relatórios financeiros, da aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, da efetividade dos sistemas de controles internos, da adequação dos processos relativos à gestão de riscos e das atividades dos auditores internos e independentes.

Comitê de Ética

tem como atribuição principal a apuração de denúncias sobre administradores da EMTU/SP, empregados e prepostos, sejam eles de natureza permanente ou temporária, transitória, excepcional ou eventual, ainda que sem remuneração, contratados direta ou indiretamente pela EMTU/SP.

IDENTIDADE FUNCIONAL

Propósito

Implantar, expandir, articular e gerenciar o transporte metropolitano de baixa e média capacidade nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo, atendendo com qualidade às demandas da população, assim como planejar e organizar a infraestrutura de transporte propiciando a integração entre sistemas de transporte e fortalecendo seu compromisso com o planejamento estratégico do Estado de São Paulo, com a sociedade e com o meio ambiente.

Missão

Promover a qualidade da mobilidade urbana nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo, planejando, estruturando e fiscalizando o serviço de transporte de média e baixa capacidade.

Visão

Aumentar o padrão de conforto, eficiência e modernidade do sistema de transporte sob responsabilidade gerencial da EMTU/SP, elevando a satisfação do usuário.

Princípios e Valores

Norteadores das ações e condutas:

- I - Conhecimento, Competência e Comprometimento;
- II - Integridade, Ética e Transparência;
- III - Responsabilidade Ambiental, Social e Econômica;
- IV - Inovação.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Os regimentos, regulamentos, políticas e instrumentos normativos relacionados à Governança Corporativa encontram-se disponibilizados em emtu.sp.gov.br, quais sejam:

- Estatutos Sociais;
- Código de Conduta e Integridade;
- Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Regimento Interno da Diretoria;
- Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário;
- Regimento Interno do Comitê de Ética;
- Regimento Interno do Conselho Fiscal;
- Regulamento interno da Auditoria Interna;
- Política de Comunicações e Porta-Vozes;
- Política de Divulgação de Informações;
- Política de Distribuição de Dividendos;
- Política de Gestão de Pessoas;
- Política de Transações com Partes Relacionadas;
- Programa de Integridade.

Controle Interno e Gestão de Riscos

A EMTU/SP busca continuamente adotar e disseminar boas práticas de Controles Internos, com foco na melhoria e no aprimoramento das normas, regulamentos, políticas e normatizações internas em geral, e com estrita atenção na adequação à legislação externa, bem como, na gestão de riscos. Nesse quesito destaca-se a Matriz de Riscos Corporativos, elaborada com metodologias próprias bem como, do Ministério do Planejamento e do Tribunal de Contas da União. Nela são identificados, avaliados e tratados possíveis riscos que, direta ou indiretamente, possam interferir no alcance dos objetivos esperados pela empresa. Essa constante preocupação organizacional contribui para coibir e inviabilizar a ocorrência de atos ilícitos, incluindo fraudes e atos de corrupção.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Em 2023, o Governo do Estado continuou avançando em direção à complementação da rede de transportes metropolitanos. No mês de dezembro, foi assinado o contrato para as obras de reforço e ampliação da Ponte A Tribuna, obra que irá conectar a parte continental à insular de São Vicente, corroborando para a implementação do Trecho 3 Barreiros – Samaritá do VLT da Baixada Santista.

Em dezembro de 2023, as obras civis do trecho Conselheiro Nébias-Valongo do VLT – (Trecho 2) alcançaram 55,10% de avanço e deverão ser concluídas em 2024. No início do ano eram 315 postos de trabalho alcançando, nos meses de setembro a novembro, 565 profissionais em campo.

Na Região Metropolitana de São Paulo, as obras da Fase 1 do BRT ABC, de responsabilidade da Concessionária Next Mobilidade, no trecho que abrange o Terminal São Bernardo até a Avenida Lauro Gomes, estão em andamento. A Parada Metrô foi concluída em 2023, seguindo as atividades previstas no Termo Aditivo nº13 ao Contrato 020/97 e promovendo maior conexão da região do ABC com a capital paulista.

Ainda, ao longo do ano foram realizadas discussões visando à implementação do Plano de Operação Estrutural do Corredor Metropolitano Itapevi-Osasco, garantindo um serviço de qualidade à população por meio da melhoria da operação, tecnologia veicular, acessibilidade, confiabilidade e eficiência.

As obras em andamento do trecho viário entre os terminais metropolitanos Carapicuíba e Luiz Bortolosso (km21) e a construção do viaduto Carapicuíba para transposição da Linha 8 da CPTM, tem previsão de término em 2024 ampliará a mobilidade com a melhoria da circulação de veículos da região, beneficiando tanto o usuário do transporte público como toda a população do entorno.

Tendo em vista aprimorar a experiência dos passageiros da EMTU/SP na RMSP, em junho de 2023, as linhas metropolitanas começaram a aceitar pagamento da tarifa por aproximação de cartões de crédito ou débito, celulares e smartwatches.

Nos dias 5 e 12 de novembro, datas em que foram realizadas as provas do ENEM, as linhas metropolitanas das regiões em que a EMTU/SP atua, além do VLT da Baixada Santista, Metrô, CPTM, Via Quatro e Via Mobilidade, tiveram gratuidade em suas tarifas entre 9h e 21h, conforme determinação do Governo do Estado de São Paulo, garantindo o acesso à realização das provas para todos os inscritos.

Em decorrência da Lei Estadual 17.611 de dezembro de 2022, que garante a gratuidade no transporte metropolitano para a população entre 60 e 65 anos, houve esforço ao longo de 2023 para a readaptação a esse benefício, que já havia sido implementado anteriormente entre 2014 e 2021. Em 2023, 295 mil idosos se cadastraram para usufruto deste benefício, número 37% menor em comparação com o último ano com registro completo do benefício Sênior Paulista (2019). Isso se deve ao restabelecimento do benefício apenas no mês de fevereiro e gradual recadastramento ao longo do ano.

Em 2023, foram incorporados à frota metropolitana do sistema regular 434 ônibus para melhor atender a população. Destes, 339 são ônibus zero quilômetro. Além disso, do total de 4.904 veículos cadastrados nas cinco regiões metropolitanas, 2.190 são dotados de ar-condicionado, trazendo maior grau de conforto aos usuários.

Em agosto de 2023, o Serviço Orca Zoo, que faz o traslado entre o Terminal Metropolitano Jabaquara e o Parque Zoológico de São Paulo comemorou 20 anos de existência. Nesse período, transportou mais de 5 milhões de pessoas.

Ao longo do ano, foram realizadas mais de 300 ações focadas nos passageiros e nos funcionários da empresa, as quais foram promovidas nas unidades da EMTU/SP, terminais metropolitanos e estações do VLT da Baixada Santista. As ações públicas abordaram campanhas de saúde, conscientização de diversos temas e comemoração de datas especiais.

Por essas ações e pelo bom desenvolvimento de suas atividades rotineiras, a EMTU/SP teve um aumento de 25% na participação de matérias positivas em relação ao total de matérias publicadas em 2023, considerando como referência a média dos três últimos anos.

No âmbito interno à empresa, foi lançado o Programa Integra, em maio de 2023, com objetivo de envolver os colaboradores promovendo disseminação de conhecimentos e troca de experiências entre as áreas, gerando melhores resultados para a empresa. Juntamente com o Grupo de Trabalho Mindset – que visa incentivar a mudança de pensamento e de comportamento dos empregados, em prol do fortalecimento das práticas de governança e da cultura organizacional da empresa – e o projeto Transporte de Ideias – pensado e desenvolvido para ouvir os colaboradores da empresa, essas ações demonstram o esforço da diretoria em estimular a sinergia entre os colaboradores e comunicação interna da empresa.

Com relação aos princípios ESG - Environmental, Social and Governance, além de sua inclusão nas metas da Estratégia de Longo Prazo, Plano de Negócios e na Matriz de Riscos

1 - Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento

2 - Environmental, Social, and Corporate Governance

Corporativos, em 2023, iniciou-se a implementação de ações nesse sentido, procurando-se sempre uma melhoria contínua nas práticas da empresa.

Por fim, em 2023 foi realizado internamente um projeto piloto com a Assessoria de Serviço Conveniado e Alternativo AES (Ligado), visando a minimizar os riscos em relação aos dados pessoais utilizados pela área e à Lei Geral de Proteção de Dados.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O processo de recuperação pós-pandemia ainda está ocorrendo, tendo em vista a mudança nos hábitos de deslocamento da população e nos modelos de trabalho atuais, que ainda consideram regimes híbridos e remotos.

Para a EMTU/SP, o número de passageiros transportados em 2023 alcançou cerca de 90% da realidade de 2019, ano anterior à pandemia. Ainda assim, o número atual representa uma melhora com relação ao ano de 2022, um aumento de aproximadamente 32 milhões de passageiros no total anual.

Considerando que as receitas operacionais da EMTU/SP são diretamente proporcionais à demanda de passageiros, esse contexto permitiu que a EMTU/SP mantivesse sua condição de empresa não dependente de recursos do Governo do Estado para suas atividades operacionais. Ainda, foi capaz de encerrar o exercício com saldo disponível de recursos próprios decorrente do equilíbrio sustentado pela organização das contas, regularização de processos e redução de despesas administrativas.

No que diz respeito aos investimentos em 2023, houve uma dotação disponível de recursos de R\$ 208,2 milhões referentes à LOA 2023 (nº 17.614, de 26/12/2022) e R\$ 251,9 milhões de Restos a Pagar de outros exercícios, além do saldo inicial, totalizando uma dotação de R\$ 462,8 milhões.

Durante o exercício de 2023, foram disponibilizados R\$ 180,7 milhões incluindo recursos da Fonte 1 (Tesouro do Estado), da Fonte 6 – DREM (Desvinculação de Receitas - Estados e Municípios) e Fonte 7 (Financiamentos). Desse total, R\$ 178,4 milhões foram pagos em 2023, restando R\$ 2,3 milhões para pagamento no início de 2024, representando 100% de realização do recebido pela EMTU/SP.

Região	Empreendimento	Tesouro Estado (Fonte 1 e 6)	Financiamento (Fonte 7)	Total 2023
RMBS	VLT - SIM da Baixada Santista	R\$ 125.656.011		R\$ 125.656.011
RMSP	Corredor Metrop. Itapevi - SP	R\$ 38.503.594	R\$ 8.016.838	R\$ 46.520.432
Geral	Demais Projetos	R\$ 6.277.507		R\$ 6.277.507
Total geral		R\$ 170.437.112	R\$ 8.016.838	R\$ 178.453.950

COMPROMISSOS DE CONSECUÇÃO DE OBJETIVOS

Visando registrar e organizar as ações para a consecução dos objetivos das políticas públicas nos próximos períodos, a EMTU/SP elaborou e divulgou os seguintes documentos:

- Plano de Negócios 2024 – (site)
- Estratégia de Longo Prazo 2024-2028 – (intranet)

PLANO ORÇAMENTÁRIO 2024

Para o exercício de 2024, a EMTU/SP conta com uma Dotação Orçamentária para Investimentos de R\$ 182,1 milhões de Fonte 1 e R\$ 90,8 milhões de Fonte 7, aprovada pela LOA 2024 nº 17.863, de 22/12/2023. Considerando que o valor oriundo da Fonte 1 foi contingenciado em 80%, o valor disponível restringe-se a R\$ 36,4 milhões.

A Fonte 7 será utilizada exclusivamente para financiamento das obras do Corredor Itapevi-SP e SIM da Baixada (VLT). Esse montante, somado aos valores de saldo inicial de recursos – R\$ 4,9 milhões e R\$ 163,5 milhões, relativos aos Restos a Pagar 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023, perfazem o total disponível de R\$ 295,7 milhões, que serão destinados a dar continuidade ao Programa 3706 – Expansão, Modernização e Gestão do Transporte de Baixa e Média Capacidade – PITU EM MARCHA, sob responsabilidade da EMTU/SP, conforme previsto no Plano Plurianual PPA 2020-2023 e PPA 2024-2027 do Governo do Estado de São Paulo.

FATORES DE RISCO

Em 2023, a tendência de aumento da demanda de passageiros permaneceu. Em comparação com o ano de 2022, houve um aumento de mais de 6% no total de passageiros transportados nas cinco regiões metropolitanas em que a EMTU/SP atua. No entanto, os quase 541 milhões de passageiros transportados em 2023 representam cerca de 90% do que o sistema da EMTU/SP transportava anteriormente à pandemia (2019).

Embora a gestão da empresa tenha sustentado seu equilíbrio econômico-financeiro, é necessário haver cautela nos próximos anos de exercício, uma vez que não é possível afirmar que o número de passageiros retornará aos níveis anteriores a 2020, tendo em vista as tendências no âmbito da mobilidade urbana e no estilo de vida da população.

Ainda, outro ponto que irá impactar as atividades da EMTU/SP é a expansão da malha de trilhos especialmente na RMSP, que gerará necessidade de adaptação da operação das linhas de ônibus metropolitanas e poderá atrair passageiros do sistema da EMTU/SP. Poderá haver impacto também nas linhas metropolitanas que atendem municípios que adotaram a isenção da tarifa de transporte municipal.

Desse modo, a EMTU/SP deverá manter seus esforços para o bom funcionamento da empresa a fim de mitigar a perda de demanda e, conseqüentemente, recursos.

Medidas como investimentos na qualidade de serviço, melhoria de infraestruturas, aumento de velocidade comercial das linhas, qualidade no atendimento ao cliente e divulgação de serviços, acompanhamento e monitoramento da rede metropolitana, busca pela integração com outros sistemas de transporte são primordiais nesse sentido.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os dados relativos à remuneração da Administração da EMTU/SP podem ser consultados, nos termos da legislação vigente, em todos os seus detalhes, cifras e quadros, no Portal da Transparência do Governo do Estado de São Paulo: www.transparência.sp.gov.br.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da EMTU/SP declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2023, em conformidade com os incisos I, III e VIII do art. 8 da Lei federal nº 13.303, de 30/06/2016.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024

Paulo Menezes Figueiredo
Presidente do Conselho

CONSELHEIROS

André Araújo Souza
Membro Independente

Gustavo de Magalhães Gaudie Ley

João Maurício Ferreira Maciel
Membro Independente

Gustavo de Carvalho Tapia Lira

Oliver dos Santos Hossepian Salles de Lima
Membro independente

João Germano Böttcher Filho

Laércio Basilio da Luz Filho
Representante dos empregados

José Lopes Hott Junior

Rafael Soriano Rodas



Acesse a carta anual assinada pelos conselheiros.

Quem Somos



A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. gerencia o transporte entre os municípios que compõem as Regiões Metropolitanas do Estado: São Paulo (RMSP), Baixada Santista (RMBS), Campinas (RMC), Vale do Paraíba/Litoral Norte (RMVPLN) e Sorocaba (RMS). São 134 cidades e mais de 30 milhões de habitantes. A EMTU/SP é uma sociedade anônima integrante da administração indireta do Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria de Estado de Transportes Metropolitanos (STM).

Gestão do Transporte Metropolitano

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

A RMSP é composta por 39 municípios que são interligados por 522 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo, operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 3.545 ônibus (fonte: Gerências Regionais). Em 2023 foram transportados na RMSP cerca de 421,7 milhões de passageiros, correspondendo a um aumento de quase 7% em relação a 2022.



O Serviço de Fretamento nessa região possui 7.786 veículos cadastrados na Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No período de janeiro a dezembro de 2023, no sistema Regular, foram realizadas 7.755 fiscalizações em campo, mais de 46,4 mil fiscalizações eletrônicas e 27.329 inspeções de frota (39% a mais que em 2022), nos dois sistemas, Regular e Fretamento.



Na RMSP está em operação o Corredor Metropolitano ABD (São Mateus – Jabaquara), além da extensão Diadema-Morumbi com 45 km de faixas (33 km exclusivas e 12 km compartilhadas) para ônibus, e o Corredor Guarulhos - São Paulo (Tucuruvi), com 15,6 km de extensão, sendo cerca de 12 km de faixa exclusiva para ônibus.

O Corredor Itapevi – São Paulo está em fase de implantação, sendo que os terminais Carapicuíba, Luiz Bortolosso (Km 21) e Vila Yara (Amador Aguiar) já estão em operação.

Atualmente todas as cinco áreas da Região Metropolitana de São Paulo possuem o serviço regular de ônibus em regime de Concessão. As concessionárias que operam na RMSP são as seguintes:

Região	Concessionária	Objeto	Principais municípios
Área 1 - Sudoeste	Intervias	Linhas regulares (comuns e seletivas)	Cotia, Embu das Artes, Embu Guaçu, Itapeerica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista
Área 2 - Noroeste	Anhanguera	Linhas regulares (comuns e seletivas)	Barueri, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba
Área 3 - Nordeste	Internorte	Linhas regulares (comuns, seletivas e sist. aeroporto)	Arujá, Guarulhos, Mairiporã, Santa Isabel
Área 4 - Leste	Unileste	Linhas regulares (comuns e seletivas)	Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Suzano
Área 5 - Sudeste	NEXT	Linhas regulares* (comuns e seletivas) Corredor Metropolitano São Mateus- Jabaquara e extensão Diadema-Brooklin	Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo

* Por meio do Termo Aditivo n°13 ao Contrato 020/97, assinado em março de 2021 com a ABC Sistema de Transporte SPE S.A. ("NEXT Mobilidade"), as linhas de ônibus remanescentes da Área 5, anteriormente operadas por 16 permissionárias, foram assumidas na sua totalidade em março de 2022 pela NEXT.



CARTÃO TOP

Implementado em 2021, contribui para a modernização dos meios de pagamento dos transportes coletivos. A principal característica dessa plataforma foi trazer todas as aplicações num mesmo cartão: sênior, escolar meia-tarifa, escolar passe livre, vale-transporte e comum; diferentemente do seu antecessor, o cartão BOM, que para cada aplicação exigia um cartão exclusivo.

Possui duas modalidades: o Puro Transporte, exclusivo para pagamento de tarifa ou o Híbrido, também cartão

Mastercard e conta digital, que além de usá-lo no transporte público, também pode ser utilizado para pagamento das compras em qualquer loja física ou online nas funções débito e crédito.

Existe ainda o TOP Especial é um cartão de aplicação individual que concede gratuidade nos ônibus da EMTU ao passageiro PCE, sem outra aplicação coexistente. Além de ser utilizado em todas as linhas da EMTU desde março de 2022, o cartão TOP é aceito nas linhas do Metrô e da CPTM, com desconto nas integrações. Ele também é aceito nos ônibus municipais de Arujá, Cotia, Rio Grande da Serra e Taboão da Serra. A bilhetagem TOP também possibilita o pagamento da tarifa do transporte por meio do QR Code (tíquete impresso) nas estações do Metrô e da CPTM, e a partir de 2023, de cartões de débito e crédito sem contato nas linhas da EMTU/SP.

Atualmente são mais de 2,4 milhões de cartões TOP ativos (48,8% Puro Transporte e 51,6% Híbrido). Em dez/21, a receita tarifária com a bilhetagem TOP era de R\$ 121,8 milhões passando para R\$ 200,5 milhões em nov/23.



BRT ABC

Com obras iniciadas no final de 2022, o BRT ABC é um sistema rápido de ônibus elétricos, que conectará os municípios de São Caetano, São Bernardo do Campo e Santo André à capital paulista. A frota de 92 veículos elétricos (não poluentes) e beneficiará cerca de 173 mil pessoas por dia em seus três terminais e 16 estações. A implantação está a cargo da concessionária NEXT Mobilidade que investirá R\$ 860 milhões.

Visando subsidiar a EMTU/SP na fiscalização das obras deste empreendimento, foi contratado o Consórcio BRT-SIT para prestar apoio nessa atividade, dentre outras funções.

A 1ª fase das obras, que corresponde ao trecho de 3,8 km do Terminal São Bernardo até a Avenida Lauro Gomes, no cruzamento com a Avenida Winston Churchill, possui 2,6 km de pavimento rígido em concreto armado, e destes 1,5 km de barreira de segurança do tipo New Jersey. Também foi concluída a Parada Metrópole. (dez/23)

A Fase 2, não iniciada, inclui o trecho de 13,5 km, 2 terminais e 13 paradas, possui maior complexidade devido as Obras de Arte necessárias. A Next Mobilidade já cumpriu a maior parte das exigências da CETESB, restando ainda algumas pendências em relação à supressão de vegetação e às áreas contaminadas, já em fase final de regularização.

NOTÍCIAS

- Em junho de 2023, as linhas da RMSP começaram a aceitar pagamento da tarifa por aproximação de cartões de crédito ou débito, celulares e smartwatches.
- Em agosto, através de parceria com a USP, foi dada continuidade ao projeto da primeira estação de abastecimento de hidrogênio renovável a partir do etanol no mundo. Essa medida viabilizará a realização de testes com um ônibus movido a hidrogênio dentro do campus da universidade na cidade de São Paulo.
- Ao longo do ano, foram realizadas discussões com o Consórcio Anhanguera visando à implementação do Plano de Operação Estrutural do Corredor Metropolitano Itapevi-Osasco, garantindo um serviço de qualidade à população por meio da melhoria da operação, tecnologia veicular, acessibilidade, confiabilidade e eficiência.
- Ainda, no campo operacional, houve intensificação da operação e extensão de mais de 30 linhas para amenizar o impacto da paralisação que afetou linhas do Metrô e CPTM no dia 28 de novembro.

REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA

A RMBS é formada por 9 cidades e por elas circulam 63 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum, Seletivo e VLT. São operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 468 ônibus (fonte: Gerências Regionais) e 22 Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs) que em 2023 transportaram cerca de 59,7 milhões de passageiros, o que representa um aumento de aproximadamente 5,5% com relação a 2022.

O Serviço de Fretamento na RMBS conta com 1.104 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No período de janeiro a dezembro de 2023, no sistema Regular, foram realizadas 5.080 fiscalizações em campo (7,3% a mais que em 2022), 401 fiscalizações eletrônicas e 3.623 inspeções de frota (8% a mais que em 2022) nos dois sistemas, Regular e Fretamento.

O Consórcio BR Mobilidade da Baixada Santista é responsável pela operação do SIM/VLT - Sistema Integrado Metropolitano (VLT e linhas metropolitanas do serviço Regular). Esse consórcio será responsável também pela operação dos trechos Conselheiro Nébias-Valongo (Santos), que teve obras iniciadas em 2020 e Barreiros-Samaritá (São Vicente), que está em fase contratação de Obras e elaboração dos Projetos Executivos.

VLT

O primeiro trecho do VLT da Baixada Santista em operação, entre São Vicente (Barreiros) e Porto de Santos possui 11,5 km de extensão e 15 Estações de Embarque e Desembarque. Em 2023, esse sistema transportou cerca de 7,4 milhões de passageiros.

A operação conta com o total de 22 veículos (VLTs) operacionais e o intervalo entre partidas no horário de pico é de 6 minutos.

As obras do segundo trecho do VLT, no início de 2023 contavam com 315 profissionais em campo. No final de junho foram abertas mais 142 vagas. Em setembro o número total dos trabalhadores foi para 565, sendo esse número mantido até novembro. Em dezembro, o número de profissionais em campo passou a ser de 536.

NOTÍCIAS

- Em dezembro de 2023, a EMTU assinou o contrato com a empresa Paulitec-Agis-Ponte A Tribuna, que ganhou a licitação para a reforma e ampliação da Ponte A Tribuna (dos Barreiros). A reforma marca o início da terceira fase do VLT da Baixada Santista que beneficiará cerca de 150 mil pessoas da região.
- Também no segundo semestre, a EMTU, em parceria com a concessionária BR Mobilidade, inaugurou o programa Giralivro em estações do VLT da Baixada Santista. Houve apoio da Prefeitura de Santos por meio do projeto municipal Leia Santos – um Incentivo à Leitura.

REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

A RMC é composta por 20 cidades interligadas por 145 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo. São operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 324 ônibus (fonte: Gerências Regionais) que em 2023 transportaram cerca de 32,2 milhões de passageiros, aproximadamente 4% mais passageiros que no ano de 2022.

O Serviço de Fretamento na RMC conta com 5.580 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No período de janeiro a dezembro de 2023, no sistema Regular, foram realizadas 5.132 fiscalizações em campo, 512 fiscalizações eletrônicas (81% a mais que em 2022) e 12.795 inspeções de frota (6,8% a mais que em 2022) nos dois sistemas, Regular e Fretamento.

A região conta com a operação do Corredor Metropolitano Biléo Soares que possui 31,7 km de extensão, sendo 23,0 km de faixa exclusiva para ônibus. Atende aos municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara D'Oeste, área que concentra aproximadamente 70% das viagens na RMC.

O Consórcio Bus+ é o responsável pela operação das linhas, manutenção dos terminais e estações de transferência da Região Metropolitana de Campinas.

NOTÍCIAS

- Na RMC, 2 linhas metropolitanas passaram a operar com mais quatro ônibus e tiveram um acréscimo de 47 novas partidas nos dois sentidos em dias úteis e 12 viagens nos finais de semana, beneficiando diariamente cerca de 7 mil passageiros.
- Em setembro, a EMTU, em parceria com o SEST Senat, realizou no Terminal Magalhães Teixeira, em Campinas, ações em apoio à Semana de Segurança no Trânsito com o tema "Descanse bem para conduzir com segurança". O objetivo foi conscientizar a população sobre cuidados preventivos no trânsito, medidas de segurança que salvam vidas.
- Nos dias 5 e 12 de novembro, datas em que foram realizadas as provas do ENEM, as linhas metropolitanas das regiões de Campinas, São Paulo, Baixada Santista, Vale do Paraíba e Litoral Norte e Sorocaba, além do VLT da Baixada Santista, tiveram gratuidade em suas tarifas entre 9h e 21h, conforme determinação do GESP.



REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE

A RMVPLN é formada por 39 cidades que são atendidas por 70 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo, operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 392 ônibus (fonte: Gerências Regionais) que transportaram, em 2023, aproximadamente 14,7 milhões de passageiros.

O Serviço de Fretamento na RMVPLN conta com 1.863 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No período de janeiro a dezembro de 2023, no sistema Regular, foram realizadas 2.977 fiscalizações em campo, 57 fiscalizações eletrônicas e 5.134 mil inspeções de frota nos dois sistemas, Regular e Fretamento.

NOTÍCIAS

- A EMTU/SP realizou uma campanha solidária para o Litoral Norte após a tragédia causada pelas fortes chuvas e deslizamentos de terra em fevereiro de 2023. Colaboradores, passageiros, empresas operadoras e consórcios contribuíram com água potável, alimentos não-percíveis, produtos de higiene, entre outros itens.
- Durante o ano de 2023, a EMTU/SP, por meio do Centro de Atendimento ao Passageiro Especial (CAPES) realizou encontros e seminários para divulgar o direito à gratuidade no acesso ao transporte metropolitano para as pessoas com deficiência, por meio da Carteira de Identificação do Passageiro Especial (CIPES) nas regiões do Vale do Paraíba e Litoral Norte e Sorocaba.

REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA

A RMS é composta por 27 municípios onde operam 85 linhas intermunicipais do Sistema Regular Comum e Seletivo com uma frota planejada para os dias úteis de 153 ônibus (fonte: Gerências Regionais). Em 2023, cerca de 9,8 milhões de passageiros utilizaram o transporte metropolitano, correspondendo a um aumento na demanda de aproximadamente 7%.

O Serviço de Fretamento na RMS conta com 1.962 veículos cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No período de janeiro a dezembro de 2023, no sistema Regular, foram realizadas cerca de 1.300 fiscalizações em campo, 11 fiscalizações eletrônicas e 2.752 inspeções de frota nos dois sistemas, Regular e Fretamento.



NOTÍCIAS

- Em março, foi divulgada a operação do novo serviço 6334EX1 Pilar do Sul (Terminal Rodoviário Antônio José da Silva) / Sorocaba (Terminal Rodoviário de Sorocaba), linha seletiva que visa a reforçar a ligação entre os dois municípios.

Dados Gerais

Sistema Regular

CARACTERÍSTICAS DA FROTA | DEZ/23

Fonte: Gerências Regionais

Região	Idade média da frota (anos)	Veículos com acessibilidade	Total
RMSP	6,88	3.403	3.545
RMBS ônibus	2,25	468	468
RMBS VLT	7,73	22	22
RMC	7,19	312	324
RMVPLN	7,37	201	392
RMS	10,08	116	153
Total	-	4.522	4.904

RENOVAÇÃO DA FROTA

Entre janeiro e dezembro de 2023, os consórcios e as permissionárias adquiriram 434 novos ônibus para atender a população. Destes, 339 são veículos 0km, 100% com acessibilidade universal, trazendo maior grau de conforto aos usuários. Há um esforço crescente por parte da EMTU/SP e da STM em aumentar o percentual da frota com esse perfil de qualidade dos ônibus.

Alguns pontos positivos merecem destaque:

1) No sistema Regular da RMSP, em 2012, eram 04 ônibus (0,1%) com USB disponível aos usuários; em 2020, o número subiu para 459 (9,5%) e, em 2023, 1030 (29,1%) ônibus circulando com esse dispositivo. Na RMC 99% da frota possui entrada USB.

2) Em 2012 apenas 4 veículos (0,1%) dispunham de wi-fi. Já em 2023, o número subiu para 682 (13,9%); Na RMC, 100% da frota está dotada desse sistema tão demandado pelos usuários.

3) A quantidade de ônibus dotados de ar-condicionado na

PASSAGEIROS TRANSPORTADOS EM 2023

Fonte: Relatório De Gestão Operacional - Intranet

Região	Passageiros (milhões)
RMSP	421,73
RMBS	59,70
RMC	32,21
RMVPLN	14,65
RMS	9,79
Total	538,08

RMSP, passou de 262 em 2011, para 1.726 (48,7%) em 2023. Na Região do Vale do Paraíba, eram 33 veículos em 2013 e agora, em 2023, são 172 veículos (43,9%). Na RMC, 59,9% dos ônibus possuem esse importante item.

4) 100% da frota da RMBS e da RMSP dispõe de letreiro eletrônico.

5) O número de veículos com assentos destinados a obesos também aumentou. Hoje 93,6% da frota metropolitana do sistema regular possui esse tipo de assento.

6) No sistema fretamento, em 2010, havia apenas 6 carros dispondo do DPM - Dispositivo Poltrona Móvel, e agora em 2023, há 1.771. O DPM posiciona a poltrona preferencial do lado de fora, permitindo ao passageiro com mobilidade reduzida embarcar e desembarcar com mais conforto. Já o DTA - Dispositivo de Transferência Auxiliar, que atende às questões de acessibilidade, disponível em apenas 02 veículos em 2014, agora está presente em 816 carros em 2023.

Outros Serviços

Além de gerenciar as linhas de ônibus do Serviço Regular Comum e Seletivo e corredores de ônibus de média capacidade, a EMTU/SP é responsável pelos seguintes serviços:

RTO (RESERVA TÉCNICA OPERACIONAL)

Serviço especial de característica complementar ao serviço Regular, que opera na RMSP com 98 veículos de baixa capacidade (até 20 passageiros).

PONTE ORCA ZOO (OPERADOR REGIONAL DE COLETIVO AUTÔNOMO)

Transporte especial operado por micro-ônibus, facilitando o acesso direto dos visitantes ao Parque Zoológico de São Paulo. No Terminal Metropolitano Jabaquara os passageiros podem comprar o ingresso para o parque e a passagem de ônibus, no quiosque instalado na Plataforma A.

A operação é feita por 3 (três) micro-ônibus com pintura temática e capacidade para transportar 20 pessoas por viagem.

Em agosto de 2023, o Serviço Orca Zoo comemorou 20 anos de existência. Nesse período, transportou mais de 5 milhões de pessoas. Com relação ao ano de 2023, foram realizadas 19.737 viagens transportando 150.835 pessoas.

FRETAMENTO METROPOLITANO

Modalidade de transporte realizada por empresas regularmente constituídas e registradas na STM que transportam pessoas para destinos pré-estabelecidos, dentro das regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, com contrato específico, itinerário pré-definido. Os serviços são classificados como contínuo, eventual, próprio e escolar.

A EMTU/SP é responsável pela inspeção e fiscalização de 18,2 mil veículos, entre ônibus rodoviários e micro-ônibus.

AIRPORT BUS SERVICE

Ônibus rodoviários de alto padrão de conforto para os passageiros com destino aos Aeroportos de Congonhas, em São Paulo, e Governador André Franco Montoro, em Guarulhos, com ligações a pontos estratégicos da capital paulista: Terminais Rodoviários do Tietê e da Barra Funda e Circuito dos Hotéis Paulista/Augusta.

As três linhas executivas são operadas por ônibus rodoviários com poltronas reclináveis de alto padrão, sistema wi-fi, tomadas de energia, mesa para laptops, ar-condicionado e toailete.



SERVIÇO ESPECIAL

Está em operação no corredor ABD um Serviço Especial denominado UBus (linha 287UBUS).

Trata-se de um atendimento diferenciado no trecho entre os terminais de Santo André e Diadema com a utilização de ônibus rodoviários de alto padrão de conforto para os passageiros com ar-condicionado, poltronas reclináveis em couro, sistema wi-fi, tomadas de energia e bagageiro.

Possui aplicativo exclusivo que permite a reserva antecipada do assento e controle dos horários. Não é permitido pessoas viajar em pé.



INSPEÇÃO DE FROTA

A EMTU/SP é responsável pela fiscalização e inspeção de cerca de 5 mil ônibus cadastrados no Sistema Regular (Comum e Seletivo), 604 micro-ônibus do Serviço SEC Ligado e 98 carros da Reserva Técnica Operacional (RTO). Gerencia e fiscaliza empresas que fazem fretamento, envolvendo 18,2 mil veículos desse serviço.

O trabalho de fiscalização de campo é realizado com a utilização do aplicativo para dispositivos móveis como celulares e tablets que oferecem redução no tempo para apreensão de veículos. Com a atualização do manual de inspeção técnica veicular as equipes treinadas verificam 928 itens relacionados à segurança e manutenção dos veículos.

Desse modo, agora são inspecionados 492 itens a mais que anteriormente. Isso se traduz em maior confiabilidade e segurança aos passageiros e ao trânsito geral.

Além disso, a EMTU/SP implantou selos com QR Code para acesso às informações referentes à inspeção dos veículos. Em 2023, a presença deste selo alcançou 100% da frota das linhas gerenciadas pela EMTU.

Em 2023, houve um crescimento de 21% na quantidade de inspeções, em relação às 42,7 mil realizadas no ano anterior.

SISTEMAS REGULAR E FRETAMENTO JAN - DEZ/23

Fonte: Relatório de Gestão Operacional - intranet / Gerências Regionais

Região	Inspeções - 2022	Inspeções - 2023	Crescimento
RMSP	19.626	27.329	39%
RMBS	3.359	3.623	8%
RMC	11.974	12.795	7%
RMVPLN	5.035	5.134	2%
RMS	2.692	2.752	2%
Total	42.686	51.633	21%

CENTRO DE GESTÃO E SUPERVISÃO - CGS

Em 2023, por meio da fiscalização eletrônica, o CGS respondeu a 3.308 notificações da Ouvidoria relacionadas ao cumprimento de horário e desvios de itinerário. Realizou 302 edições de rotas no mapa do sistema de monitoramento, sendo 257 atualizações, 18 correções e 27 criações de linhas.

Foram registradas ainda 335.292 ocorrências operacionais, atendidas 32 operações no PAESE Plano de Ação entre Empresas em Situação de Emergência e 04 autuações às empresas permissionárias e concessionárias.



Ações de Planejamento Operacional

As ações de planejamento operacional correspondem ao esforço da EMTU/SP em aprimorar a qualidade dos serviços oferecidos aos clientes metropolitanos.

No período de janeiro a dezembro de 2023, foram realizadas 4.233 intervenções para ajustes no planejamento operacional das linhas de todas as regiões. A tabela ao lado apresenta a quantidade de ajustes realizados por tipo de intervenção.

Intervenções	TOTAL RMs
Tabela Horária	2.384
Frota	1.088
Itinerário	275
Integração	138
Tecnologia	105
Paralisação/Cancelamento	85
Terminal	59
Denominação	34
Seccionamento Tarifário	31
Criação/Inclusão	21
Transformação	8
Característica	5
TOTAL	4.233

Fonte: DPL - Relatório de Gestão Operacional

MONITORAMENTO DA QUALIDADE

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
IQC	5,19	5,26	6,95	6,94	-	-	7,14	7,27

O Índice de Qualidade da Satisfação do Cliente – IQC, juntamente com os indicadores de operação, frota e aspectos econômico-financeiros, é parte integrante do Índice de Qualidade do Transporte - IQT e vem sendo aplicado desde o ano de 2005. As análises comparativas ao longo da história possibilitam a EMTU/SP definir procedimentos operacionais de planejamento que são repassados aos concessionários do sistema visando a melhoria dos serviços prestados. O IQC é obtido através da avaliação individual dos passageiros em relação à qualidade percebida dos serviços de transporte metropolitano sob gerenciamento da EMTU, por meio de aplicação de pesquisas com questionário estruturado junto a esses serviços.

Em 2018 o IQC foi realizado em todas as regiões metropolitanas gerenciadas pela EMTU e em 2019, devido a restrições orçamentárias, não foi possível realizar o levantamento na RMS e RMVPLN. Durante os anos de 2020 e 2021, as pesquisas que dão base ao IQC foram paralisadas em virtude da pandemia da COVID-19. Portanto, não há resultado do IQC nesses anos.

Em 2022 e 2023, a pesquisa foi realizada em todas as regiões metropolitanas gerenciadas pela EMTU alcançando no último período, um índice de 7,27. A tabela abaixo apresenta o crescimento positivo desse indicador, apontando para o reconhecimento pelos passageiros, da qualidade do serviço prestado.

1- A partir de 2018 a metodologia de apuração foi alterada visando simplificar o processo de atualização e a leitura do indicador. Assim, quando o índice de 2019 informa o valor de 6,94, significa que 69,4% dos entrevistados avaliam o serviço prestado pelo sistema metropolitano com sendo ótimo ou bom, revelando um bom índice de aprovação.

PLANO DE OPERAÇÃO ESTRUTURAL CORREDOR METROPOLITANO ITAPEVI-OSASCO

A partir do dia 25 de fevereiro de 2023, 19 linhas intermunicipais gerenciadas pela EMTU/SP e operadas pelo Consórcio Anhanguera na região oeste de São Paulo passaram a utilizar o novo trecho do Corredor Metropolitano Itapevi-Osasco, que compreende a Avenida Anhanguera e a Via Marechal Rondon, em Barueri, e a Avenida Deputado Emílio Carlos, em Carapicuíba.

Nesse novo trecho, de 3,5 km de extensão, os ônibus circulam do lado esquerdo das vias e o embarque e desembarque de passageiros é realizado junto ao canteiro central nas paradas Arsenal de Guerra, Antonio João, Vitorio Fornazaro, Santa Terezinha e Presidente Vargas.

A configuração das novas paradas propiciou mais conforto e segurança a quem utiliza o transporte metropolitano, já que possuem ampla cobertura e iluminação noturna.

Com a operação desse novo trecho do Corredor, foi dada continuidade ao plano de operação estrutural, a partir da criação de novas linhas troncais e integradoras em complemento às linhas precursoras 840TRO e 850TRO. Foram realizadas reuniões entre EMTU/SP e o Consórcio Anhanguera para discutir as premissas para implantação da nova etapa de troncalização do Corredor Metropolitano Itapevi-Osasco.

Como resultado, em 1º de julho de 2023 teve início a operação de três novos atendimentos especiais:

- **E-860TRO-000-R** Itapevi (COHAB/Jd.Paulista) Osasco (V.Yara) via Jandira (Centro);
- **E-870TRO-000-R** Osasco (Vila Yara) Cotia (Terminal Metropolitano de Cotia);
- **E-870EX1-000-R** Jandira (Centro) Cotia (Term.Metrop.de Cotia) via Estações CPTM Engº Cardoso e Sagrado Coração.

As linhas e serviço propostos, foram classificadas como linhas "Especiais" e visaram a atender os principais desejos de deslocamento, passando pelos diferentes trechos do Corredor Metropolitano Itapevi-Osasco, nos municípios de Itapevi, Jandira, Barueri, Carapicuíba e Osasco.

As numerações remetem às linhas troncais já implantadas na primeira fase (840TRO e 850TRO) e permitem fácil reconhecimento pelos clientes como atendimentos de referência. Além disso, com o objetivo de estabelecer uma marca diferenciada para a operação do Corredor Metropolitano Itapevi-Osasco, esse atendimento especial conta com:

- tecnologia veicular diferenciada em termos de conforto (veículos novos, motor traseiro, low entry, ar-condicionado, carregadores USB, entre outros);
- veículos com pintura característica do Corredor Metropolitano Itapevi-Osasco
- oferta de viagens e jornada operacional que as caracterizem como linhas de referência na região;
- integração física e tarifária com todos os atendimentos metropolitanos que tenham contato com o Corredor - atualmente são 80 atendimentos.

A implantação do Plano de Operação Estrutural do Corredor Metropolitano Itapevi-Osasco estabeleceu a marca de serviço diferenciado ao projeto do Governo do Estado de São Paulo por meio de tecnologia veicular, acessibilidade, confiabilidade e eficiência.

Como resultado, houve aumento da oferta de destinos, redução da incidência tarifária para os usuários que anteriormente tinham que utilizar mais de uma linha sem integração e melhorias em termos ambientais, proporcionando assim benefícios aos passageiros e à sociedade como um todo.

Responsabilidade Social



ESG - ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE

O acrônimo ESG, do Inglês Environmental, Social and Governance, refere-se a uma grande tendência e uma necessária resposta das empresas frente aos desafios da sociedade contemporânea.

O ESG é um conjunto de padrões e boas práticas que visa a definir se uma empresa é socialmente consciente, sustentável e corretamente gerenciada, servindo como um balizador para atestar que a organização possui a compreensão da influência que ela exerce, do impacto positivo ou negativo e do valor compartilhado que ela pode gerar por meio dos seus negócios perante todo o seu ecossistema de relacionamento.

A busca ao atendimento aos princípios ESG está contemplada na Matriz de Riscos Corporativos da EMTU/SP e, em 2023, procurando-se sempre uma melhoria contínua nas práticas da empresa, iniciou-se a implementação de ações nesse sentido.

PASSAGEIRO ESPECIAL

SEC – SERVIÇO ESPECIAL CONVENIADO – LIGADO

Serviço de transporte de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida severa, realizado por meio de convênios ou contratos firmados entre a EMTU/SP e entidades assistenciais ou órgãos Federais, Estaduais e Municipais.

Em dezembro de 2023, havia 5.006 alunos cadastrados no sistema (1.124 na RMC e 3.882 na RMSP). Todos os 604 veículos do LIGADO (97 na RMC e 507 na RMSP), são totalmente adaptados para pessoas com deficiência e monitorados via satélite. São 90 veículos a mais que em 2022, um crescimento de 17,5%, o que significa maior agilidade no atendimento.

Os alunos transportados estudam em 983 unidades escolares, 186 na RMC e 797 na RMSP, e fazem parte da Rede Regular de Ensino e da Associação de Amigos do Autista – AMA, da Associação de Assistência à Criança com Deficiência - AACD, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, entre outras instituições conveniadas e/ou credenciadas pela SEDUC – Secretaria da Educação do Estado.



Entre janeiro e dezembro de 2023, o Ligado realizou 1,8 milhão de atendimentos, quase 100 mil a mais que em 2022.

CENTRO DE ATENDIMENTO AO PASSAGEIRO ESPECIAL - CAPEs

Em setembro de 2023, o Centro de Atendimento ao Passageiro Especial – CAPEs SP completou 23 anos de atividade. Hoje, presente em todas as Regiões Metropolitanas em que a EMTU/SP atua, o CAPEs emitiu em 2023, 55.468 benefícios (Carteira de Identificação do Passageiro Especial – CIPES), para garantir a isenção do pagamento da tarifa às pessoas com deficiência nas linhas de ônibus e VLT. A carteira é entregue nas duas unidades do CAPEs em São Paulo e em Campinas onde temos o atendimento presencial, ou encaminhada às Unidades de Saúde nas demais Regiões Metropolitanas para ser entregue aos passageiros especiais, devido ao atendimento ser indireto. O processo de emissão da carteira é feito em parceria com as Unidades Básicas de Saúde – UBS - cadastradas na EMTU/SP nas cidades das cinco Regiões Metropolitanas do Estado.

Em 2000, o CAPEs iniciou o atendimento presencial para emissão do benefício da gratuidade. Desde a sua inauguração, foram registrados mais de 534,4 mil cadastros a pessoas com deficiência. Atualmente são atendidas mais de 350 pessoas por dia no local.

Durante o ano de 2023, houve a sequência do Treinamento Continuo aplicado aos profissionais de todas as UBSs cadastradas, por meio de palestras e treinamentos com esclarecimentos de dúvidas dos profissionais de saúde

responsáveis pelo primeiro atendimento aos usuários Pessoa com Deficiência – PcD.

Foi mantida a parceria com a Prefeitura de Praia Grande na RMBS que cedeu uma sala para atendimento direto aos munícipes no Terminal Tatico, bem como a parceria com o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de Sorocaba na RMS para emissão dos laudos às PcDs da região. No Município de São José dos Campos na RMVPLN, também permanece a parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, para encaminhamento à EMTU/SP, das Pessoas com Deficiência – PcD, que são cadastradas naquela unidade para a emissão do benefício. O objetivo é facilitar o acesso ao benefício a todos os deficientes que têm direito e interesse em obter o benefício da gratuidade.

Em novembro de 2023, foi implantado o WEBCAPES, uma Plataforma desenvolvida pelos técnicos da EMTU, em ambiente web, visando o atendimento online dos usuários, com a inserção de documentos diretamente para o sistema de concessão de benefícios de isenção tarifária para pessoas com deficiência, melhorando o atendimento à população e com mais agilidade nos processos. Inicialmente o serviço está em funcionamento nas Regiões Metropolitanas de Sorocaba e Campinas e futuramente será implantado nas outras RM's.

Carteira de Identificação do Passageiro Especial – CIPES		
Usuários Cadastrados	Benefícios válidos	Carteiras emitidas em 2023
534.411	85.867	55.468

PASSAGEIRO ESCOLAR

O benefício do Passe Escolar é oferecido a estudantes e professores de escolas localizadas nas regiões metropolitanas com isenção total ou desconto de 50% no pagamento da tarifa da linha metropolitana nos trajetos intermunicipais, compreendendo o deslocamento residência-escola e vice-versa.

Em 2023, 14.644 escolas estavam com cadastro ativo na EMTU/SP, das quais 8.728 instituições (59,6%) estavam localizadas na RMSP, conforme tabela a seguir. Na sequência, as instituições de ensino da RMVPLN representaram 14,9% do total cadastrado na EMTU/SP.

Região	Instituições
RMSP	8.728
RMBS	964
RMC	1.165
RMVPLN	2.182
RMS	1.605
Total	14.644

Fonte: DAC - Departamento de Arrecadação

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Em 2023, houve mais de 114 mil solicitações de Passe Escolar por estudantes e professores das cinco regiões metropolitanas em que a EMTU/SP atua, das quais 72,5% foram deferidas pela EMTU/SP, em razão de as demais não comprovarem os requisitos mínimos para obtenção do benefício.

Das mais de 83.230 solicitações deferidas pelas EMTU/SP, 49,7% eram de estudantes com isenção total no pagamento da tarifa (Passe Livre) e 50,3% de estudantes e professores com desconto de 50% no valor da passagem do ônibus (Meia Tarifa).

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS EM 2023

Fonte: DAC - Departamento de Arrecadação

BENEFÍCIO	RMSP	RMBS	RMC	RMVPLN	RMS	TOTAL
Passe Livre	30.280	4.695	2.074	2.051	2.280	41.380
Meia Tarifa	30.639	5.094	2.246	2.337	1.534	41.850
Total	60.919	9.789	4.320	4.388	3.814	83.230
Representa	73,2%	11,8%	5,2%	5,3%	4,6%	100,0%

BENEFÍCIOS DO PASSE ESCOLAR

- **Meia Tarifa** - desconto de 50% (cinquenta por cento) no pagamento da tarifa autorizada das linhas intermunicipais da EMTU/SP a estudantes e professores, desde que atendam aos requisitos para obtenção do benefício. Em 2023, foram realizadas cerca de 8,9 milhões de viagens por passageiros com esse benefício.

Passe Livre - isenção integral no pagamento da passagem dos ônibus da EMTU/SP a estudantes bolsistas do programa PROUNI - Programa Universidade para Todos; estudantes financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil - FIES; estudantes integrantes do Programa Bolsa Universidade -

Programa Escola da Família; estudantes atendidos por programas governamentais de cotas sociais; estudantes "Baixa Renda", que são aqueles que comprovem renda familiar "per capita" inferior a 1,5 (um e meio) salário mínimo nacional, além de estudantes dos ensinos fundamental e médio, apenas de escolas públicas. Professores não têm direito a este benefício.

Em 2023, foram realizadas 4,9 milhões de viagens pelos estudantes beneficiados com o Passe Livre nas 05 (cinco) regiões metropolitanas gerenciadas pela EMTU/SP. O acumulado no período 2015-2023 foi de 89,5 milhões de viagens com 100% de desconto na tarifa.

PASSAGEIRO IDOSO

Idosos a partir dos 60 anos de idade podem embarcar gratuitamente nos ônibus do Sistema de Transporte Público Coletivo gerenciado pela EMTU/SP nas cinco regiões metropolitanas em que a EMTU/SP atua. Eles formam dois grupos denominados "A partir dos 65 anos de idade", referente à gratuidade definida pelo Estatuto da Pessoa Idosa, e "De 60 a 64 anos de idade", referente ao benefício Sênior Paulista, reestabelecido pela Lei Estadual 17.611/2022.

Juntos, os dois grupos realizaram 384,6 milhões de viagens no período 2015-2023, cuja proporção é de 46,4% para os idosos a partir de 65 anos de idade e 53,6% para o Sênior Paulista, representando 7,5% em relação ao total de passageiros transportados no Sistema EMTU/SP. No que diz respeito ao ano de 2023,

foram realizadas 42,4 milhões de viagens no Sistema EMTU/SP por ambos os grupos.

Em 2019, a proporção dos que tinham 65 anos de idade ou mais era de 36,5%, enquanto o Sênior Paulista representava 63,5% do total de idosos. Já em 2023, a proporção entre os dois grupos revelou uma nova configuração: os que têm a partir de 65 anos de idade passaram a representar 56,1% do grupo de idosos e os de 60 a 64 anos de idade registraram 43,9%.

A proporção mais baixa de idosos no Sênior Paulista em 2023 deve-se ao restabelecimento do benefício apenas no mês de fevereiro e gradual recadastramento ao longo do ano.

GRATUIDADE PARA PESSOAS COM 60 A 64 ANOS

O acesso ao transporte metropolitano também é gratuito nas linhas do serviço comum, por meio do uso de cartão de transporte (TOP e BOM na RMSP; BR Card na RMBS, BUS+ na RMC e cartões próprios das operadoras na RMVPLN e RMS). Ou seja, nessa faixa etária, a apresentação de documento não é válida. Caso não possua cartão, o idoso deverá pagar a tarifa da linha normalmente.

O benefício já havia sido implementado em 2014. Esteve suspenso durante o início de 2021 a 2022, mas retornou através da aprovação da Lei Estadual 17.611 de 15/12/2022.

A legislação estabelece que os idosos de 60 a 64 anos de idade interessados no benefício do Sênior Paulista devem ser previamente cadastrados pelas operadoras. Para usu-

fruírem dos benefícios, os idosos portam um cartão de transporte (smartcard), utilizados nos validadores dos ônibus, que liberam gratuitamente a catraca. O número de beneficiários que possuíam o Sênior Paulista ativo nas cinco regiões metropolitanas em 2023 era de 295.870 idosos.

A partir do restabelecimento do benefício, foram realizadas 18,6 milhões de viagens por idosos de 60 a 64 anos de idade nas cinco regiões metropolitanas, quantidade abaixo da série histórica, justificada pela forte queda (-58%) de demanda do transporte público decorrente da pandemia do coronavírus; comparativamente, em 2019 (último ano com registro completo), foram realizadas 44,4 milhões de viagens utilizando o benefício. No período 2015-2023, o Governo do Estado de São Paulo isentou do pagamento da tarifa 206,1 milhões de viagens realizadas pelos idosos.

GRATUIDADE A PARTIR DOS 65 ANOS DE IDADE

O acesso gratuito ao transporte público é garantido pelo Estatuto da Pessoa Idosa (Lei Federal 10.741 de 1º/10/2003). Nessa faixa etária, o idoso pode apresentar qualquer documento pessoal que faça prova da sua idade e desembarcar pela porta dianteira do ônibus. Caso ele tenha o cartão de transporte (TOP e BOM na RMSP; BR Card na RMBS, BUS+ na RMC e cartões próprios das operadoras na RMVPLN e RMS), poderá aproximá-lo do validador do ônibus, passar pela catraca e realizar o desembarque pela porta traseira do veículo; com a utilização do cartão de transporte, a oferta de assentos ao idoso é maior, o que lhe garante maior comodidade em sua viagem.

NÚMERO DE VIAGENS REALIZADAS POR IDOSOS A PARTIR DOS 65 ANOS DE IDADE NO SISTEMA EMTU/SP

Fonte: DAC - Departamento de Arrecadação

Região	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Período
RMSP	5.069.061	10.434.543	15.407.507	18.446.678	20.942.458	11.733.914	13.070.944	17.746.73	16.952.831	129.804.670
RMBS	12.134.456	5.980.476	722.340	2.049.221	2.928.024	1.899.109	2.156.237	2.731.027	2.951.116	33.552.006
RMC*	-	1.321	106	5	541.856	1.093.876	1.270.102	1.666.983	2.208.003	6.782.252
RMVPLN	702.650	561.044	432.839	500.233	558.250	302.079	346.654	1.102.737	1.315.607	5.822.093
RMS**	-	163.958	330.230	467.832	518.079	223.289	223.746	287.177	326.078	2.540.389
Total	17.906.167	17.141.342	16.893.022	21.463.969	25.488.667	15.252.267	17.067.683	23.534.658	23.753.635	178.501.410

*Sem controle e registro organizado da gratuidade. Foram sistematizados a partir de 2019, mas ainda não alcançam os que desembarcam pela porta dianteira sem passar pela catraca.

**Informações operacionais disponíveis a partir de junho de 2016.

IDOSOS COM IDADE ENTRE 60 E 64 ANOS COM BENEFÍCIO ATIVO NA EMTU/SP

Região	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2023
RMSP	194.347	251.763	296.990	341.162	368.190	308.098	167.150
RMBS*	-	32.017	37.522	43.499	47.110	42.581	34.107
RMC	5.114	8.968	12.445	15.902	17.642	46.786	22.096
RMVPLN	9.377	14.969	19.583	21.773	24.833	90.507	25.497
RMS*	0	5.789	7.698	10.380	12.335	43.324	47.020
Total	208.838	313.506	374.238	432.716	470.110	531.296	295.870

* Informações operacionais disponíveis a partir de junho de 2016.

NÚMERO DE VIAGENS REALIZADAS POR IDOSOS DE 60 A 64 ANOS DE IDADE NO SISTEMA EMTU/SP

Região	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 (a)	2022 (b)	2023 (c)	Período
RMSP	14.146.079	22.778.501	27.454.708	32.338.285	34.963.640	18.600.975	1.378.159	-	13.747.370	165.407.717
RMBS (d)	-	2.023.617	4.695.508	5.429.213	5.784.313	3.213.287	255.575	-	3.059.373	24.460.886
RMC	455.701	957.476	1.147.800	1.322.665	1.544.571	1.062.268	94.572	-	1.103.398	7.688.451
RMVPLN	459.106	919.482	1.036.894	1.135.712	1.143.653	506.831	83.800	-	441.230	5.726.708
RMS (d)	-	247.758	445.603	559.887	946.286	328.668	34.915	-	267.255	2.830.372
Total	15.060.886	26.926.834	34.780.513	40.785.762	44.382.463	23.712.029	1.847.021	-	18.618.626	206.114.134

(a) Até janeiro; benefício extinto em 1º/02/2021 (Decretos Estaduais 65.414 de 22/12/2020 e 65.455 de 30/12/2020).

(b) Benefício inexistente.

(c) A partir de fevereiro; benefício restabelecido pela Resolução STM 03 de 30/01/2023 (Lei Estadual 17.611 de 15/12/2022, regulamentada pelo Decreto 67.455 de 20/01/2023).

(d) Informações operacionais disponíveis a partir de junho de 2016.

PASSAGEIRO DESEMPREGADO

No Corredor Metropolitano ABD (São Mateus - Jabaquara), o usuário desempregado tem direito à isenção tarifária. O trabalhador demitido, há no mínimo dois meses e no máximo seis meses, com registro em carteira por pelo menos seis meses contínuos tem direito à isenção.

Outro pré-requisito para a concessão do benefício é que a pessoa resida ou tenha trabalhado na região do Corredor ABD (São Mateus-Jabaquara). A isenção tem validade de 28 dias corridos. Em 2023, 142 desempregados adquiriram o benefício.

RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

CAMPANHAS

O ano de 2023 foi de muito sucesso para as atividades de Marketing da EMTU. Ocorreram diversas novas ações para os nossos passageiros e colaboradores. Foram mais de 300 ações realizadas aos passageiros e funcionários promovidos nas unidades da empresa, terminais metropolitanos e estações do VLT da Baixada Santista.

Na área da saúde, foram diversos eventos com testes gratuitos, informações e palestras sobre diversos assuntos, atividades em apoio às campanhas do janeiro branco, fevereiro roxo, agosto laranja e agosto lilás, setembro amarelo, outubro rosa, novembro azul e dezembro vermelho, que se referem respectivamente à conscientização da saúde mental e emocional; doenças crônicas; esclerose múltipla; enfrentamento contra violência à mulher; prevenção ao suicídio; contra o câncer de mama; contra o câncer de próstata e conscientização ao HIV. Tivemos também ações de doação de sangue presentes em cinco terminais metropolitanos da EMTU, além das ações internas na sede da empresa.

Com o objetivo de conscientizar e incentivar a população a se vacinar, realizamos eventos que ofereceram aos passageiros doses de reforço para combater o coronavírus com a bivalente, e a vacina contra influenza e contra a gripe. A EMTU também mostrou seu apoio, respeito e solidariedade às campanhas contra a violência aos idosos, crianças e adolescentes, de combate à homofobia e respeito à diversidade, exploração sexual infantil, sobre autismo e consciência negra.

Também ocorreram atividades para datas especiais em celebração ao Dia das Mães, dos pais, das crianças, da família, dos namorados, da árvore, da água, do meio ambiente, da doação de livros, de Nelson Mandela, do consumidor, da gentileza, do aperto de mão, entre outros. Além disso, re-

cebemos nos terminais metropolitanos a Operação Praia Segura, mutirão da catarata, ações de combate à dengue e outras doenças transmitidas por animais, e programas que ofereceram empregos e estágios.

Durante todo o ano, a EMTU contou com o apoio de diversos parceiros que nos ajudaram a realizarem os eventos como: Sest Senat, CAPS Osasco, Secretaria de Saúde Municipal de SP, Bem Querer Mulher, Grau Técnico, Bombeiros Salvamar Paulista, Instituto NEPSAR, Instituto Vida Nova Integração Social Educação e Cidadania, Centro de Cidadania LGBTI Laura Vermont, Instituto PSIU, ONG Viva Melhor, Projeto Cultural Pimenteiros e Pimenteiros do Vermelhão e Museu Comunitário do Jardim Vermelhão, SENAC, Prefeitura de Santos, São Vicente, Diadema, São Bernardo do Campo e Cotia, Secretaria de Mobilidade e Transportes, CMK, Pavs São Mateus, Icesp, Escola Grau, Instituto Embelleze, Rosa Mulher, Gira Sol do Bem, Myrthes Silva Abc Escola de Enfermagem, Estácio de Sá Jurídico, Instituto Vida Nova, CTA São Mateus, Sest Senat, Centro de Cidadania LGBTI Edson Neri, SBH, Instituto Barong, Sautech, R7, Cia Sopa de Comédia e Prefeitura de Diadema, ACM, Setrans, Uvis Vila Mariana/Jabaquara, UBS Ferrazópolis, Instituto Olinto Marques de Paulo, dupla de rock Wlad e Wagner, Escritora e jornalista Ivy Farias, Instituto São Paulo de Ação Voluntária, Grupo Artístico e Cultural Raios de Sol, Camp, BBF, Sesc, Grupo de Aliança de Artesãos e colecionadores de miniaturas, BR Mobilidade, ABSW, UNIP e Procon.



ATENDIMENTO AOS CLIENTES E COMUNIDADES

Em 2023, a Ouvidoria e a Central de Atendimento ao Cliente, entre ligações telefônicas e outras formas de comunicação (cartas, internet, fax, etc.) realizaram mais de 79,5 mil atendimentos e deste total 80,8% estavam relacionados a solicitações de informações.

As principais solicitações continuam sendo sobre Passe Escolar, Serviços das Linhas Intermunicipais, Carteira Passageiro Especial e Horários. Reclamações e/ou denúncias representaram 16,9% dos atendimentos, enquanto 2,33% dos contatos foram realizados para encaminhar sugestões e elogios. Os clientes podem entrar em contato com a EMTU/SP por meio do formulário eletrônico, disponibilizado no site da empresa, por formulário impresso, por carta, fax, pessoalmente – na unidade de São Bernardo do Campo ou pelo número 0800 724 0555.

Item	Descrição	Quantidade	Participação no total de atendimento (%)
Informações	Passe Escolar	23.756	29,9
	Serviços das linhas intermunicipais	10.783	13,6
	Itinerário	5.151	6,5
	Horário	4.484	5,6
	Outras*	20.105	25,3
Subtotal - Informações		64.279	80,8
Demandas	Sugestões e Elogios	1.625	2,3
	Reclamações e/ou Denúncias	13.434	16,9
Subtotal - Demandas		17.924	20,59
Total		79.563	100

(*) Cart.Pass.Especial, endereço, greve, serviços, integração, isenção tarifária, passe desempregado, telefone, passe idoso, Ligado e vale transporte.

COMUNICAÇÃO

PRÊMIO SECOM TRENDS

Em dezembro, a EMTU subiu no pódio do Prêmio Secom Trends, organizado pela Secretaria de Comunicação do Governo do Estado de São Paulo. O vídeo "EMTUween – Atitudes que assombram no ônibus" ficou em terceiro lugar dentre as publicações que se destacaram nas redes sociais dos órgãos do governo.



REDES SOCIAIS

Nossas redes sociais seguem se fortalecendo como ferramentas de comunicação com os passageiros.

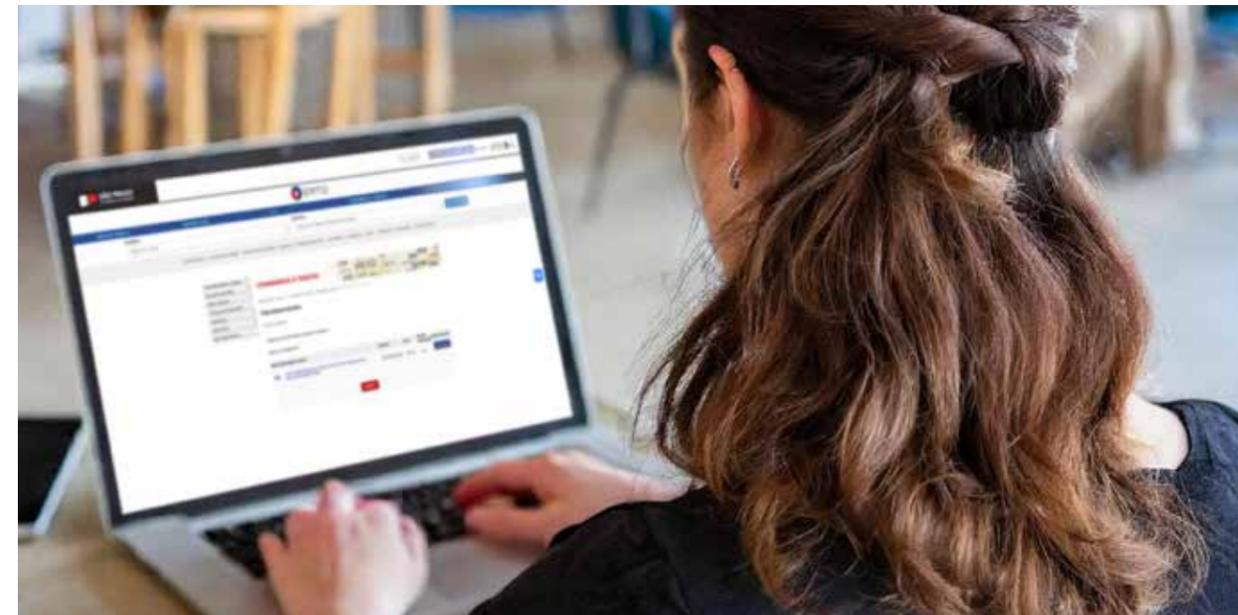
O ano de 2023 foi de muito destaque para as redes sociais da EMTU, que até chegou a ser premiada na primeira edição do Prêmio Secom Trends, organizado pela Secretaria de Comunicação do Governo do Estado de São Paulo.

No Instagram, por exemplo, houve um aumento de quase 6 mil seguidores em comparação com o ano de 2022, seguidores estes que chegaram de forma orgânica, sem nenhum impulsionamento pago realizado.

Os números dos seguidores nas redes sociais da EMTU em 2023 são:

- **Instagram – 22,8 mil seguidores,** um aumento de 33,6% sobre 2022,
- **Twitter – 65.117 seguidores,**
- **Facebook – 40 mil seguidores,**
- **YouTube – 4,32 mil inscritos,** um aumento de 17,2% sobre 2022 e
- **LinkedIn – 11 mil seguidores.**

Em 2023 também foi iniciada uma conta no TikTok que já possui 894 seguidores.



INTERNET

Canal de comunicação com atualização diária onde os clientes buscam informações que facilitam os deslocamentos na rede de transporte metropolitano, por meio da consulta de itinerários das linhas de ônibus e suas integrações com o sistema metroferroviário. Em 2023, o site da EMTU recebeu o acesso de 2,6 milhões de usuários e 62,1 milhões de visualizações.

APLICATIVO

Com o aplicativo "EMTU Oficial" (Android e IOS), os passageiros do Sistema de Transporte Metropolitano podem consultar o itinerário e a localização dos ônibus intermunicipais. As principais funcionalidades do sistema possibilitam conferir as linhas gerenciadas pela EMTU/SP e sua operação em tempo real, como rotas, valor de tarifa, tempo estimado de percurso etc. Apenas em 2023, foram realizados 512 mil downloads, sendo mais de 4 milhões desde a sua criação.

IMPRENSA

A política de transparência adotada pela empresa no relacionamento com a imprensa das cinco Regiões Metropolitanas também facilitou a relação com os usuários, com a ampla divulgação de assuntos de interesse geral.

MATERIAL IMPRESSO

Para garantir a compreensão dos usuários sobre mudanças operacionais, criação de linhas, entre outras providências, a EMTU/SP disponibilizou folhetos, banners, totens, livretos, cartazes e informativos em todas as regiões metropolitanas.

WHATSAPP

Assim como ocorria com o Cartão BOM desde 2020, os passageiros das linhas intermunicipais da RMS/SP gerenciadas pela EMTU/SP permanecem contando com o atendimento via WhatsApp referente ao Cartão TOP e à compra de bilhetes digitais também. O autoatendimento pode ser realizado durante 24h por dia. Outros atendimentos podem ser realizados todos os dias, exceto feriados, das 5h às 24h.

Meio Ambiente

PROGRAMA CONSCIENTIZAR

Região	Inspeções	Aprovação
RMSP	6.701	49%
RMBS	1.234	91%
RMC	2.197	77%
RMVPLN	991	48%
RMS	427	78%
Total	11.550	59%

Fonte: Gerências Regionais

O programa "Conscientizar" avalia, por meio do equipamento Opacímetro, a fumaça liberada pelo escapamento dos ônibus metropolitanos e, tem por objetivo conscientizar as empresas operadoras do Sistema Metropolitano de Transportes sobre pneus (Regular e Fretamento) sobre a importância de se manter motores dos veículos regulados, a manutenção adequada e o uso de combustível e boa procedência, diminuindo assim a emissão de material particulado na atmosfera e contribuindo com o meio ambiente.

A EMTU/SP foi inscrita no Programa para Melhoria da Manutenção de Veículos Diesel - PMMVD da Cia. Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB em 2022, ficando autorizada a emitir Relatórios de Medição de Opacidade - RMO, documento que comprova a conformidade dos veículos em programas de gestão de frotas e podem ser utilizados, também, para obtenção na redução de valores de multas junto à CETESB.

Em 2023, foram realizadas 11.550 medições de opacidade – 2,3% a mais em relação à 2022, com uma aprovação de 59%.

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO METROPOLITANO

O contrato de concessão com a NEXT Mobilidade prevê a remessa, da concessionária à EMTU/SP, de uma série de informações de caráter ambiental que são analisadas para definição do desempenho ambiental das garagens, conforme metodologia desenvolvida no Programa STAQ - Transporte Sustentável e Qualidade do Ar, no âmbito do convênio de cooperação técnica firmado entre a EMTU/SP e a ANTP. As análises tiveram início em 2022 e como resultado foi gerado relatório colaborativo para a empresa concessionária no sentido de identificar melhores práticas que possam propiciar a otimização de seu desempenho ambiental, buscando melhoria da eficiência energética, economia na utilização de recursos naturais e a redução das emissões de poluentes.



Durante 2023, houve melhoria dos processos internos referentes à avaliação das garagens, por meio do desenvolvimento de um aplicativo de coleta de dados. O sistema desenvolvido pela EMTU/SP é utilizado pela NEXT para preenchimento das informações, agilizando e aumentando o nível de confiabilidade da análise do desempenho ambiental.

Ações Administrativas

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ÁREA DE CONFORMIDADE, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO (ACI)

Em 2023, a Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno – ACI, como parte do acompanhamento da Matriz de Riscos Corporativos (MRC) da EMTU/SP, realizou entrevistas em toda a empresa a fim de levantar não apenas a ocorrência de algum risco como também a aplicabilidade das ações indicadas no PAC e do PAP previstos. Paralelamente, a área revisou a MRC, resultando numa matriz mais concisa, identificando 6 principais riscos, cujo acompanhamento será realizado de 2024.

ADEQUAÇÃO À LGPD

Durante o ano de 2023 foram realizados encontros com as áreas da empresa que utilizam dados pessoais em suas tarefas.

O modelo aplicado para elaboração do Inventário de Dados Pessoais e Técnicos e demais materiais de análise e tabulação teve como piloto a área AES (Ligado). Foram sugeridas melhorias e propostas algumas soluções para minimizar os riscos em relação à LGPD. O monitoramento das ações iniciou conforme a tabela abaixo.

Itens da Implantação	Área Envolvida	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1. Elaborar plano de conscientização/capacitação interna sobre a LGPD.	GRH / Gestor Ligado						
2. Política de mesa limpa							
3. Elaborar plano de comunicação sobre a LGPD, como foco na sensibilização do público interno.	GRH / Gestor Ligado				Em desenvolvimento		
4. Adequação contrato Operador Ligado	GAJ/GCS/Gestor Contrato Ligado				Em desenvolvimento		
5. Adequação contrato AME					Em desenvolvimento		

RECURSOS HUMANOS

EDUCAÇÃO NO TRABALHO

A EMTU, em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE, iniciou em agosto de 2022 as inscrições e prova on-line para preenchimento de 62 novas vagas de estágio em seis municípios do estado de São Paulo. O processo de contratação foi encerrado em 29 de setembro. Em dezembro de 2023, constavam no quadro da empresa 36 estagiários de nível superior.



APRENDIZ

Em atendimento ao Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, por intermédio do CIEE e da RASC, no fim do ano de 2023, a empresa contava com dezoito Aprendizes atuando em suas unidades.



TREINAMENTO

Até o mês de dezembro de 2022, a EMTU/SP proporcionou aos colaboradores 4.637 horas de treinamento, apresentando a média de 40,71 horas/homem. O investimento total no aprimoramento dos profissionais da EMTU/SP foi de R\$ 17.049,44 representando uma média per capita de R\$ 6,30.

Ainda sob os efeitos da pandemia de Covid-19, os treinamentos tiveram maior enfoque na modalidade EAD, destacando-se o significativo número de cola-

boradores que realizaram os cursos de aperfeiçoamento profissional oferecidos pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP sob temas como Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos, Habilidades de Resolução de Problemas e Nova Lei de Licitações - Gestão Contratual, além dos Cursos EAD desenvolvidos internamente sobre a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e sobre o Código de Conduta e Integridade de que abrange a todos os colaboradores da empresa.



Corredores Metropolitanos e VLT

CORREDOR SÃO MATEUS-JABAQUARA (33KM) E EXTENSÃO DIADEMA-BROOKLIN (12KM)

O Corredor ABD em operação desde 1988, liga o bairro de São Mateus, zona leste da capital paulista, ao Jabaquara, na zona sul, passando por quatro municípios do ABC Paulista: Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema.

São 33 km de extensão, totalmente exclusivos para ônibus com rede aérea para os trólebus, 9 terminais de integração. Posteriormente o corredor recebeu uma extensão de mais 12 km que, a partir do Terminal Diadema, segue para a região da Av. Berrini em São Paulo. A utilização dessa extensão, que não é eletrificada, é compartilhada com os ônibus da SPTrans.

No município de São Paulo atende a Estação Brooklin da Linha 5-Lilás do Metrô e Estações Berrini e Morumbi da CPTM, com integração tarifária e mais 5 estações de transferência. Com isso as 12 linhas metropolitanas desse corredor metropolitano de 45 km de extensão total, atendem em média 5,8 milhões de passageiros por mês, ou mais de 250 mil pessoas dia/útil.

Desde maio de 1997, a operação de todo sistema está a cargo do Consórcio ABC Sistema de Transporte SPE S.A. (Next Mobilidade) sob regime de concessão.

SERVIÇOS

O Corredor ABD conta ainda com serviços de "Achados e Perdidos", "Farmácia Dose Certa", e bicicletários nos Terminais Jabaquara, São Bernardo do Campo e Santo André Oeste.

Em 2023, foi realizada a reforma do pavimento rígido no Terminal Diadema, totalizando uma área de 1.200 m², na qual foram trocadas 96 placas de concreto.



MELHORIAS

Dentro das premissas de melhorar a conectividade da rede de transporte e das condições básicas de integração, conforto, segurança e acessibilidade ao transporte, a EMTU/SP está acompanhando as obras de melhoria realizadas pela NEXT Mobilidade, tais como a troca do piso de concreto do corredor.



CORREDOR GUARULHOS - SP (TUCURUVI) (12,3KM)

O Corredor Guarulhos-São Paulo (Tucuruvi, região norte da capital paulista) foi concebido para reestruturar o transporte metropolitano na porção nordeste da RMSP. Atualmente está em operação o trecho de 15,6 km, dos quais cerca de 12 km são de faixa exclusiva para ônibus. Conta com 3 terminais de ônibus (Taboão, Cecap e Vila Galvão) e 19 estações de parada. Com integração tarifária, os passageiros contam também como uma linha metropolitana que percorre toda a sua extensão até estações do Metrô e da CPTM.



TRECHO VILA GALVÃO-ESTAÇÃO TUCURUVI (4,5 KM)

O Projeto Executivo para esse trecho passará por revisão para adequação ao Plano de Mobilidade de São Paulo, com a inclusão de ciclovia ao longo do traçado.

Deverá ser solicitada a continuidade do licenciamento ambiental desse trecho com a obtenção de nova LP – Licença Ambiental Prévia e LI – Licença Ambiental de Instalação.



CORREDOR ITAPEVI - SÃO PAULO (22,7 KM)

O traçado de 22,7 km do Corredor Metropolitano Itapevi-SP, começa na Estação de Transferência de Itapevi, junto à estação da Linha 8 da CPTM, passando por Jandira, Barueri, Carapicuíba, terminando na divisa entre Osasco e São Paulo no Terminal Amador Aguiar (Vila Yara). O projeto foi dividido nos seguintes trechos:

TRECHO ITAPEVI – JANDIRA (5 KM)

Este primeiro trecho do corredor entregue em março de 2018, com 5 km de extensão e viário compartilhado, promovendo maior mobilidade aos usuários das linhas intermunicipais e uma alternativa para evitar os congestionamentos na região oeste da RMSP.

Nessa ligação também foi construída uma passarela e ampliada outra. Essas estruturas, junto com o viaduto Ameríndia, entregues em 2017, eliminaram uma passagem em nível da Linha 8 – Diamante da CPTM, proporcionando mais segurança aos passageiros. Esse trecho do corredor possui 7 (sete) paradas entre as Estações de Transferência Itapevi e Jandira.

TRECHO JANDIRA

TERMINAL CARAPICUÍBA (8,8 KM)

As obras do sistema viário desse trecho foram concluídas em setembro de 2020 com 8 estações de embarque e desembarque denominadas: Secretaria Municipal de Saúde, Exército Brasileiro, Jardim Belval, Arsenal

de Guerra, Antônio João, Vitorio Fornazaro, Sta. Terezi-nha e Presid. Vargas. Neste trecho também foi construído e entregue em 15 de junho de 2021 o Terminal Metropolitano de Carapicuíba, que faz integração com a estação Carapicuíba da CPTM e o sistema municipal, em 6 plataformas cobertas.

TRECHO TERMINAL CARAPICUÍBA

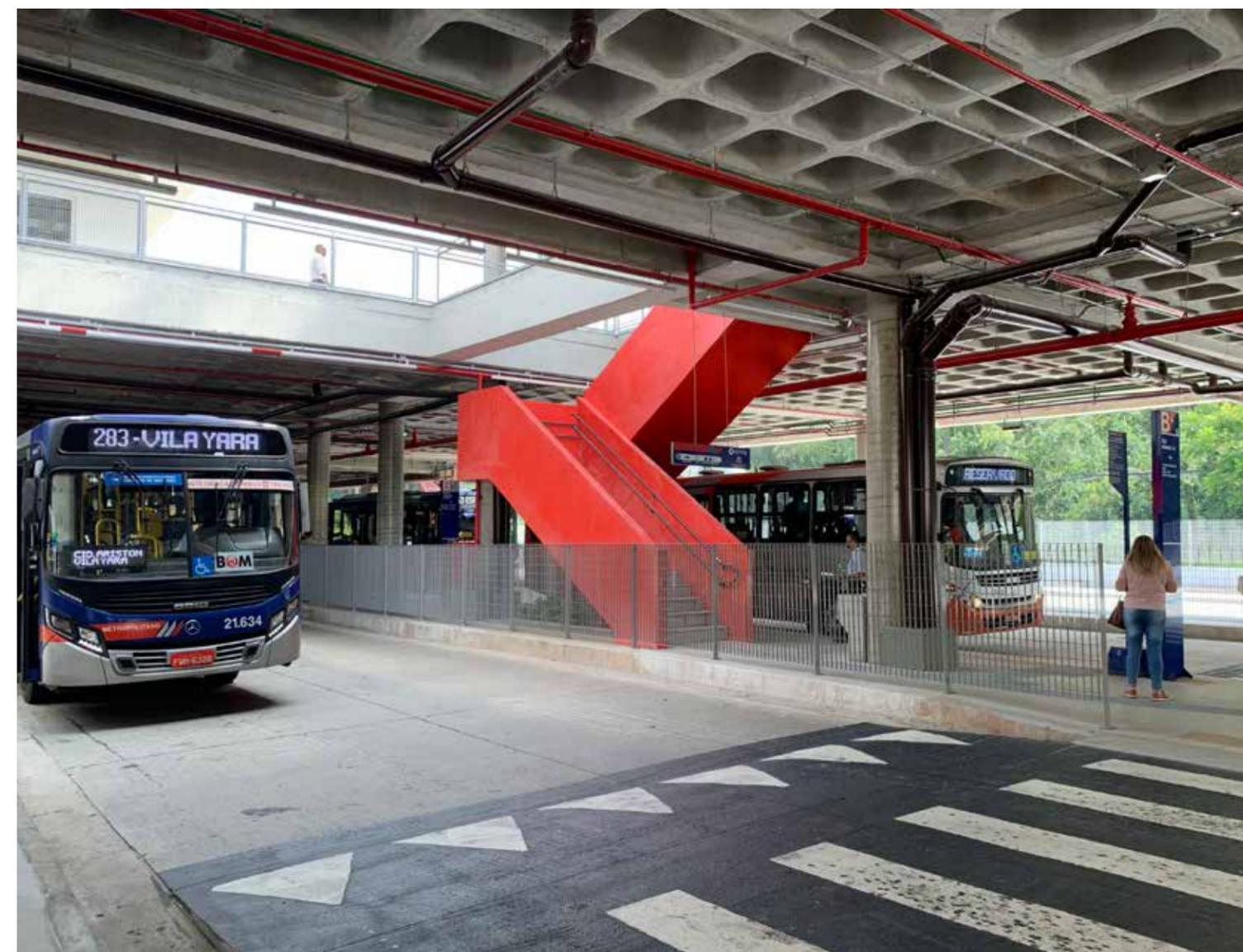
OSASCO KM 21 (2,2 KM)

Nesse trecho, o Terminal Metropolitano Luiz Bortolosso (Km 21 Osasco) está em plena operação, atendendo a 250 mil passageiros por dia. As obras remanescentes deste trecho viário, e a construção do viaduto Carapicuíba para transposição da Linha 8 da CPTM, foram iniciadas em 2022 após a liberação de área ocupada às margens da ferrovia por parte da prefeitura, e obtenção da Licença de Instalação (LI). A previsão para o término das obras do trecho está para 2024.

TRECHO OSASCO KM 21 – TERMINAL VILA YARA (DIVISA OSASCO-SP) (6,7 KM)

O primeiro contrato para obras nesse quarto trecho contemplou a reforma e ampliação do Terminal Amador Aguiar (Vila Yara) e as obras foram iniciadas em março de 2018 e entregues em fevereiro de 2021.

O projeto executivo do trecho, concluído em 2013, passou por atualizações de inserção de algumas estações de embarque, em consonância ao pleiteado pela Prefeitura Municipal de Osasco, e foi elaborado o Termo de Referência para a contratação das obras. Os trâmites para contratação estão em andamento, aguardando autorização para publicação. Este trecho de corredor já possui Licença Ambiental Prévia e a Licença de Instalação só poderá ser solicitada após emissão das DUPs.



CORREDOR VEREADOR BILÉO SOARES (NOROESTE) (31,7 KM)

Atualmente, o corredor possui extensão total de 31,7 km de viário, ligando os municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara D'Oeste. Desse total, 23,0 km já concluídos são de faixa exclusiva para ônibus.



Campinas conta com 3,8 km de faixa exclusiva, o Terminal Metropolitano Magalhães Teixeira, 1 Estação de Transferência e mais 2 paradas com elevador, Paradas Alberto Sarmento e Balão do Tavares.

Em Hortolândia, além dos 5,6 km de faixa exclusiva e 10 paradas, há o Terminal Hortolândia e mais 1 Estação de Transferência Pinheiros. Esse trecho conta ainda com mais 0,6 km da ponte estaiada construída pela Prefeitura, e 2 alças de acesso à SP-101 sobre a ferrovia.

Em Sumaré a população conta com 1 Estação de Transferência Km 101 – Maria Antônia, próximo à rodovia Anhanguera, portanto fora do eixo do corredor, porém importante para organizar as linhas da região.

Em Nova Odessa há 5,7 km de faixa exclusiva e 1 Estação de Transferência Nova Odessa. Em Americana há 1,7 km de faixa exclusiva, o Terminal Metropolitano de Americana e 1 Estação de Transferência Amizade. Em Santa Bárbara D'Oeste, a população conta com o Rodoterminal Santa Bárbara D'Oeste, a Estação de Transferência Pinheiros e 6,2 km de faixa exclusiva.

TRECHO NOVA ODESSA – AMERICANA STA. BÁRBARA D'OESTE (24,3 KM)

Concluído em dezembro de 2018, esse trecho inclui a implantação de 13,6 km de faixas exclusivas e adequações e melhoramentos em 10,7 km no viário, além de equipamentos de transporte e "obras de arte" (pontes, viadutos, galerias, passarelas entre outros).

Em março de 2018 foram entregues 5 km de faixas exclusivas para ônibus entre Americana e Santa Bárbara D'Oeste e as Estações de Transferência Amizade e São Paulo em Santa Bárbara D'Oeste. Em dezembro daquele ano foi concluído com a construção de 2,9 km de viário (totalizando 7,9 km de corredor exclusivo entregue em 2018) envolvendo o prolongamento da Av. São Paulo, Av. Laura Santos, em Santa Bárbara D'Oeste com ciclovia, serviços de infraestrutura hidráulica, drenagem e sinalização viária. Ocorreram adequação do sistema viário nas avenidas Pérola Byington, Floriano Peixoto e Tiradentes, implantação de oito Estações de Embarque e Desembarque uma Ponte sobre o Ribeirão dos Toledos, duas travessias em galerias nos Córregos Mollon e Giovanetti e o Complexo Viário do Viaduto Jean Nicolini, em Nova Odessa.

TRECHO HORTOLÂNDIA – SUMARÉ CAMPINAS (5,4 KM)

Esse trecho do corredor abrange parte da Av. Olívio Franceschini (Hortolândia) e já operam a Estação de Transferência Pinheiros e as Paradas Parque Hortolândia, Remanso Campineiro, Parque Gabriel e Emancipação, todas em Hortolândia, e a Estação Maria Antonia (km 110 da Rodovia Anhanguera), em Sumaré.

As obras remanescentes foram iniciadas em março de 2018 e entregues em 2021. As obras incluíram duas alças de acesso à SP-101, sobre a ferrovia, as estações de embarque e desembarque Peron, Rosolém, Conjunto Habitacional, Panaino, Novo Ângulo, Nova América e Ataliba Nogueira, em Hortolândia, e a Parada II na Av. Lix da Cunha, em Campinas.



VLT - SIM DA BAIXADA SANTISTA

O SIM - Sistema Integrado Metropolitano da Baixada Santista é uma rede de transporte metropolitana estruturada, por meio de uma linha principal (troncal), de média capacidade de transporte, operada por Veículo Leve sobre Trilhos - VLT denominada 'Complexo Geraldo Volpe' e de linhas metropolitanas de ônibus que atendem aos nove municípios da RMBS.



TRECHO SÃO VICENTE (BARREIROS)

PORTO (SANTOS) (11,5 KM)

O primeiro trecho do VLT da Baixada Santista, que liga o Terminal Barreiros, em São Vicente, ao Porto, em Santos, foi entregue no dia 31/01/2017. A operação parcial começou em abril de 2015.

Com 15 estações construídas ao longo de 11,5 km de via permanente, atende diariamente cerca de 28 mil passageiros.

O trecho conta com um Pátio de Estacionamento e Manobras para apoio à circulação dos VLTs, localizado junto à Estação Terminal Barreiros, capaz de abrigar 6 veículos. Essa estação possui ainda um bicicletário para 100 unidades e um edifício de apoio para o uso dos condutores de 164 m² de área, com sala administrativa e banheiros.

O Pátio de Manutenção e Estacionamento, localizado na região do Porto de Santos, tem capacidade para 33 VLTs e conta com oficina, almoxarifado, subestação de energia própria, equipamento de lavagem dos veículos e de retificação de rodas. Essa área abriga ainda o Centro de Controle de Operações – CCO do VLT, instalado em prédio com três pavimentos e 3.050 m² de construção e abriga sala com 9 consoles e um painel sinóptico de 9,5 m de comprimento e 2 m de altura para o controle da operação dos veículos, sistemas de energia, movimentação eletrônica dos passageiros e segurança das vias e estações. A Gerência Regional da EMTU/SP na Região Metropolitana da Baixada Santista também está instalada no prédio do CCO.

TRECHO 2 - CONSELHEIRO NÉBIAS

VALONGO (SANTOS) (8 KM)

O novo trecho do VLT, chamado de Segunda Fase ou Trecho 2 Conselheiro Nébias-Valongo, teve o edital de obras aprovado pelo Governo do Estado no final de março de 2018 e ligará a Linha 1 Barreiros-Porto, a partir da estação Conselheiro Nébias, até a região central de Santos, no bairro Valongo. A Ordem de Serviço para o início das obras foi assinada no dia 24 de setembro de 2020.

Serão mais 8 km de extensão, 12 estações de embarque. A estimativa é de que com a construção desse trecho o VLT passe a transportar 70 mil passageiros por dia. Os sistemas e subestações de fornecimento de energia já foram contratados para esta ligação e os veículos já estão disponíveis para a futura operação.

Em setembro de 2020 a Licença de Instalação (LI) foi

emitida pela CETESB e autorizado o início da obra. No mesmo período foram iniciadas as desapropriações com liberação das áreas em 2021. Em dezembro de 2023, as obras civis alcançaram 55,10%.

TRECHO 3 - BARREIROS

SAMARITÁ (SÃO VICENTE) (7,5 KM)

Os projetos básicos desse trecho com suas 4 (quatro) estações de embarque e o Pátio Samaritá foram concluídos. Está em andamento o processo de contratação dos Projetos Executivos para o trecho.

Em relação às licenças ambientais, em 30/12/202 foi protocolado junto à CETESB o pedido para a emissão da LP - Licença Prévia. O trecho conta ainda com o reforço e ampliação da Ponte "A Tribuna", que liga a parte continental à insular de São Vicente, o processo para contratação das obras está em andamento, tendo a assinatura do contrato ocorrido em dezembro de 2023.



Desempenho Econômico - Financeiro



No encerramento do exercício de 2023, as demonstrações financeiras e os fluxos de caixa demonstram que a EMTU/SP, apesar dos efeitos negativos ainda remanescentes da pandemia, mantém sua condição de empresa independente, sem a necessidade de subvenções do Governo do Estado.

A empresa conseguiu equilibrar suas receitas e despesas mesmo com uma queda da demanda de passageiros atualmente com uma média de 83% do valor pré-pandemia, nas cinco regiões metropolitanas gerenciadas pela companhia.

O equilíbrio foi sustentado pela organização das contas, regularização de processos e redução de despesas administrativas.

A EMTU iniciou e encerrou o ano de 2023 com disponibilidade de recursos próprios sem deixar de pagar todos os seus fornecedores regularmente. Cabe lembrar também que a empresa encerrou o ano sem nenhum passivo oneroso com nenhuma instituição bancária.

A empresa vem regularizando continuamente seus processos de registro de depreciação de ativos trazendo maior clareza às suas demonstrações financeiras da real situação econômica da empresa. O ano de 2023 fechou com lucro contábil, da mesma forma como ocorreu no fim de 2022, resultados coerentes com a situação de caixa equilibrado.

Outro evento importante ocorreu em dezembro de 2022 quando foi dada autorização para a regularização de 32 CNAEs da EMTU/SP, passando a empresa, a partir de 2023, a ser identificada não mais como uma empresa pública operadora de transportes, mas como uma empresa pública reguladora de atividade econômica. Tal ajuste dos CNAE's, regularizam institucionalmente as atribuições da companhia e geram outros benefícios, inclusive tributários.

Quase todos os 32 CNAEs foram regularizados com a previsão de concluir as demais alterações em 2024.

A apuração do resultado está devidamente detalhada nas Notas Explicativas e nos diversos relatórios que compõem o encerramento do exercício de 2023.

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2023

RECEITAS PRÓPRIAS / DESPESAS DE CUSTEIO

Em 2023 a EMTU, assim como todo o setor produtivo e de serviços, apresentou uma melhora em relação ao cenário causado pela pandemia, sendo que os níveis de transporte de passageiros atingiram um percentual de 90% em comparação ao que se transportava no período pré-pandemia. Isso fez com que a EMTU começasse um processo de recuperação, graças a ações estabelecidas pela Direção, e pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos, podendo assim manter a sua solvência e os pagamentos dos fornecedores em dia, sem recorrer a recursos de Terceiros ou do Estado, e fechando o ano de 2023 como saldo disponível de recursos próprios equilibrado.

INVESTIMENTOS – REALIZADO 2022

Os Investimentos orçados para 2023 contaram com uma dotação disponível de recursos de R\$ 208,2 milhões referentes à LOA 2023 (nº 17.614, de 26/12/2022), e R\$ 251,9 milhões de Restos a Pagar de outros exercícios, além do saldo inicial, totalizando uma dotação de R\$ 462,8 milhões.

Foram disponibilizados, durante o exercício de 2023, R\$ 180,7 milhões incluindo recursos de Fonte 1 – Tesouro do Estado, de Fonte 6 – DREM (Desvinculação de Receitas - Estados e Municípios) e de Fonte 7 – financiamentos. Desse total, R\$ 178,4 milhões foram pagos em 2023, restando R\$ 2,3 milhões para pagamento no início de 2024, representando 100% de realização do recebido pela EMTU/SP.

INVESTIMENTOS – PREVISTO 2024

Para o exercício de 2024, a EMTU/SP conta com uma Dotação Orçamentária para Investimentos de R\$ 182,1 milhões de Fonte 1 e R\$ 90,8 milhões de Fonte 7, aprovada pela LOA 2024 nº 17.863, de 22/12/2023.

Considerando que o valor oriundo da Fonte 1 foi contingenciado em 80%, o valor disponível restringe-se a R\$ 36,4 milhões.

A Fonte 7 será utilizada exclusivamente para financiamento das obras do Corredor Itapevi-SP e SIM da Baixada (VLT). Esse montante, somado aos valores de saldo inicial de recursos – R\$ 4,9 milhões e R\$ 163,5 milhões, relativos aos Restos a Pagar 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023, perfazem o total disponível de R\$ 295,7 milhões, que serão destinados a dar continuidade ao Programa 3706 – Expansão, Modernização e Gestão do Transporte de Baixa e Média Capacidade – PITU EM MARCHA, sob responsabilidade da EMTU/SP, conforme previsto no Plano Plurianual PPA 2020-2023 e PPA 2024-2027 do Governo do Estado de São Paulo.



Para mais informações referentes aos recursos disponibilizados pelo Estado (Fonte 1) e em quais Ações Orçamentárias tais recursos foram alocados, consulte o Plano de Negócios EMTU – 2023 acessando o site da EMTU/SP. www.emtu.sp.gov.br, aba Institucional, item Governança Corporativa.

AVALIAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, com fundamento no artigo 5º, inciso IV, item b, do Decreto 64.219, de 06 de maio de 2019, e no artigo 11, §1º, item 1, do Decreto nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, em sua Deliberação CODEC Nº 04 de 29 de novembro de 2019, estabeleceu as diretrizes para avaliação dos administradores das empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado de São Paulo.

Visando atender ao estabelecido no Artigo 12 dessa Deliberação CODEC Nº 4 este relatório apresenta no anexo a seguir a descrição dos procedimentos e da metodologia utilizada na avaliação dos administradores.

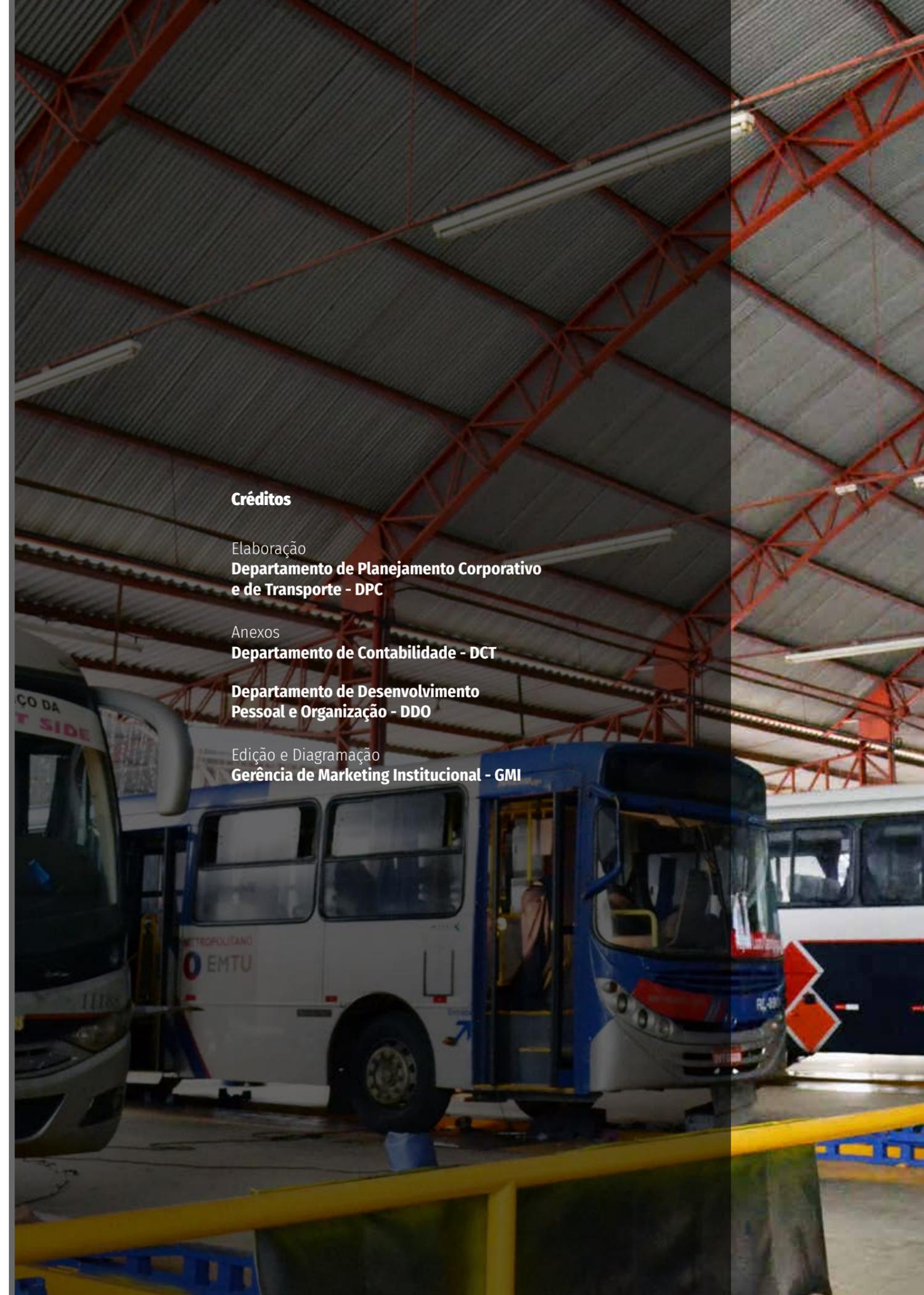
Créditos

Elaboração
**Departamento de Planejamento Corporativo
e de Transporte - DPC**

Anexos
Departamento de Contabilidade - DCT

**Departamento de Desenvolvimento
Pessoal e Organização - DDO**

Edição e Diagramação
Gerência de Marketing Institucional - GMI





Anexos

AValiação DOS ADMINISTRADORES ANO BASE 2023

Deliberação CODEC nº 04 de 29 de novembro de 2019

FUNDAMENTAÇÃO

A Deliberação CODEC nº 04 de 29 de novembro de 2019, estabelece as diretrizes para a avaliação dos administradores (Conselheiros de Administração e Diretores) das empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado de São Paulo. As dimensões abrangidas nos formulários de avaliação contidos na Deliberação CODEC nº 04 são:

- I - Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação administrativa.
- II - Contribuição para o resultado do exercício.
- III - Consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios e no atendimento à Estratégia de Longo Prazo.
- IV - Funcionamento do Conselho de Administração.
- V - Conhecimento técnico e da Companhia;
- VI - Interação da Diretoria com o Conselho de Administração; e
- VII - Autoavaliação individual.

METODOLOGIA

Conforme a Deliberação CODEC nº 04, a avaliação tem periodicidade anual e consiste no preenchimento de formulários cujo conteúdo está descrito nos anexos da Deliberação CODEC nº 04. Participam do processo de avaliação todos os administradores que contarem com pelo menos três meses de exercício no cargo, na data base da avaliação.

No exercício de 2023, o processo de Avaliação dos Administradores da EMTU/SP foi conduzido pela Gerência de Recursos Humanos da empresa. A metodologia e os procedimentos adotados para a avaliação atenderam as diretrizes da Deliberação CODEC nº 04. O conteúdo dos formulários utilizados apresentou a mesma estrutura e questões especificados nos anexos da Deliberação CODEC nº 04 e foram disponibilizados para o preenchimento em meio eletrônico por meio do aplicativo Microsoft Forms, com acesso restrito e prazo limite para preenchimento (16/8/2023).

Participaram do processo todos os Conselheiros de Administração e Diretores. Para o formulário “Formulário de Avaliação de Administradores - Diretoria Colegiada”, foi adotado o procedimento de calcular a média aritmética simples da avaliação individual de cada membro do Conselho de Administração, a fim de se obter a avaliação global preconizada na Deliberação CODEC nº 04/2019. Após a tabulação, os resultados da avaliação foram encaminhados ao Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento para verificação de conformidade, consoante o artigo 10 da Deliberação CODEC nº 04/2019. A manifestação favorável do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento foi manifestada por meio da ata da 56ª reunião ordinária, em 18/12/2023.

RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados obtidos, conforme os critérios estabelecidos na Deliberação CODEC nº 04/2019 estão detalhados a seguir.

Avaliação de Administradores – Conselho de Administração

APURAÇÃO			
Nota da Avaliação Coletiva do Conselho de Administração	3,37	Nota Média da Avaliação Individual dos Conselheiros de Administração	3,38
Conceito Final da Avaliação Coletiva do Conselho de Administração		Conceito Final da Média da Avaliação Individual dos Conselheiros de Administração	
Nota entre 1,00 e 1,75: "Mudanças relevantes são necessárias" na atuação colegiada/coletiva do Conselho de Administração;		Nota entre 1,00 e 1,75: "Mudanças relevantes são necessárias" na atuação individual dos Conselheiros de Administração	
Nota entre 1,76 e 2,50: "Algumas Mudanças são necessárias" na atuação colegiada/coletiva do Conselho de Administração;		Nota entre 1,76 e 2,50: "Algumas Mudanças são necessárias" na atuação individual dos Conselheiros de Administração	
Nota entre 2,51 e 3,25: A atuação colegiada/coletiva do Conselho de Administração "Satisfaz as expectativas" legais e estatutárias;		Nota entre 2,51 e 3,25: A atuação individual dos Conselheiros de Administração "Satisfaz as expectativas" legais e estatutárias;	
Nota entre 3,26 e 4,00: A atuação colegiada/coletiva do Conselho de Administração "Supera as expectativas" legais e estatutárias	X	Nota entre 3,26 e 4,00: A atuação individual dos Conselheiros de Administração "Supera as expectativas" legais e estatutárias	X

Avaliação de Administradores – Diretoria

APURAÇÃO			
Nota da Avaliação da Diretoria Colegiada	3,69	Nota Média da Avaliação Individual dos Diretores (Autoavaliação)	3,81
Conceito Final da Avaliação da Diretoria Colegiada		Conceito Final da Média da Avaliação Individual dos Diretores (Autoavaliação)	
Nota entre 1,00 e 1,75: "Mudanças relevantes são necessárias" na atuação colegiada/coletiva da Diretoria;		Nota entre 1,00 e 1,75: "Mudanças relevantes são necessárias" na atuação individual dos Diretores;	
Nota entre 1,76 e 2,50: "Algumas Mudanças são necessárias" na atuação colegiada/coletiva da Diretoria;		Nota entre 1,76 e 2,50: "Algumas Mudanças são necessárias" na atuação individual dos Diretores;	
Nota entre 2,51 e 3,25: A atuação colegiada/coletiva da Diretoria "Satisfaz as expectativas" legais e estatutárias;		Nota entre 2,51 e 3,25: A atuação individual dos Diretores "Satisfaz as expectativas" legais e estatutárias;	
Nota entre 3,26 e 4,00: A atuação colegiada/coletiva da Diretoria "Supera as expectativas" legais e estatutárias.	X	Nota entre 3,26 e 4,00: A atuação individual dos Diretores "Supera as expectativas" legais e estatutárias.	X

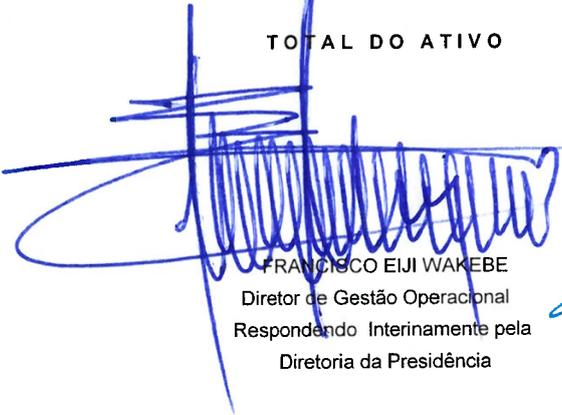


BALANÇO PATRIMONIAL
(Expresso em R\$ mil)

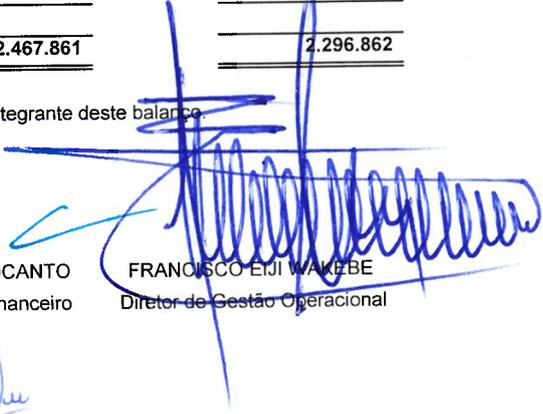
ATIVO

	Nota	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
CIRCULANTE			
Caixa e Bancos	4	2.037	2.077
Aplicações Financeiras	4	69.004	42.805
Contas a Receber	5	45.544	41.535
Créditos Fiscais a Recuperar		1.304	611
Estoques		827	954
Créditos Diversos		942	1.127
Despesas Pagas Antecipadamente		61	110
Total do Circulante		<u>119.719</u>	<u>89.219</u>
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Depósitos Judiciais	6	1.897	1.676
Total do Realizável a Longo Prazo		<u>1.897</u>	<u>1.676</u>
PERMANENTE			
Imobilizado	7	1.500.707	1.342.869
Intangível	8	845.538	863.098
Total do Permanente		<u>2.346.245</u>	<u>2.205.967</u>
Total do não Circulante		<u>2.348.142</u>	<u>2.207.643</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>2.467.861</u>	<u>2.296.862</u>

As notas explicativas são parte integrante deste balanço.


FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional
Respondendo Interinamente pela
Diretoria da Presidência


GIULIANO VINCENZO LOCANTO
Diretor Administrativo e Financeiro


FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional


VERA APARECIDA PIFFER
Contadora

CT - CRC - 1SP - 145.904/O-2
CPF 952.677.438-87

BALANÇO PATRIMONIAL
(Expresso em R\$ mil)

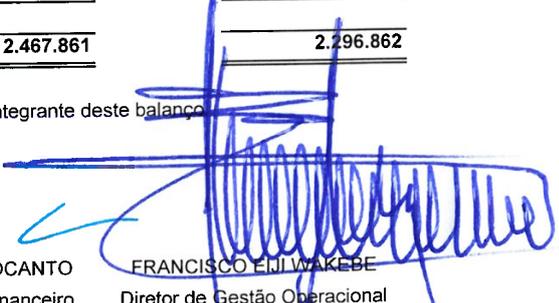
P A S S I V O

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	38.595	26.138
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	10	9.751	8.425
Provisão para Férias e Encargos		9.815	9.537
Passivo Contingente (Cível)	12	9.921	-
Contas a Pagar		4.502	4.942
Recebimentos Antecipados (VTs/Bilhetes)	11	4.346	5.090
Total do Circulante		76.930	54.132
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	336	713
Depósitos Judiciais		2.517	2.517
Passivo Contingente (Cível e Trabalhista)	12	78.152	116.878
Retenções Contratuais		168	203
Projeto PNUD - Ônibus a Celula de Hidrogênio		13.711	13.711
Total do não Circulante		94.884	134.022
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	14		
Capital Autorizado		3.099.749	2.806.418
Capital a Subscriver		(533.198)	(397.525)
Capital Integralizado		2.566.551	2.408.893
Capital Atualizado		2.566.551	2.408.893
Reserva de Incentivos Fiscais		64	64
Prejuízos Acumulados		(425.079)	(431.706)
Ajustes Patrimoniais		(176.811)	(176.811)
Adiantamento para Aumento de Capital		331.322	308.268
Total do Patrimônio Líquido		2.296.047	2.108.708
TOTAL DO PASSIVO		2.467.861	2.296.862

As notas explicativas são parte integrante deste balanço


FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional
Respondendo Interinamente pela
Diretoria da Presidência


GIULIANO VINCENZO LOCANTO
Diretor Administrativo e Financeiro


FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional


VERA APARECIDA PIFFER
Contadora
CT - CRC - 1SP - 145.904/ O-2
CPF 952.677.438-87



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM

31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Expressa em R\$ mil)

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	17		
Venda de Serviços		164.578	175.828
Impostos Incidentes s/ Vendas		(15.274)	(16.128)
Receita Operacional Líquida	17	149.304	159.700
Custo dos Serviços Prestados	20	(79.128)	(76.476)
Resultado Bruto antes da Depreciação e Amortização		70.176	83.224
Depreciação e Amortização sobre Obras e Terminais	20	(31.665)	(31.599)
Lucro Bruto		38.511	51.625
Receitas (Despesas) Operacionais			(15.786)
Gerais e Administrativas	20	(16.410)	(21.057)
Provisão para Contingências	20	(15.101)	4.734
Outras Receitas Operacionais	18	9.548	(5.487)
Outras Despesas Operacionais	19	(10.290)	(530)
Variações Monetárias Passivas		(3.981)	7
Baixa de bens do Ativo Permanente		-	2
Receita de Doações Bens Ativo Imobilizado		7	-
Indenizações	19	(5.083)	-
		(41.310)	(38.117)
Resultado antes do Resultado Financeiro		(2.799)	13.508
Resultado Financeiro			4.244
Receitas Financeiras	21	9.897	(567)
Despesas Financeiras	21	(471)	
Resultado Financeiro Líquido		9.426	3.677
Lucro (Prejuízo) Antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda		6.627	17.185
Imposto de Renda	10 a/b	-	(928)
Contribuição Social sobre o Lucro	10 b	-	(346)
Resultado Líquido do Exercício		6.627	15.912
Prejuízo por Lote de Mil Ações		0,00	0,01

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

FRANCISCO EUI WAKESBE
Diretor de Gestão Operacional
Respondendo Interinamente pela
Diretoria da Presidência

GIULIANO VINCENZO LOCANTO
Diretor Administrativo e Financeiro

FRANCISCO EUI WAKESBE
Diretor de Gestão Operacional

VERA APARECIDA PIFFER
Contadora
CT - CRC - 1SP - 145.904/ O-2
CPF - 952.677.438-87



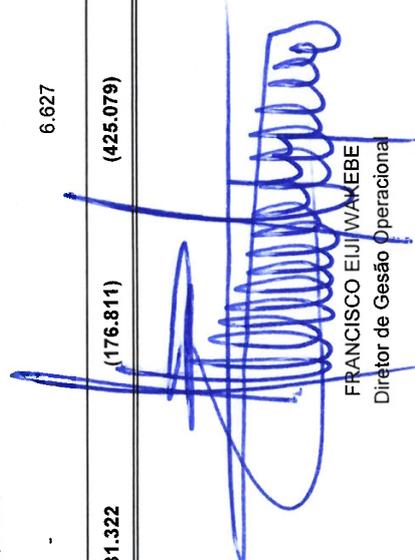
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Expressa em R\$ mil)

Descrição	Capital Atualizado						Lucros/ (Prejuízos) Acumulados	Ajuste Patrimonial	Total
	Capital		Reserva de Incentivos Fiscais	Adiantamentos para Aumento de Capital	Ajuste Patrimonial	Total			
	Autorizado	A Integralizar							
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	2.806.418	(397.525)	64	173.058	(176.811)	(447.618)		1.957.586	
Adiantamento para Aumento de Capital	-	-	-	135.210	-	-	-	135.210	
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	15.912	-	15.912	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	2.806.418	(397.525)	64	308.268	(176.811)	(431.706)		2.108.708	
Aumento de Capital Autorizado	293.331	(293.331)	-	-	-	-	-	-	
Integralização de Capital	-	-	-	(157.658)	-	-	-	(157.658)	
Capital Integralizado	-	157.658	-	-	-	-	-	157.658	
Adiantamento para Aumento de Capital	-	-	-	180.712	-	-	-	180.712	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	6.627	-	6.627	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	3.099.749	(533.198)	64	331.322	(176.811)	(425.079)		2.296.047	

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.


FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional
Responsando Interimamente pela
Diretoria da Presidência


GIULIANO VINCENZO LOCANTO
Diretor Administrativo e Financeiro


FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional


VERA APARECIDA PIFFER
Contadora

CT - CRC - 1SP - 145.904/O-2
CPF - 952.677.438-87

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM

31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Expressa em R\$ mil)

	31.12.2023	31.12.2022
SALDO INICIAL DO DISPONIVEL	44.882	18.059
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	6.627	15.912
Ajuste por Itens que não afetam o Caixa		
Depreciação e Amortização	36.905	36.557
Constituição (Reversão) para Crédito de Liquidação Duvidosa	8.952	3.393
Total	52.484	55.862
VARIAÇÕES DO ATIVO		
Contas a Receber	(12.962)	(13.752)
Créditos Fiscais a Recuperar	(693)	(508)
Estoque	127	(7)
Créditos Diversos	185	(29)
Despesas Pagas Antecipadamente	49	(78)
Total	(13.294)	(14.374)
VARIAÇÕES DO PASSIVO		
Fornecedores	13.037	4.600
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	1.326	1.428
Provisão de Férias	278	1.184
Contas a Pagar	(1.020)	2.269
Projeto Ônibus a Célula de Hidrogênio	-	-
Passivo Contingente (Cível e Trabalhista)	(28.805)	(25.419)
Recebimento Antecipado (VTs/Bilhetes)	(744)	1.428
Total	(15.928)	(14.510)
Total das Atividades Operacionais	23.262	26.978
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Contas a Receber	-	-
Depósitos Judiciais	(221)	2.190
Imobilizado	(176.508)	(78.154)
Intangível	(675)	(58.696)
Total das Atividades de Investimento	(177.404)	(134.660)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Fornecedores	(377)	(502)
Depósitos Judiciais	-	(177)
Retenção Contratual	(34)	(26)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-
Ajuste Patrimonial	-	-
Adiantamento para Aumento de Capital	180.712	135.210
Aumento de Capital	-	-
Total das Atividades de Financiamento	180.301	134.505
(=) Aumento (diminuição) de caixa e de equivalente de caixa	26.159	26.823
SALDO FINAL DO DISPONIVEL	71.041	44.882

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

FRANCISCO EIJU WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional
Respondendo Interinamente pela
Diretoria da Presidência

GIULIANO VINCENZO LOCANTO
Diretor Administrativo e Financeiro

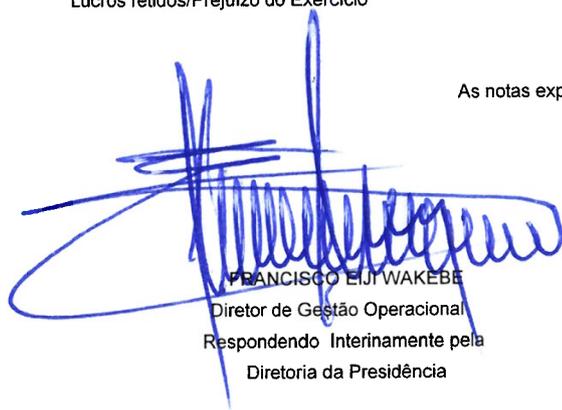
FRANCISCO EIJU WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional

VERA APARECIDA PIFFER
Contadora
CT - CRC - 1SP - 145.904/O-2
CPF 952.677.438-87

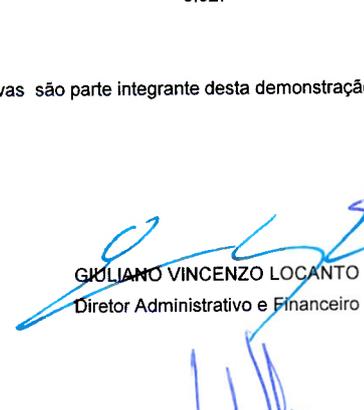
**DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

	<u>31.12.2023</u>	<u>%</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>%</u>
RECEITAS	173.531		179.222	
Vendas de Serviços	164.579		175.829	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.952		3.393	
Outras Receitas e Despesas	-		-	
INSUMOS CONSUMIDOS DE TERCEIROS	(12.274)		(9.804)	
Custo dos Serviços Prestados	(18.956)		(19.251)	
Materiais, energia, serviços de Terceiros e outros	6.682		9.447	
RETENÇÕES	(32.639)		(32.391)	
Depreciação, Amortização e exaustão	(32.639)		(32.391)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	128.618		137.027	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	19.453		8.988	
Receitas Financeiras	19.453		8.988	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	148.071		146.015	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	148.071		146.015	
Pessoal e Encargos	98.295	66,38	87.921	60,21
Impostos, Taxas e Contribuições	30.457	20,57	33.475	22,93
Juros e Aluguéis	12.692	8,57	8.707	5,96
Lucros retidos/Prejuízo do Exercício	6.627	4,48	15.912	10,90

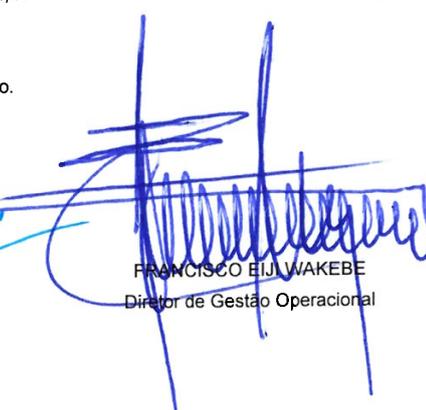
As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.



FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional
Respondendo Interinamente pela
Diretoria da Presidência



GIULIANO VINCENZO LOCANTO
Diretor Administrativo e Financeiro



FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional



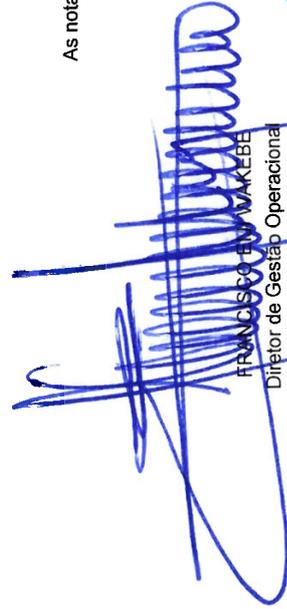
VERA APARECIDA PIFFER
Contadora
CT - CRC - 1SP - 145.904/ O-2
CPF - 952.677.438-87

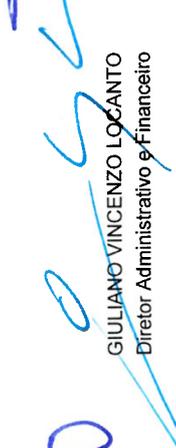


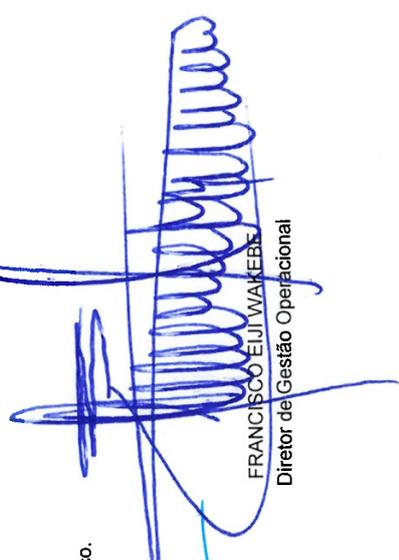
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**
(Expresso em R\$ mil)

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.627	15.912
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente	<u>6.627</u>	<u>15.912</u>

As notas explicativas são parte integrante deste balanço.


FRANCISCO ELUI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional
Respondendo Interimamente pela
Diretoria da Presidência


GIULIANO VINCENZO LOCANTO
Diretor Administrativo e Financeiro


FRANCISCO ELUI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional


VERA APARECIDA PIFFER
Contadora
CT - CRC - 1SP - 145.904/O-2
CPF 952.677.438-87

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, é uma sociedade por ações, constituída pela Lei nº 1.492, de 13 de dezembro de 1977, foi incorporada à Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo - EMPLASA em 1980, por meio do Decreto nº 15.319, de 07 de julho de 1980 e reconstituída mediante cisão parcial dessa Companhia, conforme Decreto nº 27.411, de 24 de setembro de 1987, tendo seus atos de reconstituição arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04 de janeiro de 1988, regida pelas Leis Federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16.

A EMTU/SP tem por objeto promover a operação e a expansão dos serviços metropolitanos de transportes de passageiros sobre pneus, bem como de conexões intermodais de transportes de passageiros, competindo-lhe ainda outras atividades que lhe forem delegadas pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos. Dentre as atividades delegadas a principal refere-se à determinação para que a EMTU/SP procedesse à implantação e construção dos Corredores Metropolitanos; para fazer face à essa obrigação, o Estado aporta os recursos necessários à execução das obras, inicialmente como Adiantamento para Aumento de Capital e posteriormente com a incorporação desses valores ao Capital Social da Companhia.

A Companhia tem como acionista majoritário a Fazenda do Estado de São Paulo, atuando, em consequência, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado, desenvolvendo atividades de interesse social. Sua gestão e posição econômico-financeira devem ser entendidas, também, dentro desse contexto.

Em decorrência da Lei Federal nº 13.303/16, a Administração da Companhia aprovou no exercício de 2018, a proposta para resgate da totalidade das ações de titularidade de acionistas minoritários privados, calculados em consonância com os termos do parágrafo 1º do artigo 91 da Lei 13.303/16. Com essa operação societária, a companhia deixou de ser uma sociedade de economia mista e transformou-se em uma sociedade por ações de capital fechado com a natureza jurídica de empresa pública.

Entre os principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, destacamos:

i) Lei Estadual nº 17.293, de 15 de outubro de 2020.

Como parte das medidas de enfrentamento à Pandemia COVID 19, em 12 de agosto de 2020, o Governo do Estado de São Paulo, acionista majoritário da Companhia, encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, por meio do Ofício conjunto SEFAZ/SPOG nº 007/2020 o Projeto de Lei nº 529/2020 que teve por finalidade viabilizar uma série de medidas que objetivem o enfrentamento da grave situação fiscal vivenciada pelo Estado à época. Tendo sido aprovado em 15 de outubro de 2020, foi promulgada a Lei Estadual nº 17.293 que, dentre outras medidas, autorizou o poder executivo a adotar providências necessárias a promover a extinção da Companhia e, conforme artigo 2º (segundo) da referida lei, caso seja efetivamente decidido pela extinção da Companhia, a adoção das providências deverá ocorrer em até 180 (cento e oitenta) dias prorrogáveis por até duas vezes por igual período.

O referido prazo de 180 (cento e oitenta) dias foi prorrogado por meio de 2 (dois) Decretos (65.594/2021 e 66.015/2021), sem que houvesse sido adotadas as medidas relativas ao previsto

no Art. 1º da Lei 17.293/2020 em relação à Companhia, bem como referidos decretos não contemplam a prorrogação do prazo da extinção da EMTU/SP. Nesse sentido, a Companhia mantém suas atividades operacionais normais e continua preparando suas demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade normal dos negócios, e, assim, essas informações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos ou a classificação de passivos, bem como seus efeitos no patrimônio líquido ajustado caso a Companhia venha a ser liquidada e subseqüentemente extinta, uma vez que não há evidências que o Governo do Estado de São Paulo irá proceder à extinção da Companhia, cujo cenário atual indica que o processo de extinção da EMTU/SP, embora autorizado pela Lei 17.293/2020, não ocorrerá.

ii) Aumento das receitas

A partir do exercício de 2022, a Secretaria dos Transportes Metropolitanos, vem realizando repasses para as empresas operadoras de transporte intermunicipal a título de reequilíbrio econômico e financeiro (Recomposição Tarifária), valores estes previstos nos contratos de concessão, haja vista não ter ocorrido reajustes tarifários desde o ano de 2020. Também consta nesses reequilíbrios, valores referentes ao déficit entre a tarifa de remuneração e tarifa pública.

A taxa de fiscalização da EMTU/SP (Parcela A e Resege) está compreendida dentro da tarifa pública e dentro da tarifa de remuneração e, portanto, os repasses realizados pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos a título de recomposição tarifária contribuem de forma significativa para incremento nos montantes receitas realizadas a partir do exercício de 2022.

iii) Atualização do CNAE

Ao final do exercício de 2022, foi autorizada pela Administração a atualização do CNAE (Código Nacional de Atividade Econômica), onde a EMTU/SP passou a apresentar sua atividade como Empresa Pública Reguladora de Atividade Econômica e não mais como Operadora de Transporte de Passageiros.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

2.1. Declaração de conformidade.

As demonstrações contábeis foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

2.2. Apresentação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentados em milhares de reais de forma comparativa, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos técnicos emitidos Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e

premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico com base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda e instrumentos financeiros ativos e passivos, que são mensurados ao seu valor justo, quando aplicável.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicados de outra forma.

2.4. Imposto de renda e contribuição social

IRPJ E CSLL correntes

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados à alíquota de 15% e 9% respectivamente, que incidem sobre as bases de cálculo tributáveis correspondentes. Há ainda aplicação de alíquota adicional de 10% sobre a base tributável, excedente a R\$ 240 mil/ano de base, relativamente ao IRPJ.

A opção da Companhia foi pelo Lucro Real Anual, utilizando balancete de suspensão/redução para apuração de eventuais valores a título de antecipação recolhidos por estimativa.

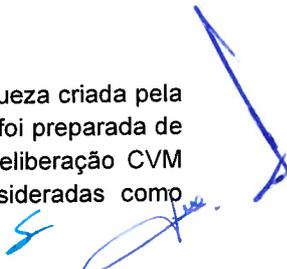
IRPJ E CSLL diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos, quando aplicável, são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data das demonstrações financeiras, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais ou diferenças temporárias sobre o resultado, uma vez que não estima projeção de lucros tributáveis futuros.

2.5. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/2008. As IFRS não requerem a apresentação desta, portanto, são consideradas como informação adicional.



3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais políticas contábeis aplicadas pela EMTU/SP na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir, as quais foram aplicadas de forma consistente a todos os exercícios apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas a valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

3.2 Instrumentos financeiros

a) Contexto geral

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria “ao valor justo por meio do resultado”, onde tais custos são diretamente lançados na rubrica de resultados financeiros. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) custo amortizado e ii) ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Além disso, a Companhia registra provisão para perdas de seus ativos financeiros, mantendo assim a posição líquida financeira apurada:

i) Custo amortizado

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: i) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e ii) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Inclui o saldo de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os saldos de aplicações financeiras. Quaisquer alterações são reconhecidas na demonstração do resultado em “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, dependendo do resultado.

iii) Impairment de ativos financeiros

A Companhia adota a metodologia de redução do valor contábil de acordo com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9). Em 31 de dezembro de 2021 até 30 de junho de 2023 a Companhia, em conformidade com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9), mensurava as perdas esperadas de crédito por meio da constituição de uma provisão para perdas esperadas (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa), ao invés de incorridas, para todas as contas a receber.

A partir de Julho/2023 a Companhia passou a registrar a título de provisão esperada para perda de créditos de liquidação duvidosa, a totalidade dos títulos vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias, independentemente dos critérios de dedutibilidade previstos no Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99 adequando, portanto, a prática contábil ao Pronunciamento técnico CPC 48 Instrumentos Financeiros.

c) Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros entre as categorias custo amortizado ou valor justo por meio do resultado a depender do propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos. Inclui o saldo de fornecedores, contas a pagar e recebimentos antecipados.

3.3 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas no momento inicial pelo valor nominal e deduzidas da estimativa para créditos de liquidação duvidosa. Essa estimativa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em montante considerado suficiente para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber.

Em conformidade com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9), a Companhia utiliza a metodologia de redução do valor recuperável por meio da constituição de uma provisão para perdas esperadas, ao invés de incorridas, para todas as contas a receber. A partir de Julho/2023 a Companhia passou a registrar a título de provisão esperada para perda de créditos de liquidação duvidosa, a totalidade dos títulos vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias, independentemente dos critérios de dedutibilidade previstos no Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99 adequando, portanto, a prática contábil ao Pronunciamento técnico CPC 48 Instrumentos Financeiros.

3.4 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

3.5 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada, incluindo os custos com implantação do Corredor Metropolitano Noroeste – RMC, os Corredores Metropolitanos da Região Metropolitana de São Paulo, Baixada Santista e o Sistema de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) da Baixada Santista.

As depreciações e amortizações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade - conforme nota explicativa nº 7.

A Companhia optou por avaliar os seus ativos pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2014 (01.01.2014). Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido (Ajuste Patrimonial), líquida dos efeitos fiscais (nota explicativa nº 7).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de licença ambiental, materiais e mão de obra,

quaisquer outros custos para instalação dos ativos no local para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis representadas em anos são válidas para condições normais de uso e manutenção.

3.6 Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, os custos de projetos de terminais e os custos relacionados aos corredores pré-estruturais. O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária e a partir do momento que esse ativo entra em operação.

As amortizações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme Normas Brasileiras de Contabilidade (Nota Explicativa nº 8).

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização baseados nestas vidas úteis e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando incorridas e são relativos, principalmente, por licenças de uso e licenciamento de software, que são amortizados com vida útil média de 5 anos a 70 anos.

3.7 Avaliação do valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangível - Impairment

Os bens do ativo imobilizado e intangível foram submetidos à revisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e não foram identificadas evidências de não recuperação do seu valor contábil, ou ainda, eventuais alterações materiais no ciclo normal dos negócios que possam indicar a probabilidade de perdas.

Quando aplicado o teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

A Companhia não tem como objetivo central a maximização constante de lucro operacional e, adicionalmente, a sua geração de receitas e, conseqüentemente, de caixa é associada às políticas públicas de transporte, relacionadas principalmente às taxas de Gerenciamento e Fretamento de transporte público das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Vale do Paraíba e Sorocaba além de locação e sublocação de imóveis e receitas decorrentes do transporte escolar metropolitano.

Desta forma a prática contábil adotada pela Companhia não se baseia unicamente em valor recuperável pelo cálculo do fluxo de caixa descontado e sim por comparação dos seus ativos a ativos similares em bases equivalentes de Mercado na data de preparação das demonstrações contábeis.

3.8 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor da fatura ou nota fiscal e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.9 Provisões para contencioso judicial e administrativo, ativos e passivos contingente.

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação e são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

a) Ativos contingentes

Os ativos contingentes são registrados somente quando decisões judiciais favoráveis à Companhia foram transitadas em julgado e cujo montante possa ser mensurado com segurança.

b) Passivos Contingentes

A constituição da provisão para contingências está amparada na opinião dos assessores jurídicos da companhia para as causas cíveis, trabalhistas e tributárias, conforme expectativa de perda, no total de R\$ 88.073 (R\$ 116.878 mil em 31 de dezembro de 2022), conforme Nota Explicativa nº 12.

Tais passivos contingentes atrelados a ações judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária são reconhecidos observando os seguintes critérios: i) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota não são provisionados e nem divulgados; ii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda possível, não é constituída provisão, porém, são divulgadas nas notas explicativas; e iii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda provável, é constituída provisão em montante considerado pela Administração e seus assessores jurídicos suficiente para cobrir os desembolsos de caixa futuros.

Adicionalmente a Companhia possui depósitos judiciais conforme informado na Nota Explicativa nº 6, que não possui provisão constituída, visto a classificação como possível ganho das ações por parte dos assessores jurídicos.

3.10 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) – corrente e diferido

O Imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias, vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis no Brasil, onde a Companhia atua, e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na Lei nº 12.973/14 a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT).

O Imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não reconheceu o Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos ou diferenças temporárias sobre o resultado, uma vez que não estima projeção de lucros tributáveis futuros.

3.11 Remuneração e encargos sociais

Os salários mensais, provisões para férias, provisão de 13º salário e os demais pagamentos e benefícios complementares, quando aplicável, negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais devidos, são apropriados pelo regime de competência.

3.12 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.13 Receitas de contratos com clientes

A receita operacional da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades, reconhecida na demonstração de resultados pela efetiva prestação dos serviços de gerenciamento e fretamento, além de outros serviços adjacentes.

A Companhia reconhece as receitas de contratos com clientes a partir dos quais a efetiva prestação de serviços é transferida aos clientes, representados pela capacidade de determinar o uso/consumo destes serviços e obter substancialmente todos os benefícios remanescentes dos mesmos.

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco etapas: i) identificação de contratos com clientes; ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; iii) determinar preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

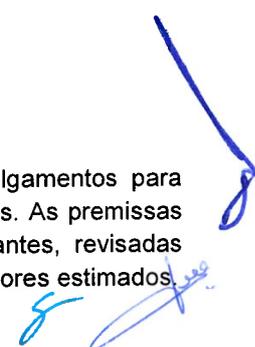
A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida quando seu montante pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos fluam para a Companhia.

3.14 Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência das receitas e despesas.

3.15 Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem divergir dos valores estimados.



As informações sobre julgamentos e premissas utilizadas na aplicação das políticas e práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material estão apresentados a seguir:

a) Mensuração do valor justo

A Companhia seleciona métodos e utiliza julgamentos nas premissas que aplica na determinação do valor justo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis no Mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Alterações significativas nas premissas utilizadas podem afetar a posição patrimonial da Companhia.

b) Vida útil e valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

A vida útil dos ativos imobilizados relevantes foi definida com base nas especificações dos fabricantes e na experiência e laudos de engenharia internos quando referente às obras em andamento. Os ativos intangíveis de vida útil definida são embasados em laudos de avaliadores ou apontamento internos e dos fabricantes.

c) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias decorrentes do curso normal de suas atividades, cujas estimativas para determinar os montantes das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Administração, com base em pareceres de seus assessores jurídicos, sobre os quais são exercidos julgamentos por parte destes assessores para avaliação.

Para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para a constituição das provisões para fazer frente às contingências judiciais por meio de estimativa, foram aplicadas as mesmas premissas contábeis quando da elaboração das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022, considerando os cenários vigentes quanto a ativos financeiros, impostos a recuperar, estoques, imobilizado e intangível e para as provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

3.16 Imunidade Tributária Recíproca prevista no art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal

É a vedação às pessoas políticas para instituir impostos sobre patrimônio, renda e serviços públicos umas das outras, estendendo esta exoneração tributária às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público no que se refere ao patrimônio, renda e serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

Em 2021 o Supremo Tribunal Federal - STF reafirmou a jurisprudência estendendo o benefício às empresas públicas em razão da natureza das atividades por elas desenvolvidas, quando tratar-se de atividades tipicamente de Estado - Leading Case RE1320054 - Tema 1140.

A EMTU/SP realizou estudo para o aproveitamento da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF, bem como obteve o reconhecimento administrativo da Imunidade Tributária Recíproca, disposta no art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal, com relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU dos imóveis de sua propriedade e/ou posse, situados nos Municípios de Carapicuíba, Hortolândia, Praia Grande e Sumaré.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e Bancos	2.037	2.077
Aplicações Financeiras	69.004	42.805
TOTAL	71.041	44.882

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa e estão atreladas as modalidades CDB/CDI e poupança, mantidas em instituições de primeira linha.

5. CONTAS A RECEBER E OUTROS CRÉDITOS

	31.12.2023		31.12.2022	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Secretaria dos Transportes Metropolitanos (a)	10.852	-	952	-
Remuneração por Serviços de Gerenciamento	10.096	303	10.847	1.439
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (b)	17.323	-	14.113	-
Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô	3.080	-	-	-
Ressarcimento de Despesas	26.328	-	26.420	-
Fretamento das Regiões Metropolitanas	1	-	39	-
Monitoramento	188	-	188	-
Auto de Infração e Sanção de Multa	340	-	323	-
ABC Sistema de Transporte SPE S/A (antiga Metra Sistema Metropolitano de Transportes Ltda) (c)	1.362	-	1.136	-
Outros Créditos	5.015	187	8.739	278
(-) Créditos Vencidos e não Recebidos (d)	(29.041)	(490)	(21.222)	(1.717)
TOTAIS	45.544	-	41.535	-

- a) Em atendimento ao Decreto Estadual nº 60.595 de 02 de julho de 2014 e sua normatização por meio da Resolução STM 68 de 29 de dezembro de 2014, que regulamentou a prestação de serviços de transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista), e ao Decreto Estadual nº 61.134 de 25 de fevereiro de 2015, normatizado pelas Resoluções STM 6 de 26 de fevereiro de 2015 e STM 30 de 16 de julho de 2015 que implementou o benefício da gratuidade aos estudantes (Passe Livre) - Secretaria dos Transportes Metropolitanos R\$ 850 (R\$ 952 em 2022). Em dezembro de 2022 foi publicado a Lei Estadual 17.611/2022, garantindo para todos os usuários com 60 a 65 anos de idade, da rede metropolitana de transporte, a gratuidade a partir de 2023 (Sênior) R\$ 9.821, o valor de R\$ 181, refere-se a reembolso de despesas, totalizando R\$ 10.852.
- b) Em 2014 com o encerramento do Convênio 007/2009 – Programa Ligado celebrado entre EMTU/SP e a Secretaria de Estado da Educação (SEE), com o objetivo de ampliar a acessibilidade dos alunos com necessidades especiais das escolas da rede pública estadual bem como daqueles atendidos por entidades assistenciais conveniadas com a SEE, tendo em

vista ainda, a necessidade de garantir o atendimento e o cumprimento da Resolução SE nº 29 de 09/05/2011, como também o acordo judicial, Ação Pública nº 583.00.2009.122559-6, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, a EMTU/SP e a SEE se viram compelidas a prestar os serviços durante o período de 08 de julho a 04 de setembro de 2014, sem cobertura do novo convênio.

- c) O contrato de concessão nº 20/97, firmado em maio/97 com a METRA - Sistema Metropolitano de Transportes Ltda., deu início a operação do Corredor Metropolitano de Trolebus São Mateus/Jabaquara; a partir de maio/98, assumiu por força do contrato, a responsabilidade da manutenção e conservação da infraestrutura do sistema viário e a comercialização dos bilhetes magnéticos. Em setembro/01 por meio do T.A. 004/01 de 15/08/01, a execução de serviços correspondentes as funções de administração, operação, conservação, manutenção e vigilância patrimonial para preservação das instalações dos terminais, incluindo a responsabilidade por investimentos na recuperação do pavimento rígido do viário. Por meio do Termo Aditivo nº 13 ao Contrato 020/97, assinado em março de 2021 com a ABC Sistema de Transporte SPE S/A. (antiga Metra), as linhas de ônibus remanescentes da Área 5, anteriormente operadas por 16 permissionárias, passaram a estar sob responsabilidade desta concessionária.
- d) A Companhia mantém contabilizado a título de Estimativa para Créditos de Liquidação Duvidosa, o montante de R\$ 29.531 (R\$ 22.939 em 2022). Os títulos cujas perdas foram reconhecidas referem-se substancialmente àqueles que atendem os critérios de dedutibilidade previstos no Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99.

A partir do mês de julho/2023, com o objetivo de garantir a liquidez, os títulos a receber foram avaliados mensalmente ou quando da ocorrência de fato superveniente, sendo o procedimento, em se constatando inadimplência recorrente a partir de 180 (cento e oitenta) dias, evidenciando a impossibilidade de recebimento, a transferência dos títulos do ativo circulante para o não circulante e a constituição de estimativa para possível perda esperada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

5.1 ESTIMATIVA PARA PERDAS ESPERADAS

A estimativa para perdas esperadas é constituída a partir da abordagem simplificada da análise da inadimplência histórica, considerando as evidências: i) indicadores de dificuldade financeira; ii) início de cobrança extra ou judicial; iii) inscrição dos devedores no Cadastro de Inadimplentes – CADIN e, por fim, iv) dificuldade na realização de cobranças ao devedor. Neste contexto, a estimativa para perdas constituída no montante de R\$ 22.939 em 31/12/2022 foi ajustada para R\$ 29.531 em 31/12/2023.

Em 31 de dezembro de 2023, a composição do contas a receber de acordo com a idade de vencimento dos títulos é assim apresentada:

Descrição	Circulante	Não Circulante
VENCIDO A MAIS DE 180 DIAS (a)	28.551	490
VENCIDO DE 121 A 180 DIAS	1.638	-
VENCIDO DE 91 A 120 DIAS	473	-
VENCIDO DE 61 A 90 DIAS	698	-
VENCIDOS DE 31 A 60 DIAS	605	-
VENCIDOS ATÉ 30 DIAS	4.380	-
A VENCER	38.240	-
SALDO EM 31.12.2023	74.585	490

Até 30 de junho de 2023, a Companhia registrava para fins de provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa os valores vencidos há mais de 180 (cento e oitenta dias) e que fossem elegíveis para dedução para fins de IRPJ e CSLL de acordo com os critérios previstos no Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99. A partir de Julho/2023 a Companhia passou a registrar a título de provisão esperada para perda de créditos de liquidação duvidosa, a totalidade dos títulos vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias, independentemente dos critérios de dedutibilidade previstos no Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99.

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31.12.2023	31.12.2022
	<u>Não Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Depósitos Judiciais – Justiça do Trabalho.	1.114	946
Depósitos Judiciais – Cíveis e Fiscais.	783	730
TOTAIS	1.897	1.676

O saldo da rubrica Depósitos Judiciais está composto, substancialmente, por valores depositados para fazer frente às contingências trabalhistas em que a EMTU/SP é parte.

7. IMOBILIZADO

	31.12.2023					2022
	Taxa de Depreciação	Vida Útil (em anos)	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e Utensílios	10%	10	1.313	(1.228)	85	81
Terrenos	-	-	133.868	-	133.868	133.868
Edificações	1,1866% a 1,2400%	70	17.989	(2.171)	15.818	16.074
Construção Terminais Metropolitanos	0,8054% a 1,8666%	70	426.103	(87.345)	338.758	344.852
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	0,0334% a 20,00%	50	7.561	(4.636)	2.925	2.334
Sistema Equipamento Auxiliar e Manutenção	6,67%	10	4.500	(4.500)	-	-
Sistema VLT Baixada Santista	4,66%	50	485.743	(105.933)	379.810	389.525
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	5	4.916	(3.864)	1.052	497
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos	10%	10	3.169	(2.721)	448	381
Sistemas de Controle, Telecomunicações e Alimentação Elétrica	0,9700%	25 a 50	39.056	(30.375)	8.681	9.016
Imobilizações em Andamento	0%	-	602.370	-	602.370	427.560
Projeto Ônibus de Célula a Hidrogênio	0%	-	16.811	-	16.811	16.811
Instalações	10%	10	1.524	(1.443)	81	91
Veículos Auxiliares	20%	10	10.883	(10.883)	-	1.779
TOTAIS			1.755.806	(255.099)	1.500.707	1.342.869

As taxas de depreciação apresentadas no quadro acima estão em conformidade com a legislação societária, a depreciação foi calculada a partir da vida útil estimada dos bens e foram determinadas com base em laudo de avaliação da vida útil econômica dos ativos imobilizados.

Ativo imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia mantinha registrado no Ativo Imobilizado o montante de R\$ 602.370 (R\$ 427.560 em dezembro de 2022), referente à Imobilizado em Andamento, que estava composto da seguinte maneira:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
	<u>Não Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Obras em andamento – São Paulo	241.569	190.708
Obras em Andamento – Baixada Santista	336.811	213.663
Obras em Andamento – Campinas	21.365	20.564
Obras em Andamento – Vale do Paraíba	1.073	1.073
Obras em Andamento – Sorocaba	1.552	1.552
TOTAIS	602.370	427.560

A Companhia, por meio dos seus Departamentos Contábil e de Obras, tem realizado trabalhos e elaborado relatórios periódicos que tem como objetivo identificar e quantificar o volume de obras que estão encerradas, cujos ativos já se encontram concluídos e em efetiva operação a fim de efetuar as devidas transferências para o Ativo Imobilizado em uso, passando assim a registrar a depreciação desses ativos com base nas respectivas vidas úteis estimadas dos bens transferidos.

7.1 Avaliação de recuperação dos ativos imobilizados – Impairment Test

De acordo com as Normas de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em vigor, a “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, dos itens do ativo imobilizado que apresentem sinais de seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia realizou o teste de recuperabilidade econômica dos ativos imobilizados e não identificou evidências de ajustes a serem contabilizados. Quando aplicado o teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

A Companhia não tem como objetivo central a maximização constante de lucro operacional e, adicionalmente, a sua geração de receitas e, conseqüentemente, de caixa é associada às políticas públicas de transporte, relacionadas principalmente às taxas de Gerenciamento e Fretamento de transporte público das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Vale do Paraíba e Sorocaba além de locação e sublocação de imóveis e receitas decorrentes do transporte escolar metropolitano. Desta forma a prática contábil adotada pela Companhia não se baseia unicamente em valor recuperável pelo cálculo do fluxo de caixa descontado e sim por comparação dos seus ativos a ativos similares em bases equivalentes de Mercado na data de preparação das demonstrações.

Por serem investimentos que tem finalidade social, a Administração da Companhia entende que os valores aplicados nas obras acima referidas, não tem por objetivo o retorno do investimento realizado, sendo que não foram identificadas mudanças de circunstâncias ou sinais de

obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis.

Os investimentos realizados pela EMTU/SP nas obras acima discriminadas ficam a cargo do Governo do Estado de São Paulo através de aporte de capital. Devido a isso há uma discrepância entre a capacidade de geração de receita e caixa por parte da Companhia e os valores investidos pelo Estado por meio da EMTU/SP, cujos valores desses aportes compõem substancialmente os ativos imobilizados registrados na Companhia.

7.2 Vida útil econômica dos bens e Valor Residual

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas avaliações quanto à Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, atendendo a aprovação do Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil, sendo que foram elaborados e emitidos laudos para suportar as vidas úteis dos bens que compõem o Ativo Imobilizado da Companhia. Em decorrência das análises, as vidas úteis de determinados bens que compõem o Ativo Imobilizado da Companhia, foram alterados e, conseqüentemente, houve impacto direto no reconhecimento da depreciação no resultado a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A partir de novembro/2021, em decorrência das análises dos bens do ativo imobilizado que determinou a alteração das suas respectivas vidas úteis, houve ajustes realizados no resultado do exercício de 2021 em função da alteração dos valores da depreciação, no montante de R\$ 5.811.

As vidas úteis estimadas para os períodos subsequentes são as seguintes:

	<u>A partir de janeiro de 2023</u>	<u>Até dezembro de 2023</u>	
		Estimada	Definida
01.03.02.01.00	Veículos	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.01.05	Sistema de Alimentação Elétrica	10 - 30 anos	30 anos
01.03.02.02.00	Imóveis	25 - 70 anos	70 anos
01.03.02.02.05	Sistema de Controle	25 - 50 anos	50 anos
01.03.02.03.00	Máquinas Aparelhos e Equipamentos	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.03.05	Sistema de Telecomunicações	10 - 25 anos	25 anos
01.03.02.04.00	Móveis e Utensílios	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.04.05	Sistema de Equipamentos Auxiliar	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.05.00	Equipamentos de Processamento de Dados	02 - 05 anos	05 anos
01.03.02.05.05	Sistema de Equipamentos de Manutenção	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.06.00	Instalações	05 - 10 anos	10 anos

8. INTANGÍVEL

	31.12.2023					2022
	Taxa de Amortização	Vida Útil (em anos)	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Sistemas de Processamento de Dados	20%	5	5.934	(5.297)	637	110
Marcas e Patentes	-	-	12	-	12	12
Projetos Desenvolvimento Sistema Trólebus ^e	5%	20	17.067	(17.067)	-	-
Projeto de sistema de Processamento	20%	5	464	-	464	464
Custo dos Projetos Subregião de São Paulo	4%	25	2.050	(435)	1.615	1.615
Corredores Metropolitanos	1,5266% a 1,9400%	70	1.100.935	(258.125)	842.810	860.897
TOTAIS			1.126.462	(280.924)	845.538	863.098

As marcas registradas e as licenças adquiridas, bem como, Projetos são demonstradas pelo custo histórico e por serem considerados, ativos com vida útil indefinida, não serão amortizados.

As taxas de amortização apresentadas no quadro acima estão em conformidade com a legislação societária, a amortização foi calculada a partir da vida útil estimada dos bens e foram determinadas com base em laudo de avaliação da vida útil econômica dos ativos intangíveis.

8.1 Avaliação de recuperação dos ativos intangíveis – *impairment test*

Conforme determina o pronunciamento técnico contábil CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, o valor recuperável dos ativos intangíveis com vida útil indefinida deve ser testado no mínimo anualmente. Portanto, os ativos intangíveis da Companhia, por se tratar de ativos com vida útil definida ficam fora do alcance dos testes de *impairment*, mas tem a sua vida útil revisada em final de cada exercício, para ajuste das taxas de amortização, se necessário.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia realizou revisão de vida útil econômica dos ativos intangíveis e não identificou evidências de ajustes a serem contabilizados. Em consonância com o normativo contábil que trata a matéria, os testes de recuperabilidade dos ativos intangíveis são realizados ao menos anualmente ou em períodos menores, somente para aqueles que possuem vida útil indefinida e/ou na ocorrência de indícios/evidências internas ou externas que assim o determinem.

Os investimentos realizados pela EMTU/SP nas obras acima discriminadas que deram origem aos principais saldos relativos ao ativo intangível ficam a cargo do Governo do Estado de São Paulo através de aporte de capital. Devido a isso há uma discrepância entre a capacidade de geração de receita e caixa por parte da Companhia e os valores investidos pelo Estado por meio da EMTU/SP, cujos valores desses aportes compõem substancialmente os ativos intangíveis registrados na Companhia.

8.2. Vida útil econômica dos bens e valor Residual

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas avaliações quanto à Vida Útil Econômica do Ativo Intangível de acordo com a Lei 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, atendendo a

aprovação do Pronunciamento Técnico CPC 04, o qual aborda o assunto do ativo intangível e sua vida útil, sendo que foram elaborados e emitidos laudos para suportar as vidas úteis dos bens que compõem o Ativo Intangível da Companhia. Em decorrência das análises, as vidas úteis de determinados bens que compõem o Ativo Intangível da Companhia, foram alterados e, conseqüentemente, houve impacto direto no reconhecimento da depreciação no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, não houve evidências que determinasse a necessidade de revisão das vidas úteis dos bens registrados no Ativo Intangível.

9. FORNECEDORES

	31.12.2023		2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Secretaria da Receita Federal - Refis	377	-	502	377
CMT	-	-	-	-
Serviço Especial - Ligado	16.596	-	13.521	-
Remição/Remição RTO/Sênior	832	-	584	-
Programa Passe Livre	11.014	-	2.684	-
Porto Seguro	1.912	-	1.474	-
TB Serv. Transp. Limp.	669	-	833	-
Noxxon	-	-	238	-
Ame	330	-	255	-
Metra Sistema Metropolitano	-	-	3	-
Benner	35	-	28	-
Sodexo	-	-	-	-
Ticket	146	-	148	-
Reequilíbrio	-	-	-	-
Outros	6.684	336	5.868	336
TOTAIS	38.595	336	26.138	713

Os montantes divulgados são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, representado pelo valor da fatura ou nota fiscal e, considerando as atualizações monetárias, quando necessárias, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 Contexto Operacional, a Secretaria dos Transportes Metropolitanos, realizou repasses para as empresas operadora de transporte intermunicipal a título de reequilíbrio econômico e financeiro, valores estes previsto nos contratos de concessão, haja vista não ter ocorrido reajustes tarifários desde o ano de 2020.

10. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS

	31.12.2023	31.12.2022
Salários e ordenados a pagar	1.914	1.881
Pensão alimentícia a pagar	31	21
Honorários diretoria e conselhos a pagar	169	114
Rescisões trabalhistas a pagar	51	23
INSS a recolher	1.591	1.812
FGTS a recolher	681	626
Mensalidade sindical a pagar	3	2
Verba de sucumbência a pagar	24	27
Empréstimo consignado a pagar	157	134
Obrigações Trabalhistas	4.621	4.640
IRRF a recolher	2.321	2.109
ISS retido na fonte a recolher	653	177
Pasep a pagar	217	187
Cofins a pagar	1.005	869
INSS retido na fonte a recolher	699	264
Pis/Cofins/CSLL retidos a recolher	235	179
Obrigações Fiscais	5.130	3.785
Total	9.751	8.425

a) Imunidade Tributária

Em 23 de agosto de 2022 a Administração da EMTU/SP por meio dos seus assessores jurídicos impetraram Ação Cível de Procedimento Comum contra a União Federal – Fazenda Nacional, na 8ª Vara Cível Federal de São Paulo (AÇÃO DECLARATÓRIA DE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA CUMULADA COM AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO COM PEDIDO LIMINAR) objetivando obter o benefício da imunidade tributária prevista no artigo 150, inciso VI, alínea “a” da Constituição Federal, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no sentido de que as empresas públicas e as sociedades de economia mista, delegatárias de serviços públicos essenciais, são beneficiárias de imunidade tributária recíproca, independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação do serviço, cuja decisão foi proferida no Recurso Extraordinário (RE) 1320054, com trânsito em julgado em 31 de maio de 2021.

Além da declaração da imunidade tributária quanto ao IRPJ e à CSLL com pedido de liminar, foi requerido i) a restituição dos valores eventualmente recolhidos dos exercícios de 2017, 2018, 2019 e 2022; ii) a restituição dos valores já eventualmente recolhidos corrigidos pelos índices oficiais; iii) a restituição de eventuais outros valores por ela recolhidos a título de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, posteriores ao ajuizamento da presente ação, valores estes, devidamente corrigidos pelos índices oficiais; e iv) condenar a UNIÃO FEDERAL – FAZENDA NACIONAL no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, a serem arbitrados pelo juízo. O valor atribuído à causa é no montante de R\$ 3.200.

Em 19 de outubro de 2022 a União Federal – Fazenda Nacional apresentou contestação ao pleito, requerendo a improcedência com a sua condenação no pagamento de custas e honorários advocatícios, sendo que em 26 de outubro de 2022 houve decisão desfavorável à EMTU/SP em relação à concessão de tutela antecipada, intimando às partes à manifestação quanto ao interesse na produção de provas.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, quando aplicável, são apurados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos impostos sobre o lucro e os montantes contábeis registrados (variações de provisões diversas e cálculo do valor justo de instrumentos financeiros), de acordo com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

As alíquotas nominais definidas atualmente pela legislação tributária vigente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não reconheceu créditos de impostos diferidos ativos, pois não há expectativa de lucro tributável para os próximos exercícios.

11. RECEBIMENTOS ANTECIPADOS

	31.12.2023	31.12.2022
Recebimentos antecipados (VT's Bilhetes e Convênios)	4.346	5.090

O valor de R\$ 4.346 (R\$ 5.090 em 2022) refere-se a recebimentos relativos à convênios e contrato com a Secretaria de Estado da Educação - SEE e Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, e integração tarifária, entre outros.

12. PASSIVO CONTINGENTE (CÍVEL E TRABALHISTA)

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de naturezas cível, tributária e trabalhista. A Administração da Companhia reconhece provisões nas demonstrações contábeis de forma consistente, quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos seus assessores jurídicos. O prazo e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado dos processos judiciais. A Administração da Companhia, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu constituir provisão para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2023		31.12.2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Trabalhistas	-	3.332	-	1.421
Cíveis e Fiscais	9.921	74.820	-	115.457
TOTAIS	9.921	78.152	-	116.878

12.1 Processos trabalhistas

A Companhia efetua a constituição da provisão para contingências trabalhistas, considerando o parecer do departamento jurídico, de acordo com os riscos de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos conforme previsto na NBC TG 25 – Provisões, Passivo Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25). Além disso, diversas ações tiveram o risco de perda atualizado e seu risco reclassificado durante o exercício. Nesse sentido, foram contabilizadas somente as ações trabalhistas consideradas como perda provável, sendo que as demais foram revertidas.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia figura no polo passivo em 141 (112 em 2022) processos de natureza trabalhista. A movimentação das ações trabalhistas durante o exercício findo em 31/12/2023, está assim apresentada:

Processos trabalhistas

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.421
Adições	442
Liquidações e/ou baixas	(940)
Atualizações e/ou reclassificações do risco jurídico	2.409
TOTAIS	3.332

12.2 Processos Cíveis e fiscais

A Companhia efetua a constituição da provisão para contingências cíveis e fiscais, considerando o parecer do departamento jurídico, de acordo com os riscos de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos conforme previsto na NBC TG 25 – Provisões, Passivo Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25).

Em relação às ações de natureza cível e tributária, destaque-se que houve alterações no risco de perda confirmado pelos assessores jurídicos da Companhia e, conseqüentemente os valores das ações foram atualizados e seu risco reclassificado durante o exercício de 2023. Nesse sentido, foram contabilizadas somente as ações cíveis e tributárias consideradas como perda provável, sendo que as demais foram revertidas, quando classificadas como de perda possível ou provável.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia figura no polo passivo em 134 (101 em 2022) processos de natureza cível ou fiscal. A movimentação das ações cíveis e fiscais durante o exercício findo em 31/12/2023, está assim apresentada:

Processos cíveis e fiscais

<u>Descrição</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2.022	-	115.457
Adições	-	3.211
Liquidações e/ou baixas	(196)	(43.891)
Transferência para o curto prazo	-	(10.117)
Transferência do longo prazo	10.117	-
Atualizações e/ou reclassificações do risco jurídico	-	10.160
TOTAIS	9.921	74.820

Explicação sobre as naturezas das principais ações cíveis provisionadas

- **SINFRET:** Amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, durante o exercício de 2017 a Companhia procedeu ao provisionamento do montante de R\$ 39,700 milhões, referente à ação de Mandado de Segurança Coletivo que foi impetrado pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros por Fretamento do Estado de São Paulo – SINFRET e outros sindicatos, questionando a legalidade da cobrança de valor mensal por veículo cadastrado (RESEGE Fretamento), que foi instituído pela Resolução STM-059-2010, cuja cobrança anteriormente à referida Resolução, era realizada anualmente no momento da inspeção dos

veículos. Os sindicatos alegam que o valor cobrado a título de Taxa somente poderia ser instituído por meio de Lei e não por meio de Resolução. Em 2020, com base na informação dos assessores jurídicos da Companhia, houve uma atualização no valor de R\$ 34,187 milhões, totalizando o valor do processo para R\$ 73,886 milhões (incremento de R\$ 39,699 milhões). No trimestre findo em 30 de setembro de 2022, segundo relatório dos assessores jurídicos da EMTU/SP, consta que foram esgotados todos os recursos e o valor do processo foi atualizado no montante de R\$ 46,707 milhões. No segundo trimestre de 2023, houve uma atualização no valor de R\$ 50,052 milhões. Conseqüentemente, o montante contabilizado dessa provisão foi ajustado no valor de R\$ 3,345 milhões, que está em processo de negociação. No quarto trimestre foi celebrado acordo entre as partes, para pagamento parcelado, com correção pela UFESP (2023). O valor da provisão atualizada na base do acordo e avaliação do Departamento de Controle e Operações Financeiras da EMTU/SP foi de R\$ 31,450 milhões. Sendo assim, em razão da realização do referido acordo, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 10,117 milhões no Passivo Circulante e o restante no montante de R\$ 21,333 milhões no Passivo Não Circulante;

- **Consórcio Expresso VLT Baixada Santista I e II:** constituído durante o exercício de 2018 no valor de R\$ 4,919 milhões, referente ao pedido de ressarcimento por suposto atraso no pagamento das medições dos serviços apresentadas à EMTU/SP. Em 31 de dezembro de 2023 a provisão relacionada à essa ação é de R\$ 10,165 milhões;
- **Consórcio Ferreira Guedes:** Araguaia: Ação movida no valor de R\$ 17,473 milhões que cobra ressarcimento por alegados prejuízos e custos adicionais suportados pelo autor em razão da prorrogação do prazo para execução contratual. No primeiro trimestre de 2023, foi ajustado o valor do processo em R\$ 5,081 milhões, segundo relatório do departamento jurídico da Companhia, onde passou o montante da provisão para R\$ 22,554 milhões.
- **Consórcio Corredor 4 Itapevi:** Provisão constituída no montante de R\$ 16,768 milhões (R\$ 5,762 milhões em 2019) relativa a multas e descumprimentos contratuais e cobrança por serviços não pagos por ausência de previsão contratual, perdas e danos. Ação julgada procedente para condenar a ré ao pagamento de R\$ 5,438 milhões (agosto/2012) acrescidos de correção monetária, além de indenização por lucros cessantes em razão da rescisão contratual, que deverão ser apurados na fase de liquidação. Em dezembro de 2022 a provisão relacionada à essa ação é de R\$ 22,754 milhões. No primeiro trimestre de 2023, segundo relatório dos assessores jurídico, houve a baixa do processo.
- **Construtora Queiroz Galvão:** Provisão constituída no montante de R\$ 2,521 milhões relativa à ação de cobrança buscando a condenação da EMTU/SP ao pagamento de correção monetária e juros moratórios dos pagamentos das medições do Contrato EMTU/SP nº 023/2015 (Concorrência EMTU/SP nº 001/2015) que teriam sido realizados com atraso (datas prorrogadas de vencimento). A perícia contábil constatou o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. A sentença acolheu as conclusões técnicas da perícia e julgou procedente a ação para condenar a EMTU/SP ao pagamento de R\$ 2,439 milhões, acrescido de juros e correção, reembolso de custas e despesas, e honorários advocatícios de 5% do valor da condenação conforme previsto para a Fazenda Pública. Embargos de declaração opostos pela EMTU/SP e pela Construtora.
- **Consórcio Eletro-Três:** Provisão constituída no montante de R\$ 2,000 milhões relativa à ação de ressarcimento aos cofres em razão do acórdão do TCE/SP julgando irregulares os aditamentos celebrados no contrato 28/92.

12.3 Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária que, em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificado pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível ou pouco provável, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Trabalhistas	3.923	4.713
Cíveis e Fiscais	20.579	14.763
TOTAIS	24.502	19.476

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Durante este exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em nenhum período.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como disponibilidades, aplicações financeiras, recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo:

a) Composição dos Saldos - Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 estão identificados a seguir:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
<u>Disponibilidades e recebíveis</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	71.041	44.882
Contas a receber de clientes	45.544	41.535
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Fornecedores	38.595	26.138
Contas a pagar	4.502	4.942
Recebimentos antecipados	4.346	5.090

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 para os instrumentos financeiros da Companhia representados pelos grupo Disponibilidades e Recebíveis, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber e para o Grupo de “Custo Amortizado” que abrange principalmente, fornecedores e outras contas a pagar, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do pronunciamento técnico CPC 40 (R1). Para estes casos a divulgações de valor justo não são exigidas.

b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos.

Caixa e equivalentes de caixa - Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a Receber e Clientes - Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Fornecedores e outras Contas a Pagar - Os montantes divulgados no balanço patrimonial para fornecedores e outras contas a pagar aproximam-se de seus valores justos, considerando as atualizações monetárias, quando necessárias, constituídas sobre a parcela vencida das contas a pagar

Recebimento Antecipado - Os saldos relativos a recebimentos antecipados têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis e possui, em contrapartida, o valor correspondente à obrigação disponível em aplicação financeira.

c) Gerenciamento de risco

As operações estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos. A Companhia está sujeita a risco de liquidez e de crédito.

- Risco de Liquidez – é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro no curto prazo. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Substancialmente, todas as dívidas da Companhia, exceto o Parcelamento REFIS, à dívida relacionada ao ICMS sobre tração e as obrigações decorrentes do Projeto PNUD – Ônibus a Célula de Hidrogênio, são exigíveis em curto prazo.

- Risco de Crédito – decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas. Além disso, anualmente é realizada uma revisão das premissas contábeis para a constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos.

- Risco de taxa de juros – a Companhia não está exposta ao risco de variação nos juros, pois não possui empréstimos ou financiamentos.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social - O capital subscrito e integralizado é representado por 256.655.104.964 ações ordinárias de classe única, nominativas, totalizando em 31.12.2023 o valor de R\$ 2.566.551 (R\$ 2.408.893 em 2022), tendo como acionista majoritário Fazenda do Estado de São Paulo.

b) Ajustes Patrimoniais - Compreende a avaliação patrimonial (*Deemed cost*) dos bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia, avaliação iniciada no balanço de abertura de 2014, bem como os valores relativos a ajuste de exercícios anteriores no montante de R\$ 183.159 contabilizados durante o exercício de 2019 em decorrência do reconhecimento de depreciação e amortização de exercícios anteriores, tendo em vista a transferência do ativo imobilizado em andamento para ativo imobilizado em uso e para o ativo intangível. Sendo que após a contabilização, o saldo vem sofrendo amortização periódica, e em dezembro de 2023 o saldo registrado na rubrica era de R\$ 176.811.

c) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Em 31.12.2023, a rubrica mantém registrado o montante de R\$ 331.322 (R\$ 308.268 em 31.12.2022) relativo a aportes de recursos para futuro aumento de capital social, realizado pelo acionista majoritário Fazenda do Estado de São Paulo.

d) Lucro (prejuízo por ação) - O lucro ou prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações que compõem o capital social durante o exercício.

e) Destinação do resultado e dividendos – O artigo 44 do Estatuto Social, bem como o artigo 3.1.4 da Política de Dividendos da Companhia, em linha com os princípios da legislação vigente, fixa um dividendo mínimo obrigatório às suas ações ordinárias correspondente a 25% do lucro líquido, do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

15. COBERTURA SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores assegurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis intermediárias, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

16. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado de São Paulo, bem como com empresas/entidades a ele relacionadas, conforme previsto no inciso VII, artigo 8º, da Lei nº 13.303/16. Em 31 de dezembro de 2023, essas transações estavam apresentadas da seguinte forma:

Valores a Receber

Os valores a receber, decorrentes de transações com partes relacionadas, estão registrados na rubrica “Contas a Receber e Outros Créditos” no Ativo Circulante, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 5.

Gratuidade – Secretaria dos Transportes Metropolitanos.

Referem-se a transações realizadas com a Secretaria de Transporte Metropolitanos, em atendimento ao Decreto Estadual nº 60.595 de 02 de julho de 2014 e sua normatização por meio da Resolução STM 68 de 29 de dezembro de 2014, que regulamentou a prestação de serviços de transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista) e ao Decreto Estadual nº 61.134 de 25 de fevereiro de 2015, normatizado pelas Resoluções STM 6 de 26 de fevereiro de 2015 e STM 30 de 16 de julho de 2015 que implementou o benefício da gratuidade aos estudantes (Passe Livre).

Em 2020, por meio dos Decretos 65.414 de 22 de dezembro de 2020, que revoga a gratuidade do transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista) e do Decreto 65.455 de 30 de dezembro de 2020 que altera o início da revogação.

Tendo em vista a natureza dessas operações, o recebimento dos valores que são repassados pela Secretaria de Transportes Metropolitanos e os respectivos pagamentos aos prestadores de serviços de transportes que atendem a esses referidos programas, não transitam pelo resultado.

Em dezembro de 2022 foi publicado a Lei Estadual 17.611/2022, garantindo para todos os usuários com 60 a 65 anos de idade, da rede metropolitana de transporte, a gratuidade a partir de 2023.

Contrato de cessão de pessoal

A Companhia possui contratos de cessão de empregados com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, registrado na rubrica “Contas a Receber e Outros Créditos” no Ativo Circulante, sendo que os gastos realizados pela EMTU/SP são integralmente repassados e reembolsados monetariamente.

Remuneração da Administração

A política de remuneração dos administradores da Companhia é estabelecida de acordo com as diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, e está limitada á remuneração do Governador do Estado.

A remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal corresponde a 30% e 20%, respectivamente, da remuneração dos executivos, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal.

A Diretoria executiva e os Conselhos de Administração e Fiscal recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada na base *pro rata temporis*, em dezembro de cada ano.

Os benefícios pagos aos Diretores são: vale refeição, alimentação, seguro de vida e assistência médica/hospitalar, descanso anual de 30 dias, pagamento de um prêmio equivalente a um terço dos honorários mensais.

Convênio SEC – Serviço Especial Conveniado – LIGADO

Com base no convênio firmado com a Secretaria Estadual de Educação (SEE), que têm como objetivo transportar pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida severa, são atendidos os alunos que fazem parte da Rede Regular de Ensino, da Associação de Amigos do Autista - AMA e de Instituições Conveniadas e/ou Credenciadas com a SEE nas Regiões Metropolitanas de São Paulo (RMSP) e Região Metropolitana de Campinas (RMC).

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receita com taxas e tarifas – operação do sistema e Trólebus	15.305	17.854
Gerenciamento, Fretamento e Apreensão – Regiões Metropolitanas	30.195	29.356
Gerenciamento e Multa – Concessão	113.656	111.684
Receitas com locação e sublocação de imóveis	2.444	12.272
Carteira Transporte Escolar Metropolitanano	2.683	2.886
Receitas diversas	295	1.776
SUBTOTAL	164.578	175.828
DEDUÇÕES E IMPOSTOS		
Impostos sobre a receita bruta ^(a)	(15.274)	(16.128)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	149.304	159.700

a) Inclui o montante de R\$ 2.713 (R\$ 2.876 em 2022) e R\$ 12.561 (R\$ 13.252 em 2022), respectivamente, referente ao PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e à COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, incidentes sobre as receitas da Companhia.

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Do montante de R\$ 9.548 registrado em 2023 (R\$ 4.734 em 2022) contabilizado como Outras Receitas Operacionais, R\$ 5.231 (R\$ 4.581 em 2022) se refere ao ressarcimento de gastos com Terminais, e R\$ 4.292 por multas contratuais.

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Do montante de R\$ 10.290 registrado em 2023 (R\$ 5.487 em 2022), contabilizado como Outras Despesas Operacionais, R\$ 8.952 (R\$ 4.852 em 2022) se refere à constituição por estimativa (perdas esperadas) da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD, apurada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O valor de R\$ 5.083 – Indenizações, refere-se ao repasse de receitas acessórias (locação e condomínio) nos terminais metropolitanos para a empresa ABC Sistema de Transporte SPE S/A, conforme parecer GAJ-045-2023 – TCU nº 002/2020.

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	31.12.2023	31.12.2022
CUSTOS E DEPRECIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Pessoal	57.688	55.094
Materiais	249	212
Utilidades e serviços	20.203	20.269
Depreciação e amortização	32.188	32.090
Gastos gerais	465	410
SUBTOTAL	110.793	108.075
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		
Pessoal	53.902	47.627
Materiais	238	237
Utilidades e serviços	10.574	9.640
Depreciação e amortização	450	301
Gastos gerais	50	94
Provisões contingenciais	(33.703)	(21.056)
SUBTOTAL	31.511	36.843
TOTAIS	142.304	144.918

21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
RECEITAS FINANCEIRAS		
Receita de aplicações financeiras	6.172	3.565
Descontos e abatimentos	4	97
Juros e encargos ativos	3.721	582
SUBTOTAL	9.897	4.244
DESPESAS FINANCEIRAS		
Bancárias	(459)	(457)
Encargos por atraso e IOF	(12)	(110)
SUBTOTAL	(471)	(567)
TOTAIS	9.426	3.677

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 09 de fevereiro de 2.024.



FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional
Respondendo Interinamente pela
Diretoria da Presidência



GIULIANO VICENZO LOCANTO
Diretor Administrativo e Financeiro



FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional



VERA APARECIDA PIFFER
Contadora
CT – CRC – 1SP – 145.904-O-2
CPF – 952.677.438-87

BALANÇO SOCIAL 31 de dezembro de 2023 e 2022

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. – EMTU/SP publica seu balanço anual, reunindo as principais informações sobre os projetos, ações sociais e benefícios aos seus funcionários e à comunidade. As atividades desenvolvidas buscam, ainda, demonstrar a preocupação da empresa com o seu planejamento estratégico e sua responsabilidade social corporativa.

Os investimentos sociais da EMTU/SP em projetos sociais, ambientais e culturais visam à melhoria da qualidade de vida e reforçam os vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente, agregando valores à imagem da EMTU/SP.

O Balanço Social demonstra o desempenho da política social da EMTU/SP, onde tem destaque a Demonstração do Valor Adicionado, conjunto de informações de natureza econômica, compondo um relatório contábil que demonstra o valor da riqueza gerada pela EMTU/SP e a distribuição dos elementos que contribuíram para sua geração.

A Demonstração do Valor Adicionado espelha qual a parcela da EMTU/SP na criação da riqueza global da nação, definindo qual a sua contribuição na formação do Produto Interno Bruto – PIB do país.

Estreitamente relacionada com o conceito de responsabilidade social, a Demonstração do Valor Adicionado atende às necessidades de informações sobre o valor da riqueza criada pela EMTU/SP e a sua utilização, demonstrativo este publicado juntamente com o Balanço Patrimonial.

COMPROMISSO COM A GESTÃO DE PESSOAS

Demonstra os investimentos da EMTU/SP nas políticas de Gestão de Pessoal e a repercussão no processo produtivo da empresa.

INDICADORES DE TREINAMENTO	31.12.2023		31.12.2022	
	PARTICIPANTES	HOMEM/HORA	PARTICIPANTES	HOMEM/HORA
Integração	47	3,00	66	1,14
Aperfeiçoamento Profissional	19	24,74	52	35,15
Especialização e Atualização	698	8,58	808	2,66
Capacitação e Reciclagem	221	5,45	379	1,50
Eventos	2.199	0,15	1.400	0,26
TOTAL – INDICADORES DE TREINAMENTO	3.184		2.705	
INDICADORES DE TREINAMENTO	31.12.2023		31.12.2022	
Número de Cursos	20		23	
Empregados Treinados	3.184		2.705	
Homens / Horas	41,92		40,71	
INVESTIMENTOS TOTAIS (R\$ mil)	91		17	

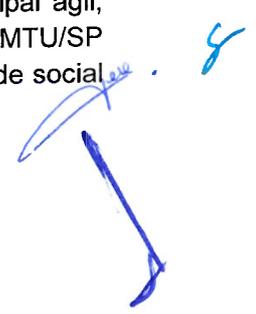
INDICADORES SOCIAIS	31.12.2023		31.12.2022	
	EMPREGADOS	NÃO EMPREGADOS	EMPREGADOS	NÃO EMPREGADOS
SAÚDE E MEDICINA DO TRABALHO	531		462	-
Exame Admissional	9	-	11	-
Exame Demissional	22	-	7	-
Exame Periódico	450	-	444	-
Atendimento Ambulatorial	50	-	-	-
SERVIÇO SOCIAL	28	20	29	14
Licença Maternidade	1	-	1	-
Licença Paternidade	1	-	3	-
Visita Social / Assistencial	7	-	2	-
Auxílio-Doença	8	-	12	-
Retorno ao Trabalho	4	-	6	-
Nascimentos	2	-	4	-
Falecimentos	2	20	1	14
Apoio – atendimento interno e externo	3	-	-	-
QUALIDADE DE VIDA	277	190	571	210
Vacinação antigripal	277	190	276	210
Palestra/Saúde/Qvt	-	-	295	-
SEGURANÇA DO TRABALHO	204	39	61	-
SIPAT	35	9	57	-
CIPA	41	-	-	-
Treinamento de Primeiros Socorros	61	15	-	-
Treinamento de Combate a Incêndio	61	15	-	-
Número de Acidente de Trabalho	6	-	4	-
TOTAL – INDICADORES SOCIAIS	1.040	249	1.123	224

COMPROMISSO COM A SOCIEDADE

A EMTU/SP busca de forma ética desenvolver ações socialmente responsáveis que levem ao bem comum e à inclusão social.

MODELO IBASE DE BALANÇO SOCIAL

A EMTU/SP adota, para a apresentação das informações de seu Balanço Social, a formatação sugerida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE. De forma simples e eficiente, a empresa procura demonstrar à sociedade como suas atividades produtivas estão voltadas à oferta de um serviço de transporte público intermunicipal ágil, acessível e seguro. Mais do que apenas buscar a eficiência empresarial, a EMTU/SP engaja-se e estimulam iniciativas que visam à promoção humana, a responsabilidade social e o respeito ao meio ambiente.



1. BASE DE CÁLCULO	31.12.2023 (R\$ mil)	31.12.2022 (R\$ mil)
Receita Líquida (RL)	149.305	159.700
Resultado Operacional (RO)	38.511	51.625
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	83.759	82.081

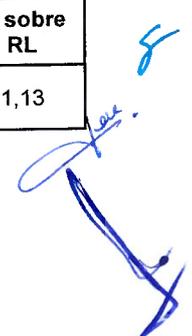
2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	31.12.2023			31.12.2022		
	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	5.682	6,78	3,81	5.419	6,60	3,39
Encargos Sociais Compulsórios	17.426	20,80	11,67	18.441	22,47	11,55
Saúde	20.074	23,97	13,44	15.928	19,41	9,97
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	152	0,18	0,10	43	0,05	0,03
Auxílio Creche	123	0,15	0,08	137	0,17	0,09
Programa Empresa Cidadã-Maternidade	53	0,06	0,04	34	0,04	0,02
Outros	441	0,53	0,30	366	0,45	0,23
TOTAL – INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	43.951			40.368		

3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	31.12.2023			31.12.2022		
	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Centro Atendimento ao Passageiro Especial – CAPES	2.671	6,94	1,79	2.294	4,44	1,44
Serv. Especial Ligado – SEE	921	2,50	0,64	626	1,21	0,39
Outros	320	0,83	0,21	366	0,71	0,23
Total das contribuições para a sociedade	3.952	10,26	2,65	3.286	6,37	2,06
Tributos (excluídos encargos sociais)	17.244			18.728		
TOTAL – INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	21.196			22.014		

COMPROMISSO COM O MEIO AMBIENTE

A EMTU/SP procura dar a sua contribuição para uma sociedade ambientalmente equilibrada, adotando práticas relativas à preservação do meio ambiente e coordenando e/ou gerenciando projetos que levem a redução da emissão dos gases nocivos à atmosfera.

4. INDICADORES AMBIENTAIS	31.12.2023			31.12.2022		
	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos em programas e/ou projetos externos	1.954	5,07	1,31	1.809	3,50	1,13



5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL		
	31.12.2023	31.12.2022
Nº de empregados ao final do período	465	475
Nº de admissões durante o período	11	11
Nº de demissões durante o período	22	7
Nº de diretores ⁽¹⁾	2	2
Nº de empregados terceirizados requisitados	4	4
Nº de empregados terceirizados contratados (empresa) ⁽²⁾	289	259
Nº de estagiários	36	29
Nº de jovem aprendiz	18	17
Nº de empregados acima de 45 anos	337	350
Nº de diretores e requisitados acima de 45 anos	4	4
Efetivos por sexo: Homens ⁽³⁾	329	348
Mulheres	177	179
Efetivos por tempo de serviço – média/ano ⁽³⁾	16	15
Efetivos por faixa etária – média/ano ⁽³⁾	51	49
% de cargos de chefias ocupados por mulheres ⁽⁴⁾	26,42%	23,50%
Nº de negros/pardos que trabalham na empresa ⁽³⁾	98	108
% de cargos de chefia ocupados por negros/pardos ⁽⁴⁾	3,06%	3,92%
Número de Ações Trabalhistas movidas pelos empregados	2	4
Número de portadores de deficiência / necessidades especiais	3	4
Relação entre a maior e menor remuneração na empresa	9,9	9,9%

Observações:

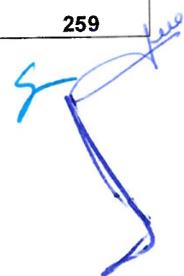
(1) Número de diretores nomeados.

(2) Empregados de empresas terceirizadas contratadas pela EMTU/SP

(3) Efetivo: incluem diretores, empregados, requisitados, estagiários e jovens aprendiz

(4) Cargos de Chefia: incluem diretores, gerentes, chefes de departamento e afins.

Áreas	2023	2022
Locação de veículos auxiliares:	66	64
Manutenção Predial e Jardinagem	22	22
Portaria:	23	40
Recepção:	17	-
Limpeza:	19	15
Copeiragem:	4	4
Vigilância / Segurança:	71	67
Bombeiros	5	-
Centros de Atendimento ao Passageiro Especial - CAPEs	31	35
Ligadp	11	-
Carteira de Passe Escolar Metropolitano (AME):	8	4
Gerenciamento de Obras;	4	5
BRT-ABC	5	-
Malote e Mov. Correspondências:	3	3
Total	289	259



6. INFORMAÇÕES RELEVANTES		
	31.12.2023	31.12.2022
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) diretores e gerentes	(X) diretores e gerentes
Os padrões de Segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) diretores e gerentes	(X) diretores e gerentes
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores a empresa:	(X) não se envolve	(X) não se envolve
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) todos os empregados	(X) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	(X) são exigidos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados em programas de trabalho voluntário a empresa:	(X) organiza e incentiva	(X) organiza e incentiva
Número total de reclamações-críticas e denúncias de consumidores:	Na empresa: 13.471 No Procon: 197 Na justiça: 132	Na empresa: 15.682 No Procon: 177 Na justiça: 129
% de reclamações- críticas e denúncias atendidas:	Na empresa: 100% No Procon: 100% Na justiça: em andamento	Na empresa: 100% No Procon: 100% Na justiça: em andamento

ATENDIMENTO DA OUVIDORIA	31.12.2023		31.12.2022	
	Nº	%	Nº	%
Região Metropolitana de São Paulo				
Total de Ligação Recebida	65.846	100	74.120	100
Informação	53.577	81,37	59.375	80,11
Reclamação	10.990	16,69	13.255	17,88
Sugestão	1.117	1,70	1.317	1,78
Elogios	140	0,21	150	0,20
Denúncia	22	0,03	23	0,03
Região Metropolitana da Baixada Santista				
Total de Ligação Recebida	5.957	100	5.997	100
Informação	4.773	80,12	4.621	77,06
Reclamação	935	15,70	1.153	19,23
Sugestão	180	3,02	183	3,05
Elogios	67	1,12	38	0,63
Denúncia	2	0,03	2	0,03
Região Metropolitana de Campinas				
Total de Ligação Recebida	4.358	100	3.345	100
Informação	3.091	70,92	2.295	68,60
Reclamação	1.087	24,94	807	24,13
Sugestão	166	3,81	234	7,00
Elogios	12	0,28	5	0,15
Denúncia	2	0,05	4	0,12
Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte				
Total de Ligação Recebida	1.953	100	2.168	100
Informação	1.630	83,46	1.753	80,86
Reclamação	232	11,88	255	11,76
Sugestão	81	4,15	153	7,06
Elogios	4	0,20	2	0,09
Denúncia	6	0,31	5	0,23
Região Metropolitana de Sorocaba				
Total de Ligação Recebida	1.486	100	1.421	100
Informação	1.208	81,29	1.083	76,22
Reclamação	190	12,79	174	12,24
Sugestão	81	5,45	156	10,98
Elogios	2	0,13	4	0,28
Denúncia	5	0,34	4	0,28

Handwritten signature and initials in blue ink.

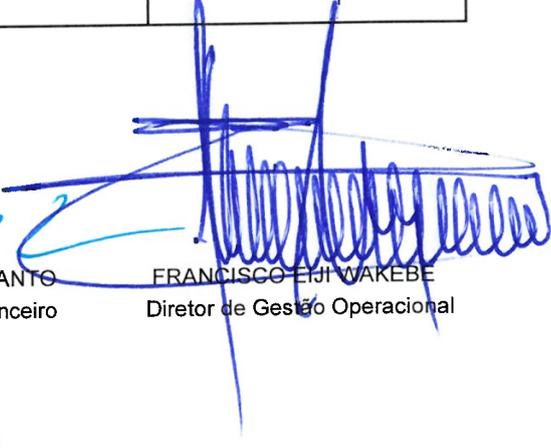
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	31.12.2023		31.12.2022	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	20,57%	Governo	22,93%	Governo
	4,48%	Acionistas	10,90%	Acionistas
	66,38%	Colaboradores	60,21%	Colaboradores
	8,57%	Terceiros	5,96%	Terceiros



FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional
Respondendo Interinamente pela
Diretoria da Presidência



GIULIANO VINCENZO LOCANTO
Diretor Administrativo e Financeiro



FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional



VERA APARECIDA PIFFER
Contadora
CT - CRC - 1SP - 145.904/ O-2
CPF - 952.677.438-87

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

São Bernardo do Campo - SP

Introdução

Fomos contratados com o objetivo de aplicar procedimentos de asseguarção razoável sobre as informações divulgadas no Balanço Social Anual da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP**, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

As informações constantes do Balanço Social estão sendo apresentadas para propiciar informações adicionais sobre a Empresa, apesar de não serem requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis.

Responsabilidade da administração da EMTU/SP

A administração da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações divulgadas no Balanço Social Anual e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorções relevantes.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre as informações no Balanço Social Anual, com base no trabalho de asseguarção razoável conduzido de acordo a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não financeiras históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações divulgadas no Balanço Social Anual, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Nossos procedimentos foram planejados e executados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de asseguarção (NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão e ISAE 3000 - Assurance Engagements Other than Audits or Reviews of Historical Financial Information) e de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 - Emissão de Relatório de Asseguarção Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade. Essas normas exigem o cumprimento de requisitos éticos e o planejamento e a execução do trabalho de asseguarção para obter asseguarção razoável das informações sociais identificadas

Um trabalho de asseguarção razoável conduzido de acordo com a NBC TO 3000, equivalente à ISAE 3000, consiste principalmente de indagações à administração da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** e outros profissionais da Empresa envolvidos na elaboração das informações divulgadas no Balanço Social Anual 2023, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidências que nos possibilitem concluir na forma de asseguarção razoável sobre as informações divulgadas no referido Balanço Social Anual.

Os procedimentos aplicados compreenderam:

- a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações divulgadas no Balanço Social 2023;
- b) o entendimento da metodologia de cálculos e da consolidação dos indicadores através de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
- c) aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com as informações divulgadas no Balanço Social Anual 2023; e
- d) confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis.

Os trabalhos de asseguarção razoável compreenderam, também, a verificação quanto à aderência às diretrizes e critérios da estrutura de elaboração do Balanço Social definidos pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1003 de 19 de agosto de 2004 que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental, aplicáveis na elaboração das informações contidas no Balanço Social de 2023 da EMTU/SP;

Acreditamos que os procedimentos aplicados e que as evidências obtidas em nosso trabalho são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião na forma razoável.

Alcance e limitações

Nosso trabalho teve como objetivo a aplicação de procedimentos de asseguarção razoável sobre as informações divulgadas no Balanço Social 2023 da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP, nos itens de perfil (informações que fornecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, incluindo sua estratégia, perfil e governança), na forma de gestão e nos indicadores de desempenho em sustentabilidade da Empresa, não incluindo a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade.

Os procedimentos aplicados não representam um exame de acordo com as normas de auditoria das demonstrações contábeis. Adicionalmente, nosso relatório não proporciona nenhum tipo de asseguarção sobre o alcance de informações futuras (como por exemplo: metas, expectativas, estratégias e projeções) e informações descritivas que são sujeitas a avaliação subjetiva.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, para a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade, nem em relação a projeções futuras.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações divulgadas no Balanço Social Anual da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental e com os registros e arquivos que serviram de base para a sua preparação.

Curitiba Pr, 06 de fevereiro de 2024.

Bazzaneze Auditores Independentes S.S.:
Bazzaneze Auditores Independentes S/S
CRC-PR N° 3.942/O-6
CVM N° 5193



Ediclei Cavalheiro de Ávila
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9 T-RJ
CNAI N° 5344



Karini Letícia Bazzaneze
CONTADORA CRC-PR N° 051096/O-0
CNAI N° 6254

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

São Bernardo do Campo - SP

Opinião sem ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor não é requerida a essa Companhia, sendo compulsória apenas para as companhias que possuem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 - item 5 do Conselho Federal de Contabilidade. No entanto, tendo em vista a relevância dos assuntos abaixo, optamos por incluí-los no presente relatório.

Mensuração do Ativo Imobilizado e Intangível - Notas Explicativas n° 7 e 8

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém registrado no seu balanço patrimonial o montante de R\$ 2.346.245 mil (R\$ 2.205.967 mil em 2022) relativo ao seu ativo imobilizado e intangível líquidos, correspondentes à 95,07% (96,04% em 2022) do total do ativo registrado naquela data. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável, menos qualquer depreciação/amortização e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis que influenciam diretamente o resultado da atividade e conseqüentemente o patrimônio líquido e o ativo total, no contexto das demonstrações contábeis como um todo, consideramos esse assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados à depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível; ii) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível, e confronto com os mapas auxiliares relativos ao ativo imobilizado e ativo intangível com os saldos contábeis; iii) confronto entre o saldo da depreciação e da amortização reconhecidas no exercício, com base nas vidas úteis determinadas pelo Laudo de Revisão das Vidas Úteis emitido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com os saldos contábeis; e iv) avaliação das divulgações efetuadas sobre o ativo imobilizado e ativo intangível nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Provisão para riscos cíveis e trabalhistas - Nota Explicativa n° 12

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, relacionados a temas cíveis e trabalhistas, conforme divulgado na nota explicativa n° 12 das demonstrações contábeis, cujo montante contabilizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 88.073 sendo R\$ 9.921 registrado no passivo circulante e R\$ 78.152 no passivo circulante (R\$ 116.878 em 2022), representados por R\$ 3.332 (R\$ 1.421 em 2022) referente a ações trabalhistas e R\$ 84.741 (R\$ 115.457 em 2021) referente a ações cíveis. Esta área é significativa para o nosso processo de auditoria em função do potencial risco relacionado a certas demandas.

Adicionalmente, a avaliação desses processos inclui julgamento significativo pela Administração, suportado por seus assessores jurídicos, principalmente no que diz respeito à classificação do risco jurídico desses processos como um passivo contingente ou como uma provisão.

Ademais, a partir do exercício de 2019 houve adequação dos processos de classificação do risco jurídico de perda das ações que compõem as referidas provisões, com efeitos significativos nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2.023 e de 2.022, principalmente relacionados a ações trabalhistas.

Como nossa Auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) teste sobre o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos relacionados à determinação das estimativas para provisionar os valores em conformidade com prognóstico de perdas dos litígios; (b) Avaliação da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos da Companhia; (c) avaliação da análise da probabilidade de perda, da documentação existente e das informações relacionadas aos principais processos e reclamações envolvendo a Companhia por meio de confirmação com assessores internos; (d) a obtenção e leitura de correspondências dos assessores jurídicos internos da Companhia, (e) indagação à Administração sobre natureza e riscos que envolvem as principais ações que a Companhia é parte e (f) Avaliação da adequação das divulgações da Companhia em relação aos litígios provisionados e aqueles com prognóstico de perda possível.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas somente para fins de comparabilidade foram por nós examinadas que sobre elas emitimos relatório datado de 08 de fevereiro de 2023, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomada em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que passa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba Pr, 09 de fevereiro de 2024.

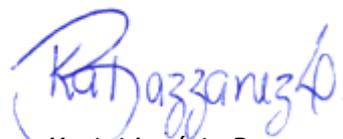
Bazzaneze Auditores Independentes S.S.:
Bazzaneze Auditores Independentes S/S

CRC-PR Nº 3.942/O-6

CVM Nº 5193



Ediclei Cavalheiro de Ávila
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9 T-RJ
CNAI Nº 5344



Karini Leticia Bazzaneze
CONTADORA CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI Nº 6254

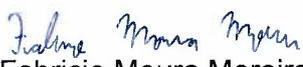
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, infra-assinados, no cumprimento de suas atribuições estabelecidas em lei, procederam ao exame do Balanço Patrimonial da Empresa, levantado em 31 de dezembro de 2023, e das respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e Resultado Abrangente, correspondentes ao exercício findo naquela data, das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis que acompanham esses documentos, e do Balanço Social. Baseados nesse exame, nas informações obtidas junto à Administração da Empresa e em análises procedidas periodicamente nos balancetes e, ainda, no pronunciamento dos Auditores Independentes, os Membros do Conselho Fiscal são de parecer que as contas e demonstrações contábeis estão em condições de serem submetidas à final apreciação e aprovação da Assembleia Geral dos Senhores Acionistas, convocados para tal fim.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024


André Isper Rodrigues Barnabé
Conselheiro


Bety Tichauer
Conselheira


Fabricio Moura Moreira
Conselheiro


Hélio Fumio Kubata
Conselheiro


Roberta Campedelli Ambiel Gonçalves
Conselheira

□ SEDE

R. Boa Vista, 170 - 3º andar
Centro - São Paulo - SP
CEP: 01014-930
Telefone: (11) 3113-4700

□ SÃO BERNARDO DO CAMPO

R. Joaquim Casemiro, 290
Planalto - São Bernardo do Campo - SP
CEP: 09890-050
Telefone: (11) 4341-1433

□ SANTOS

Av. Cons. Rodrigues Alves, 150 - Bloco B
Mazuco - Santos - SP
CEP: 11015-200
Telefone: (13) 3478-1300

□ CAMPINAS

R. Leopoldo Amaral, 263
Vila Marieta - Campinas - SP
CEP: 13042-210
Telefone: (19) 3736-5700

□ SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

R. Caravelas, 145 - Jd. Vale do Sol
São José dos Campos - SP
CEP: 12238-170
Telefone: (12) 3933-5944

□ SOROCABA

Rua Riachuelo, 460 - 8º andar
Centro - Sorocaba - SP
CEP: 16035-300
Telefone: (15) 3211-0213

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA EMTU - 2023

Aos Conselheiros de Administração da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário – COAUD da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. é órgão estatutário composto por quatro membros independentes, atendendo à lei federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto/SP 62.349/16 e ao Estatuto Social da EMTU.

Conforme o parágrafo 3º do art. 24 da Lei n. 13.303/16, o COAUD deverá se reunir de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

O COAUD não tem poder decisório ou atribuições executivas. As responsabilidades do COAUD são direcionadas ao cumprimento das atribuições legais aplicáveis e estatutárias, conforme seu Regimento Interno.

As funções do COAUD são desempenhadas, principalmente com base nas informações recebidas da administração da companhia, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pela conformidade, gerenciamento de riscos e de controles internos, dos responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras e de acordo com suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

2. ATIVIDADES REALIZADAS EM 2023

Em 2023 o COAUD reuniu-se em 24 (vinte e quatro) reuniões e seus membros participaram de várias outras reuniões internas e eventos, por videoconferência e presencialmente na sede e demais instalações da Companhia.

Com base no Plano Anual de Trabalho do COAUD, as reuniões são desenvolvidas com a discussão dos materiais técnicos e documentos disponibilizados com antecedência no Portal do COAUD bem como na recepção dos profissionais e responsáveis por vários departamentos da Companhia. As áreas de Auditoria Interna (AUD) e de Conformidade, Gestão de Risco e Controle Interno (ACI) participam de todas as reuniões do COAUD.

As pautas das reuniões do COAUD percorrem as suas atribuições previstas na lei, no Estatuto, Regimento e nas melhores práticas de governança corporativa. Todas as recomendações do COAUD são registradas em atas que são disponibilizadas para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria. Os extratos das atas, na forma do parágrafo 5º do art. 24 da Lei 13.303/16 estão disponíveis no website da Companhia.

Dentre os diversos assuntos abordados pelo COAUD, destacam-se: a) Auditoria Interna; b) Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno; c) Auditoria Independente; d) Qualidade das Demonstrações Contábeis; e) Área Financeira; f) Ouvidoria; g) Comitê de Ética; h) Canal de Denúncias; e i) Gerências e departamentos operacionais.

3. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS

O COAUD vem monitorando a efetividade dos controles internos através da atuação da Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno (ACI), dos procedimentos efetuados pela Auditoria Interna (AUD), dos procedimentos efetuados pela auditoria independente e pelas indagações efetuadas pelos membros do COAUD aos responsáveis pelos principais departamentos da Companhia. No decorrer de 2023, os itens identificados pela ACI, AUD e auditoria independente foram discutidos e compuseram recomendações específicas.

Foram emitidas recomendações de controles internos para obras em andamento e ativo imobilizado. Ressaltamos que os procedimentos de aprimoramento de controles adotados pela administração deverão ter continuidade em 2024. Eventuais efeitos nas demonstrações financeiras ainda não podem ser identificados e mensurados.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

O Comitê se reuniu com os auditores independentes, em agenda previamente acordada para a discussão dos principais procedimentos contábeis utilizados pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras trimestrais e anual, bem como, sobre o atendimento ao escopo do trabalho, das normas profissionais vigentes, dos sistemas de controles internos e da qualidade das demonstrações financeiras. Os assuntos identificados e as respectivas recomendações são registrados em atas e nos relatórios emitidos.

A firma Bazzaneze Auditores Independentes S/S prestou os serviços de auditoria para o exercício de 2023. Não chegou ao nosso conhecimento qualquer fato que pudesse comprometer a independência, a integridade e a qualidade dos trabalhos de auditoria independente.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS AUDITORES INTERNOS

A função de auditoria interna da Companhia desempenhada conforme o PAINT 2023 e se comprova efetiva e eficiente nas atribuições previstas nas leis e no Estatuto Social. Os resultados dos trabalhos da AUD estão evidenciados nos relatórios específicos e no Relatório Anual (RAINT 2023), conforme apresentado no Conselho de Administração. Destaca-se ainda que a AUD vem realizando iniciativas para disseminação da cultura de auditoria interna como proteção e criação de valor envolvendo toda a Companhia e que reconhecida pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023

O COAUD analisou os principais procedimentos que envolvem o processo de preparação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício-social de 2023. As considerações sobre as informações trimestrais referentes a março/23, junho/23 e setembro/23 foram enviadas em relatórios específicos ao Conselho de Administração conforme dispõe a lei e o Estatuto.

O COAUD analisou as informações contábeis referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas e o Relatório da Auditoria Independente.

O Relatório dos Auditores Independentes S/S sobre as Demonstrações Contábeis foi elaborado pela firma BAZZANEZE Auditores Independentes S.S. com emissão de opinião sem modificação, sem ressalvas e sem parágrafo de ênfase, datado de 09 de fevereiro de 2024, de acordo com as normas profissionais aplicáveis ao trabalho de auditoria independente anual.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário da EMTU, no curso de suas atribuições legais e estatutárias, não identificou quaisquer outras situações de divergências significativas entre a Administração, o COAUD e os auditores independentes.

O COAUD considera que os assuntos pertinentes às suas competências que lhes foram dados a conhecer no curso de suas atividades estão reportados no presente relatório e recomenda que as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2023 sejam aprovadas e divulgadas na forma da legislação aplicável.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2024



André de Araujo Souza

Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário



Carlos Henrique Lacativa

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário



Leandro Toshio Matsuoka

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário



Moacyr Vieira Serôdio Filho

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Membros do Conselho de Administração da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP procederam ao exame do Balanço Patrimonial da Empresa, levantado em 31 de dezembro de 2023 e das respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, e do Valor Adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis que acompanham esses documentos, bem como do Relatório da Administração e Balanço Social. Baseados nesse exame e nos pronunciamentos dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal, os Membros do Conselho de Administração são de parecer que essas peças, refletindo a situação das Contas da Empresa na data mencionada, reúnem condições para serem submetidas à apreciação e aprovação dos Acionistas.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024.

PAULO MENEZES FIGUEIREDO
Presidente

ANDRÉ DE ARAÚJO SOUZA
Conselheiro Independente

GUSTAVO CARVALHO TAPIA LIRA
Conselheiro

GUSTAVO DE MAGALHÃES GAUDIE LEY
Conselheiro

JOÃO GERMANO BÖTTCHER FILHO
Conselheiro

JOÃO MAURÍCIO FERREIRA MACIEL
Conselheiro Independente

JOSÉ LOPES HOTT JÚNIOR
Conselheiro

OLIVER DOS SANTOS HOSSEPIAN SALLES DE LIMA
Conselheiro Independente

RAFAEL SORIANO RODAS
Conselheiro

LAÉRCIO BASÍLIO DA LUZ FILHO
Conselheiro Representante dos Empregados

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente:	PAULO MENEZES FIGUEIREDO
Conselheiros:	JOSÉ LOPES HOTT JUNIOR RAFAEL SORIANO RODAS JOÃO GERMANO BOTTCHER FILHO GUSTAVO DE MAGALHÃES GAUDIE LEY GUSTAVO CARVALHO TAPIA LIRA
Conselheiros Independentes:	OLIVER DOS SANTOS HOSSEPIAN S.DE LIMA ANDRÉ DE ARAÚJO SOUZA JOÃO MAURÍCIO FERREIRA MACIEL
Conselheiro Representante dos Empregados:	LAÉRCIO BASÍLIO DA LUZ FILHO
CONSELHO FISCAL	
Membros:	ANDRÉ ISPER RODRIGUES BARNABÉ BETY TICHAUER FABRICIO MOURA MOREIRA HÉLIO FUMIO KUBATA ROBERTA CAMPEDELLI AMBIEL GONÇALVES
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	
Coordenador:	ANDRÉ DE ARAUJO SOUZA
Membros:	CARLOS HENRIQUE LACATIVA LEANDRO TOSHIO MATSUOKA MOACIR VIEIRA SERODIO FILHO
DIRETORIA	
Diretor de Gestão Operacional - Respondendo Interinamente pela Diretoria da Presidência:	FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor Administrativo e Financeiro:	GIULIANO VINCENZO LOCANTO
Diretor de Gestão Operacional:	FRANCISCO EIJI WAKEBE
VERA APARECIDA PIFFER Contadora CT-CRC-SP 1SP 145.904/O-2	



Secretaria dos
Transportes Metropolitanos



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO